

UCSAL
UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO
SALVADOR

Programa de Pós-Graduação Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania

ANA CRISTINA GRISI CASALI CRUZ

**A ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O PROCESSO DE EMPODERAMENTO
DAS MULHERES DE MORRINHOS**

**Salvador-BA
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANA CRISTINA GRISI CASALI CRUZ

**A ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O PROCESSO DE EMPODERAMENTO
DAS MULHERES DE MORRINHOS**

**Defesa da dissertação de Mestrado
apresentado a Banca Examinadora do Curso
de Pós-Graduação em Políticas Sociais e
Cidadania da Universidade Católica do
Salvador.**

**Orientadora: Prof^ª. Doutora Denise de
Freitas Dornelles**

**Salvador-BA
2008**

ANA CRISTINA GRISI CASALI CRUZ

**A ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O PROCESSO DE EMPODERAMENTO
DAS MULHERES DE MORRINHOS**

**Defesa da dissertação de Mestrado
apresentado a Banca Examinadora do Curso
de Pós-Graduação em Políticas Sociais e
Cidadania da Universidade Católica do
Salvador.**

Data da Aprovação _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

**Prof^ª. Doutora Denise de Freitas Dornelles – Orientadora
Universidade Católica do Salvador**

**Prof^ª. Doutora Inaiá Carvalho
Universidade Católica do Salvador**

**Prof^ª. Doutora Maria Constantina Caputo
Universidade Federal da Bahia**

Dedico este trabalho a todas
as pessoas que lutam e não
desistem nunca dos seus ideais de
liberdade, igualdade e justiça social para todos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conduzir com muita sabedoria nas veredas da vida.

Ao meu pai, Alberto Casali, eterno herói da minha história, das minhas decisões e lisura de conduta, o meu sempre obrigado.

A minha adorável mãe e amiga, Maria da Graça Casali, exemplo de mulher, que busco sempre como espelho às minhas ponderações.

Aos meus filhos, amores da minha vida, obrigada pela paciência na espera do afago, carinho e atenção que não foram dispensados.

Às minhas netas, pelo tempo que deixei de participar no crescimento de vocês.

À minha avó, Anna Casali, e minha Dinda e tia, Wanda Casali, obrigada pelo acolhimento, carinho de palavras e aconchego nas minhas idas e vindas para as aulas.

Ao meu querido, amigo e companheiro de todas as horas, Silvio Borsari, por sempre confiar, respeitar e acreditar em mim.

Ao meu querido amigo e genro, Marcus Fraga, por também ter contribuído na minha vitória, dispensado muitas horas do seu tempo, me aguardando nas aulas.

À Francisco Cruz Neto, pai do meu filho, por ter me encorajado a participar do processo setelivo deste mestrado.

À orientadora Doutora Denise Dornelles pela sua dedicação e competência, meu sempre muito obrigado.

À professora Jucélia Bispo, obrigada por ter compartilhado seu tempo, seus conhecimentos científicos com esta pesquisa.

Às estagiárias do Curso de Serviço Social da Faculdade Nobre de Feira de Santana, Sara e Roseane, hoje companheiras de profissão.

Às empoderadas mulheres do Grupo Focal da Comunidade de Morrinhos, pela oportunidade do aprendizado e pela rica troca de experiência vivenciada, colaboração e paciência na realização desta pesquisa, minha eterna gratidão.

Meu muito obrigado a todos que contribuíram com este relevante trabalho, pois, sem todos vocês eu não teria chegado até aqui.

“A vida é feita de momentos,
de forma que, viva a vida, pois ela
não retoma o que deixamos de não vivê-la”.

Cristina Casali.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa etnográfica é desenvolver um estudo, de caráter qualitativo, a partir da análise do Serviço Social no processo de empoderamento das mulheres da comunidade rural de Morrinhos, localizado no Distrito de Jaguará no município de Feira de Santana-BA, utilizando-se das técnicas: leitura de imagem, entrevista semi-estruturada e grupo focal. A referida pesquisa possibilitou que eu, enquanto investigadora pudesse então extrair qualitativamente elementos que levassem a compreensão dos aspectos socioeconômico e cultural, mediante um universo onde as dimensões sóciopolíticas são significantes para a construção de identidade, face a situação de vulnerabilidade em que se encontram. A aproximação do objeto de estudo proposto ocorreu em dois momentos: o primeiro de caráter profissional, quando me aproximei da realidade de pobreza em que se encontravam as mulheres desta comunidade, para realizar levantamento de demandas e potencialidades locais, objetivando a elaboração do projeto social de intervenção, no ano de 2003. O segundo momento, já como aluna do mestrado de Políticas Sociais e Cidadania, no ano de 2006, no qual, foi possível vislumbrar através da pesquisa, caminhos que pudessem contribuir com análises propositivas do Serviço Social no processo de empoderamento que, na perspectiva empírica, já acontecia. Pretendia-se observar como identidade de gênero, constrói as relações sociais no espaço local. No entanto, percebeu-se que os sujeitos reais da investigação possuíam uma relação de dominação histórica que reflete nas condições socioeconômicas e políticas atuais. Para tanto o processo de empoderamento das mulheres de Morrinhos foi traçado a partir da participação das mesmas no grupo focal, resultando na identificação de ações que viessem construir uma “nova narrativa” sobre o empoderamento destas mulheres, levando em consideração o contexto, a história e a cultura local.

Palavras-chave: empoderamento; gênero; políticas públicas.

ABSTRACT

The objective of this ethnographic research is to develop a study, of qualitative character, starting from the analysis of the Social Service in the process of the rural Morrinhos' community of the women's *empowerment*, located in the District of Jaguara in Feira de Santana, Bahia being used of the techniques: image reading, semi-structured interview and group focal. This referred research made possible to me, while beins an investigator then could extract qualitative elements to take the understanding of the socioeconomic and cultural aspects, by an universe where the sociopolitical dimensions are significant for the identity construction, face the vulnerabilities of situation they face. The approach of the object of proposed study happened in two moments: the first of professional character, when I approached of the poverty reality in that they were this community's women, to accomplish rising of demands and local potentialities, aiming at the elaboration of the social project of intervention, in the year of 2003. The second moment, already as student of the master's degree of Social Politics and Citizenship, in the year of 2006, in which, it was possible to shimmer through the research, roads that they could contribute with propositive analyses of the Social Service in the *empowerment* process that, in the empiric perspective, it already happened. It is intended observing as gender identity, it builds the social relationships in the local space. However, it was noticed that the real subjects of the investigation possessed a relationship of historical dominance that contemplates in the socioeconomics conditions and current politics. So that, the process of the women's Morrinhos *empowerment* was traced starting from the participation of the same ones in the focal group, resulting in the identification of actions that came to build a "new narrative" on the women's *empowerment*, taking in consideration the context, the history and the local culture.

Word key: empowerment; gender; public politics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização geográfica do município de Feira de Santana, Bahia, Brasil	69
Figura 2 -	Localização geográfica do povoado de Morrinhos, distrito de Jaguara, município de Feira de Santana-BA	70
Figura 3 -	Logradouro de Morrinhos	71
Figura 4 -	Templo religioso	71
Figura 5 -	Desprovida de esgotamento sanitário e drenagem a comunidade de Morrinhos	72
Figura 6 -	Economia local de subsistência	73
Figura 7 -	Espaços cercados, configurando no seu entorno a existência de grandes propriedades	73
Figura 8 -	Lavar roupa	81
Figura 9 -	Carregar água	81
Figura 10 -	Catar lenha	81
Figura 11 -	Debulhar feijão	81
Figura 12 -	Encontro de autoridades com a comunidade de Morrinhos a pedido das mulheres do grupo focal	88
Figura 13 -	Oficina de territorialização	93
Figura 14 -	Oficina de territorialização	93
Figura 15 -	Oficina de Auto-Estima	93
Figura 16 -	Oficina de Auto-Estima	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	12
1 APRESENTANDO A NOÇÃO DE EMPODERAMENTO	12
1.1 O PROCESSO DO EMPODERAMENTO: MORRINHOS EM QUESTÃO	15
1.1.1 Mulheres no Processo de Empoderamento	19
1.2 DEBATE EPISTÊMICO: GÊNERO EM QUESTÃO	26
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS: UM DEBATE QUE APROXIMA DO <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA	40
1.3.1 A Cidadania como Elemento Fundamental nas Políticas Públicas	51
1.3.2 A Pobreza e suas Contradições na Questão das Políticas Públicas	58
CAPÍTULO II	63
2 ARTE DA PESQUISA: PORQUE A COMUNIDADE DE MORRINHOS FOI O ALVO DA PESQUISA?	63
2.1 MEMORIAL DA PESQUISA: APROXIMAÇÃO DO OBJETO	63
2.2 HISTÓRICO DO CAMINHO PERCORRIDO	66
2.3 DESCRIÇÃO DO ESPAÇO INVESTIGADO	69
2.4 CONSTRUINDO O ESPAÇO INVESTIGATIVO	74
2.5 CONHECENDO AS MULHERES DE MORRINHOS	78
2.6 ABORDAGEM METODOLÓGICA: CAMINHOS PERCORRIDOS	83
CAPÍTULO III	95
3 ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O PROCESSO DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES DE MORRINHOS	95
3.1 O PERFIL TEÓRICO E POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	95
3.2 O RESULTADO DO OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL NA COMUNIDADE DE MORRINHOS FRENTE AO EMPODERAMENTO DAS MULHERES	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	114
GLOSSÁRIO	122
APÊNDICES	132
ANEXOS	133

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado tem como principal objetivo discutir a categoria de gênero e o papel da mulher na sociedade contemporânea. Focaliza principalmente a mulher rural e percebe como esta organiza seu cotidiano no espaço de vivência, fomentando discussões que permitam o processo de empoderamento como um sujeito político. Assim sendo, destaca-se como esses sujeitos estão participando de ações coletivas e sociais, que passam a controlar suas decisões através da reivindicação de direitos e consciência de deveres. Desse modo, avança-se para uma reflexão profunda sobre a proposta de empoderamento de mulheres trabalhadoras rurais nas questões relativas às desigualdades de gênero, violência simbólica e políticas públicas.

O que mais me interessou nesta pesquisa foi analisar, à luz do Serviço Social, como se dá o empoderamento das mulheres na estratégia organizacional quando se refere ao controle democrático onde cada membro compartilha informação e poder nas relações sociais da comunidade de Morrinhos, Feira de Santana-BA. Ou seja, fez-se uma análise a respeito das formas que são utilizadas por esses sujeitos ao tomarem decisões e está envolvido em aumentar os esforços em direção de uma mesma meta definida.

De tal modo aborda uma perspectiva dos estudos de gênero como importante elemento para a construção de um modelo de desenvolvimento com sustentabilidade e equidade para as mulheres que vivem em condições de segregação social e política. Portanto, as mulheres aparecem como sujeitos centrais de nossa investigação, uma vez que tivemos como objetivo identificar de que forma e que iniciativas possibilitam o empoderamento das mulheres de Morrinhos, pelo viés da luta organizada em torno da reivindicação de políticas públicas no local pesquisado.

O principal objetivo das estratégias metodológicas dessa pesquisa voltou-se para a possibilidade de investigar as demandas e iniciativas já existentes nas distintas políticas públicas e como se aproximar das mulheres já envolvidas nesses processos, contribuindo por meio do recorte de gênero, através da formação de um grupo focal. O que significou a possibilidade de otimizar o conhecimento das mulheres nos diferentes *lócus*, como também possibilitou a análise da participação das mesmas frente às políticas públicas. Assim, as mulheres passaram a ser vistas

como lideranças femininas que possuem grande potencial para a defesa local e na construção de sociedades sustentáveis.

Nesta comunidade, a vida das mulheres é marcada por um conjunto de questões que expõem as mais adversas situações de vulnerabilidade social. O trabalho básico “garante” apenas o direito de obter precários alimentos, que servem para o sustento de toda a família. O dinheiro que é adquirido com seus esforços vai para o domínio do homem, pois a cultura local determina que, mesmo sem trabalhar, o chefe de família é o homem.

Além dessa questão, pude observar que essas mulheres sofrem uma dominação histórica por conta de fatores vinculados a uma lógica de dominação do poder ocidental, branco e machista. A estratégia do empoderamento pode ser destacada como uma perspectiva de transformação de comunidades pobres, como a investigada.

Neste sentido, este trabalho será apresentado em três momentos: na primeira parte da dissertação os conceitos que foram trabalhados ao longo do processo onde se destaca o conceito de empoderamento, gênero e políticas públicas. Na segunda parte tratará de apresentar o percurso metodológico pelo qual foi possível desenvolver a pesquisa e analisar os dados coletados. Na terceira e última parte estará a contribuição do Serviço Social através da análise acerca dos sujeitos envolvidos em todo o processo.

Nas considerações finais pretendeu-se estabelecer a análise do serviço social frente ao processo de empoderamento das mulheres em comunidades rurais vulneráveis socialmente por meio de políticas e projetos sociais.

CAPÍTULO I

APRESENTANDO A NOÇÃO DE EMPODERAMENTO

O empoderamento, nos dias atuais (STARK 1996, VASCONCELOS 2003, SEN 1997)¹, é entendido como um processo contínuo e em constante renovação de aumento do poder pessoal, social, político e econômico das pessoas, famílias, comunidades e organizações da sociedade civil, que se traduz na ampliação das capacidades individuais e coletivas, no aumento do controle sobre recursos e ampliação do acesso às organizações da sociedade civil, do Estado e do mercado.

Empoderar se refere a um processo através do qual, pessoas ganham influência e controle sobre suas vidas e conseqüentemente se tornam empoderadas. *Empowerment* constitui-se um termo da língua inglesa de difícil tradução para o português, segundo Vasconcelos (2003). Sendo assim, optou-se por utilizar neste trabalho, a tradução da palavra *Empowerment* como empoderamento, no sentido de *fortalecimento ou aumento da autonomia*, no sentido de refletir sobre as condições de equidade, contribuindo para o aumento das liberdades em geral. Deste modo, pensa-se nas relações sociais de gênero, a fim de refletir como essas foram desenhando o perfil desigual no local em destaque.

Conforme afirma Stark (1996), o empoderamento é um conceito importante para entender e dimensionar o fortalecimento de capacidades dos atores – individuais, coletivos – é um meio de construção do desenvolvimento local alternativo sustentável, que tem origem dentro das pessoas, no seio das famílias, das comunidades e das organizações e movimentos locais e que não pode ser pensado de cima para baixo nem de fora para dentro.

¹ STARK, Wolfgang. **Empowerment**: neue handlungskompetenzen in der psychosozialen praxis. Freiburg und Breisgau: Lambertus, 1996. VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **O Poder que brota da dor e da opressão: empowerment**, sua história, teoria e estratégias: Paulus, 2003. – (Alternativas). SEN, Gita. **Empowerment as an approach to poverty**. Pnud, 1997.

Dessa forma, aproximo da noção de *empoderamento* na perspectiva de o desenvolvimento sustentável, à medida que indica para uma construção alternativa ao poder de poucos sobre muitos. É produto de lutas para obter, criar e ampliar os poderes para a vida, levadas a cabo, através de ações de incontáveis pessoas, grupos, organismos, redes, frentes, associações, cooperativas de produtores, de colonos, desempregados, também por partidos políticos e organizações diversas de mulheres. Considerando o protagonismo das mulheres nas iniciativas solidárias, essas experiências podem contribuir a médio e longo prazo para a ruptura e superação da visão androcêntrica, das relações discriminatórias e dos múltiplos mecanismos de negação das especificidades femininas.

O conceito de empoderamento é o tema central das políticas sociais e saúde mental na Europa, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, principalmente, a partir dos anos 90. Historicamente, o empoderamento está associado a formas alternativas de se trabalhar as realidades sociais, suporte mútuo, formas cooperativas, formas de democracia participativa, autogestão e movimentos sociais autônomos. O empoderamento se altera segundo as diferentes situações, considerando que elas refletem as várias necessidades dos indivíduos, grupos, organizações, escolas e comunidades, no contexto onde ocorre o empoderamento.

Embora os agentes externos de mudança possam catalisar ou criar um ambiente favorável ao desenrolar do processo, o empoderamento não é algo que se possa fazer pelas pessoas, mas algo que as pessoas têm de fazer por elas mesmas, ou seja, são as pessoas que se empoderam a si mesmas. Para discutir-se o empoderamento é preciso que se entenda o poder dentro de um relacionamento social, no qual os atores possam usar os recursos de poder pessoal, social e político, para criar mudanças. O entendimento de empoderamento deve ter uma conotação de valor baseada na conceituação de poder compartilhado, ao invés do poder sobre o outro.

Consideramos que este processo tende a seguir um caminho, tendo como ponto de partida o empoderamento individual (pessoas e famílias) e crescendo no sentido do empoderamento coletivo (comunidades, movimentos, organizações e redes da sociedade civil). Tem como objetivos a transformação das relações de poder e um maior nivelamento dos graus de poder, originando maior equidade na sociedade. O empoderamento permite aos grupos desprivilegiados ganhar significado para mudar sua condição de opressão.

Cabe-se refletir sobre a própria noção de empoderamento. Essa foi utilizada, inicialmente, na década dos anos 70, com os movimentos sociais, especialmente, com o movimento feminista. Nos dias atuais, a designação – empoderamento – foi fomentada em outros setores da sociedade, na academia e nos discursos da militância dos diversos movimentos sociais². Nos anos 90 se observa a expansão do uso deste conceito para outras áreas do debate sobre Desenvolvimento, especialmente a partir das grandes conferências mundiais. O reconhecimento da necessidade de se empoderar as pessoas e grupos que vivem na pobreza passa a ser percebido, com maior ou menor ênfase, como uma condição para o sucesso de políticas, programas, ou mesmo projetos, por um amplo leque de organizações, representantes de diferentes perspectivas políticas, de diferentes tamanhos, capacidade de influência e natureza.

O conceito de empoderamento casa-se com o que Freire denomina de pedagogia da autonomia. Empoderar é sinônimo de “ensinar a pensar certo” como quem “fala com força do testemunho”. É estabelecer “ato comunicante, co-participado”³. Trata-se de estabelecer a curiosidade de saber sobre si e sobre o outro.

A generalização do uso do conceito e da abordagem veio acompanhada com uma redução da prática social e política do empoderamento a questões técnicas e instrumentais. Isto é, o empoderamento passou a ser considerado principalmente como uma técnica que compreende metodologias específicas e menos como um complexo processo social e político. Esse caminho do empoderamento teria então como ponto de partida o aumento da auto-estima e da autoconfiança das pessoas, famílias e comunidades que se encontram em estado de pobreza, ou seja, o aumento de seu poder pessoal. Esse aumento da auto-estima e autoconfiança individual e coletiva poderia ser conseguido através da (re)valorização e do estímulo à expansão das capacidades das pessoas, famílias e comunidades.

As estratégias de empoderamento e de direitos estão presentes nas táticas e práticas que visam, sobretudo, a promoção do desenvolvimento alternativo, de comunidades carentes, na perspectiva da pobreza. Desenvolver uma consciência crítica é um meio crucial de ganhar poder.

² LEÓN, Magdalena. El empoderamiento en la teoría y práctica del feminismo. In: León, Magdalena. *Op. cit.* p.21.

³ FREIRE, Paulo e FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 (Coleção Educação e Comunicação).

O empoderamento é pensado e vislumbra a distribuição do poder de realizar ações entre muitos que são excluídos. Assim pensa-se na discussão de gênero, em Morrinhos, com proposta de empoderamento de mulheres que sofrem por conta de estarem à margem das políticas públicas e encontrar-se em situação de pobreza. A consciência crítica envolve os entendimentos de como as relações de poder na sociedade moldam as experiências e percepções de cada pessoa, e de poder identificar como cada um pode ter um papel dentro de uma mudança. A questão se desenvolve na análise da realidade construída a partir da existência das coisas, da difusão de idéias, da criação de opinião, do sentido que o homem dá a sua existência, ou seja, é a construção da vida cotidiana que constitui a realidade social⁴.

1.1 O PROCESSO DO EMPODERAMENTO: MORRINHOS EM QUESTÃO

Todas as relações sociais, estabelecidas em Morrinhos, estão articuladas com a noção de poder, que podem ser compreendidas, enquanto estratégias de uma ação que visam às diversas esferas, através das capacidades de agir para alcançarem objetivos e interesses que dão sentido à existência humana. Com isso, ocorreu o entendimento de como os membros de um grupo podem afetar as circunstâncias da vida, é crucial para identificar a falta de poder como uma fonte de problemas, no sentido de alcançar uma mudança social mais do que a individual. O empoderamento definido como “o processo pelo qual pessoas, organizações e comunidades ganham domínio sobre suas vidas”.

Nessa perspectiva, o poder se caracteriza enquanto um fenômeno social que é estabelecido tanto por instituições, como pelas relações entre os indivíduos em seu cotidiano. Outra forma de dar o primeiro estímulo ao processo de empoderamento é através da conscientização das pessoas e famílias em relação às privações de que são alvo e sobre seus direitos, incentivando sua mobilização e organização para a implementação dos mesmos. Neste caso será também necessário um processo de aumento de auto-estima e de autoconfiança dessas pessoas, famílias e comunidades.

⁴ SEN, Gita. *Op. cit.*

Essas noções, quando discutidas no local, passam a encaminhar questões referentes ao desenvolvimento sustentável, ou autogestão de recursos políticos, econômicos e sociais como forma de diminuição da pobreza, e é o termo oficial usado pelas organizações de desenvolvimento no Brasil.

Empoderamento, na discussão da sociedade de Morrinhos, nasceu como um meio de criar perspectiva de desenvolvimento local alternativo sustentável, que tem origem dentro das pessoas, no seio das famílias, das comunidades e das organizações e movimentos locais e que não pode ser pensado de cima para baixo nem de fora para dentro. O processo de empoderamento das mulheres de Morrinhos traz à tona uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas.

Assim, o Serviço Social aproxima-se da idéia do empoderamento articulando o objeto de estudo. Como bem define Iamamoto (1997)⁵ o objeto do Serviço Social nos seguintes termos: Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc.

A Questão Social também é vista como sendo desigualdade e rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os Assistentes Sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. “[...]a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do Assistente Social.” (IAMAMOTO, 1997) Nesse caso, o profissional é visto como agente de empoderamento e como sujeito do relacionamento, e permanece como sendo o ator controlador, definindo os termos da interação.

⁵ IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza: CRESS - CE, Debate n. 6, 1997.

Aborda Faleiros (1997)⁶ que o empoderamento é entendido como o “fortalecimento dos sujeitos da intervenção profissional em um processo de articulação de recursos, imaginários e redes, que são capitais ou patrimônios disponíveis nas relações sociais de classe, gênero, raça e cultura”. Assim, segundo Faleiros, essa perspectiva vai muito além do combate aos dispositivos que reforçam o estigma, a alienação e a fragilização pessoal. Para Vasconcelos (2003)⁷, este direcionamento pressupõe a concepção do que chama de paradigma da correlação e articulação de forças, pelos quais as relações sociais implicam conflitos de interesse econômicos, de ideologias, de poder, de raça, de etnias, de gênero, entre disciplinas e profissões, que possibilitam estratégias de resistência, indisciplina, e conseqüentemente, de mudança.

A categoria empoderamento cria espaços para novas abordagens e perspectivas, correspondendo um viés de análises que problematizam as heranças arraigadas e construídas sob bases e práticas patriarcais. Nos dias atuais, muitas mulheres não podem decidir sobre suas vidas, não se constituem enquanto sujeitos, não exercem o poder e, principalmente, não acumulam este poder, mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato controlam o poder. Estas mulheres exercem pequenas parcelas de poder ou os pequenos poderes que lhes tocam e que lhes permitem romper, em alguns momentos ou circunstâncias a supremacia masculina, são poderes tremendamente desiguais. Esta subalternidade, determinante na condição feminina, é fruto do seu papel de gênero.

O domínio patriarcal (masculino) apresenta na sociedade distintas manifestações. O patriarcado. Esta organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquétipo viril). A conquista legal seria necessária num processo de transformação mais amplo, onde o próprio conceito de igualdade fosse questionado.

Ele está presente no cotidiano do mundo doméstico e do mundo público. Não é preciso praticar a discriminação aberta contra a mulher ou a violência explícita para demonstrar sua presença na medida em que esse poder de gênero este assegurado através dos privilégios masculinos e das

⁶ FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

⁷ Vasconcelos, *Op. cit.*

desigualdades entre homens e mulheres. O controle masculino do trabalho das mulheres; O acesso restrito das mulheres aos recursos econômicos e sociais e ao poder político, cujo resultado é uma distribuição muito desigual dos recursos entre os sexos; A violência masculina e o controle da sexualidade.

Porém, nos dias atuais, muitas mulheres articulam-se em torno do enfoque da igualdade sem se dar conta que o próprio conceito de igualdade existia a partir de um modelo masculino e patriarcal de organização política. Inúmeras vezes as mulheres lutaram e lutam por igualdade de direitos e oportunidades. Esse processo de descoberta foi vivenciado também nos projetos de desenvolvimento que durante muito tempo buscaram a melhoria da condição feminina através dos enfoques de bem-estar social. Em Morrinhos, a situação econômica e social, demonstra que mulheres têm baixo nível educacional, de qualificação e desenvolvem práticas de trabalho tradicional na agricultura e não possuem salários.

Pode ter seu empoderamento com o fomento de iniciativas que visem cidadania e sustentabilidade das pessoas que moram neste local e produzem ali sua cultura. Na produção cultural e econômica da região, as mulheres possuem papel significativo, mas o que produzem possui menos visibilidade em relação ao que o homem produz e esta é uma realidade que precisa ser modificada.

Além disso, é através do empoderamento que se busca a possibilidade de quebrar paradigmas das relações de dominação que sustentam a pobreza e a tirania, ambas, fontes de privação das liberdades substantivas. Segundo Stromquist (1994)⁸, os parâmetros do empoderamento são: construção de uma auto-imagem e confiança positiva; desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente; a construção da coesão de grupo; a promoção da tomada de decisões; a ação⁹. Assim, a noção de empoderamento foi desenvolvida, em Morrinhos, articulando a idéia de identidade de gênero, nas lutas sociais desse grupo em seu processo histórico.

⁸ STROMQUIST, Nelly. La Búsqueda del Empoderamiento: em qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEON, Magdalena. **Poder y Empoderamiento de las mujeres**. Santafé de Bogotá. TM Editores: 1997.

⁹ STROMQUIST, Nelly. La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In: Leon, Magdalena. *Op. cit.* p.105.

1.1.1 Mulheres no Processo de Empoderamento

O empoderamento das mulheres no local em destaque representa um desafio, pois se abriu espaço para um novo horizonte de mudança, quanto à dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir. Esta visão do empoderamento, Faleiros (1997)¹⁰, como um processo que diz respeito, basicamente, às relações de poder entre grupos sociais e organizações veio ao encontro da orfandade paradigmática e política criada no final do século com a crise do marxismo e o fracasso do socialismo real e das revoluções nacional-populares.

Com perspectivas de empoderamento se procura combater a ordem naturalizada ou institucionalizada dessa dominação (seja ela pessoal, grupal, nacional, internacional; seja ela econômica, política, cultural ou social) para construir relações e ordens mais justas e equitativas. O empoderamento implica em rever conceitos, ou lembrando a antiga palavra de ordem: comprometer-se em estar preparado para lidar quase todo o tempo com conflitos. Esses conflitos são estabelecidos dentro de uma perspectiva histórica das comunidades.

A identidade de gênero, quando relacionada com a noção de empoderamento, pode associar com o termo “cultura” apresentando uma pluralidade semântica, mas, dados os limites deste trabalho, limitar-nos-emos a seu significado de “humanização do mundo”¹¹. Neste sentido, cultura é tudo aquilo que resulta do pensar e do agir humano sobre a natureza, com vistas à obtenção de bens e serviços necessários à sobrevivência e reprodução da espécie. Em suma, cultura é toda ação humana que confere um novo significado ao que originalmente as coisas e os processos tinham no seu estado natural.

Um das discussões mais comuns na comunidade de Morrinhos é a questão do desemprego das mulheres que não têm oportunidades para ter uma renda familiar fixa. Permanecer na comunidade, para essas mulheres, representa assumir uma vida sem renda, pois, não é uma

¹⁰ FALEIROS, *Op. cit.*

¹¹ FRIEDMAN, J. Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras: Celta, 1996.

escolha, mas uma imposição da vida. Muitas mulheres têm filhos, e não têm como migrar com todos, daí então a alternativa é residir no espaço da comunidade e assumir uma condição econômica de extrema pobreza, como podemos observar nas falas destes sujeitos no grupo focal:

“Se fosse estudada e atraís do meu corpo não tivesse essa penca de fiuo, eu já tinha caído no mundo para buscar trabalio, aqui só deixa a gente mais triste porque não temo onde traibaier”. (Ametista)

“Não guento mais vê meus fiuos passando fome, e não posso fazer nada para mudar essa vida, o homem só faz beber”. (Esmeralda)

Conforme assegura Potyara Pereira (2006)¹², a segurança econômica é uma necessidade intermediária que deve ser satisfeita para garantir a manutenção e o desenvolvimento da autonomia individual, pois tem como pressuposto duas possibilidades: o indivíduo poder planejar e ver realizado um futuro concreto; ou o indivíduo pode fazer isso uma série de normas, recompensas e relações humanas previsíveis e duradouras.

A noção de empoderamento, na pesquisa com a comunidade de Morrinhos, não é algo que pode ser feito a alguém por uma outra pessoa, ou seja, apenas pelo pesquisador. Pois mostra que os pesquisados não estão à parte do processo da pesquisa, existindo uma prática dialógica (FREIRE, 1979)¹³ entre ambos. Ou seja, os pesquisados e pesquisadores comportam-se no processo de investigação como agentes de mudança.

Pensam na existência, principalmente como as políticas e as ações governamentais podem fazer em criar um ambiente favorável ou, opostamente, colocar barreiras ao processo de empoderamento. Cada vez mais se percebe que o discurso e a prática do empoderamento passaram a ser uma nova esperança na construção da revolução socialista ou antiimperialista no século XXI. Esta é uma autêntica expectativa de mudança, porém quando introduzida no trabalho de combate à pobreza. Contudo, levam-se em consideração também as identidades da

¹² PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

¹³ FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17.ed. 1979.

pessoa, como um produto histórico, social e cultural, não secundarizando em função do interesse otimizado do indivíduo, enquanto produto do mercado.

No processo de empoderamento da pesquisa vigente, torna-se interessante a necessidade da análise das relações de poder no combate à pobreza, no local em destaque. O enfrentamento da pobreza através de uma abordagem de empoderamento requer, conseqüentemente, uma clara compreensão das relações de poder e dos tipos de exercício de poder principais e secundários que as conformam.

No combate à pobreza de Morrinhos, esta abordagem implica no desenvolvimento das capacidades das pessoas pobres, sobretudo mulheres que são excluídas do processo de aquisição de gêneros de subsistências, venham a superar as fontes de privação da liberdade e direito à vida, tendo a garantia de realizar escolhas e se beneficiar delas.

Diante desta colocação Potyara (2006)¹⁴ contribui afirmando que a “educação assume um papel fundamental para o fortalecimento e a expansão da autonomia”, de forma que, o empoderamento servirá como estratégia de combate à pobreza nos discursos, diluído em digressões sobre o progresso em termos econômicos, técnicos ou informacionais, cada vez mais se oculta à discussão das relações entre desenvolvimento e poder. Esse ocultamento não é sem conseqüências, já que dificulta identificar tanto a própria concepção de desenvolvimento como os entraves para a construção de um projeto alternativo.

Desse ponto de vista, essa pesquisa seguiu um caminho alternativo, implicando na promoção futura de um modelo de desenvolvimento que venha permitir expansão das liberdades substantivas e instrumentais das mulheres de Morrinhos. O destaque recai, porém, sobre a importância de certos constituintes no papel social desenvolvido na comunidade, como: a valorização da figura materna, a solidariedade, o trabalho, a coragem, a resistência, o que possibilita maior representatividade política dessas mulheres em suas comunidades.

¹⁴ Potyara Pereira, *Op. cit.*

No Brasil, inúmeros estudos têm focalizado as mulheres inseridas em grupos diferenciados, lançando luzes sobre trajetórias muitas vezes imprescindíveis dentro de um determinado contexto, mas que foram ignoradas ou negligenciadas em muitas pesquisas. Quando se trata de recuperar aspectos da vida diária de um determinado grupo social, os papéis masculinos e femininos devem aparecer claramente delimitados, como de fato são até os dias de hoje.

A exclusão social da mulher é secular e diferenciada. Segundo Stoer (2004)¹⁵, “se existe um lugar decididamente identificado pelo público como fonte de exclusão é o trabalho. Certamente que este se relaciona com formas mais freqüentes e novas de desemprego que ganharam terreno nos últimos trinta anos. A compreensão sobre a condição bipolarizada do sexo possibilita indicações dos nortes da exclusão social fundamentada na diferença”. É sabido que o fenômeno da exclusão não é específico da mulher, mas atinge os diferentes segmentos da sociedade. É também notório que a exclusão não é provocada unicamente pelo setor econômico, embora se admita que este seja um dos principais pilares de sustentação desse fenômeno. A exclusão é gerada nos meandros do econômico, do político e do social, tendo desdobramentos específicos nos campos da cultura, da educação, do trabalho, das políticas sociais, da etnia, da identidade e de vários outros setores.

No espaço brasileiro, os estudos que abordam as relações de gênero acompanham os diferentes momentos dos movimentos sociais feministas. A partir da década de 70, as emergências destes movimentos sociais consolidam novas forças políticas em vários lugares do planeta. Movimentos sociais anticoloniais, étnicos, raciais, de homossexuais, ecológicos e de mulheres despontam e modificam lugares e mentalidades. Esses novos movimentos sociais rompem a unidade das conceituações tradicionais e promovem novas formas de entendimento do mundo.

Para Melucci (1989)¹⁶, estes movimentos são formas de ação coletiva baseada na solidariedade, que se diferenciam de outros tipos de ação coletiva por que desenvolvem um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Segundo Santos (1997)¹⁷, os movimentos sociais

¹⁵ STOER, Stephen R. **Os luhares da exclusão social**: um dispositivo de diferenciação pedagógica / Antonio M. Magalhães, David Rodrigues. São Paulo: Cortez, 2004.

¹⁶ MELUCCI, Alberto. **Nomads of the Present**: Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society. Filadélfia, Temple University Press, 1989.

¹⁷ SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. São Paulo: Vozes, 1997.

identificam novas formas de opressão que extrapolam as relações de produção e atingem grupos sociais transclassistas ou a sociedade, advogando um novo paradigma social. Essa articulação entre academia e movimentos sociais se processou a fim de questionar o espaço da mulher no projeto do Estado brasileiro, que tem um perfil compreendido em elementos patriarcal, branco e machista¹⁸.

Diante disto, encontra-se também inserida a questão da identidade da mulher rural, diante das sociedades modernas, que têm por definição sociedades de mudança constante, rápida e permanente¹⁹. A recente discussão sobre a questão da mulher exige uma profunda revisão nos modelos de gestão utilizados para a implementação das políticas sociais.

Dentro desta ótica, a Constituição Brasileira de 1988 propiciou um marco histórico contemporâneo de extrema relevância no processo de mobilização da sociedade civil brasileira no exercício de sua cidadania. No âmbito desta mobilização estavam entidades de diversos movimentos sociais, buscando incluir dentre os princípios constitucionais as lutas dos oprimidos em debate no campo das políticas públicas.

Portanto, este estudo faz uma abordagem etnográfica a respeito da análise do Serviço Social frente ao processo de empoderamento das mulheres da comunidade de Morrinhos, em Feira de Santana, na implementação das Políticas Públicas. Ainda assim, a pesquisa é uma construção educativa que atua sobre a vida e o crescimento da sociedade, “conhecer a sua própria realidade... participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele.” (BRANDÃO, 1999)²⁰. O primeiro passo para a transformação social é envolver os grupos sociais na geração de seu próprio conhecimento e na sistematização de sua própria experiência (VASCONCELOS, 1979)²¹.

Esse estilo alternativo de pesquisa qualitativa tem como um dos grandes precursores Paulo Freire, devido ao conjunto de experiências que foram sustentadas pela concepção

¹⁸ SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1993.

¹⁹ HALL, Stuart. **Identidade na pós-modernidade**. D&A editora, Rio de Janeiro, 2000.

²⁰ BRANDÃO, Carlos R. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

²¹ VASCONCELLOS FILHO, Paulo de, MACHADO, Antônio de Matos Oliveira. **Planejamento estratégico: formulação, implantação e controle**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

conscientizadora de educação desenvolvida em fins da década de 60, no âmbito das transformações agrárias operadas em alguns países do Terceiro Mundo.

Na perspectiva libertadora de Paulo Freire *apud* Brandão (1999)²² toda pesquisa temática se faz ação pedagógica e toda autêntica educação se faz investigação do pensar. Essa definição implica um trabalho conjunto de pesquisa e discussão no qual participam pesquisador e pesquisados “*mediatizados*” sempre pela realidade a ser conhecida e transformada.

No caso específico do estudo ora apresentado, o vínculo dos propósitos da metodologia qualitativa objetivou-se resultados que possam fortalecer a organização e o poder das mulheres investigadas, para que juntos possam desvendar a realidade, desafio que é ressaltado por Paulo Freire em várias ocasiões. Portanto, busca-se nessa metodologia um componente político que possibilita discutir a importância do processo de investigação tendo por perspectiva o processo de empoderamento, derivado das inquietações da autora, em relação como as mulheres deste local estabeleceram as relações sociais no espaço que estão inseridas, às dinâmicas de seu cotidiano e às perspectivas do empoderamento local por meio do desenvolvimento sustentável.

Neste modelo de empoderamento, o contexto é algo que deve ser levado em conta, já que o empoderamento se altera segundo as diferentes situações, considerando que elas refletem as várias necessidades dos indivíduos, grupos, organizações, escolas e comunidades, no contexto onde ocorre o empoderamento. Desse modo, as forças sociopolíticas que influenciam o comportamento saudável devem ser manipuladas dentro de um contexto de cultura utilizando membros da comunidade com qualificação direcionada.

O significado central do empoderamento está no “*ganho de poder*”, sendo que poder, neste contexto, traduz a idéia da habilidade de agir e criar mudanças dentro de uma desejada direção. Para se discutir o empoderamento é preciso que se entenda o poder dentro de um relacionamento social, no qual os atores possam usar os recursos de poder pessoal, social e político, para criar mudanças.

²² BRANDÃO, *Op. cit.*

O entendimento mais comum de empoderamento, dentro do campo da saúde, trabalho social, educação ou psicologia comunitária, deve ter uma conotação de valor baseada na conceituação de poder compartilhado, ao invés do poder sobre o outro. Isto compreende que o empoderamento deve permitir aos grupos desprivilegiados ganhar significado para mudar sua condição de opressão. Qual deve ser o meio pelo qual as pessoas podem vir a obter este poder? Freire nos oferece a resposta para essa indagação ao responder que é através do desenvolvimento de uma consciência crítica.

O entendimento de conscientização de Freire (1979)²³ fornece a base para ligar esses três níveis de empoderamento. Conscientização envolve o desenvolvimento de um sentido de identificação com o grupo, de compartilhar o destino deste grupo e de eficiência própria, individual e coletiva. Este componente envolve tanto a opinião cuja ação efetiva é possível, quanto a capacidade (habilidade e recursos) para desenvolver uma estratégia efetiva para a ação.

Nesta experiência, compreendeu-se o empoderamento através de uma reflexão dialética entre o relacionamento de serviços e empoderamento, pois, de um lado, os serviços são sempre veículos através dos quais grupos marginais se tornam envolvidos em ações políticas e decisões públicas. Por outro lado, os serviços podem sempre ser desempoderados e ter uma dependência não saudável do Estado. Assim, eles diminuem o senso de autonomia entre os grupos, evitando o engajamento na ação política desses mesmos grupos.

Existe um uso do conceito de poder e empoderamento sem considerar o seu contexto, e uma falta de análise da opressão política e do prejuízo psicológico que isso pode criar. Divorciado do seu contingente histórico, o empoderamento é mais um paliativo do que um desafio ao *status quo*. Em nome do empoderamento e da sociedade civil, a responsabilidade para o bem-estar social está sendo relegada ao mais baixo nível da organização social.

Desenvolver uma consciência crítica é um meio crucial de ganhar poder. Uma consciência crítica envolve o entendimento de como as relações de poder na sociedade, moldam as experiências e percepções de cada pessoa, e de poder identificar como cada um pode ter um

²³ FREIRE, *Op. cit.*

papel dentro de uma mudança social. Isto é particularmente importante em situações de desigualdade, nas quais os indivíduos internalizaram crenças sobre sua própria identidade e poder, em potencial. O entendimento de como os membros de um grupo podem afetar as circunstâncias da vida é crucial para identificar a falta de poder como uma fonte de problemas, no sentido de alcançar uma mudança social mais do que a individual.

1.2 DEBATE EPISTÊMICO: GÊNERO EM QUESTÃO

Ao buscar a trajetória do conceito de gênero, podemos destacar que as pesquisas nessa área ganharam espaço na academia, contudo, sofreram resistência inicial para adoção de linhas de pesquisa com essa temática. No contato multidisciplinar com o estudo das mulheres pode-se perceber que ocorreu uma aproximação das ciências sociais, que impulsionaram o ingresso das mulheres na área de humanas, ainda na década de 30, com as primeiras manifestações do movimento feminista.

O feminismo é o movimento social que defende igualdade de direitos e *status* entre homens e mulheres em todos os campos. A partir do momento em que as mulheres se mostraram capazes de contribuir para o sustento de suas famílias, não foi mais possível tratá-las apenas como donas-de-casa ou objetos de prazer. As difíceis condições de trabalho impostas às mulheres conduziram-nas a reivindicações que coincidiam com as da classe operária em geral. É, pois, dessa época que data a estreita relação do feminismo com os movimentos de esquerda.

No início da década de 50 (SCHWARCZ & SOUSA REIS, 1996)²⁴, o mundo constatava as conseqüências dos acontecimentos naquela primeira metade do século, como o grande fluxo migratório entre a Europa-América e Ásia-América, suas múltiplas influências culturais, pressões econômicas, genocídios, questões raciais que vieram à tona com a descolonização da África, sem esquecer o questionamento das políticas internas de países americanos quanto a

²⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz & SOUSA REIS, Leticia Vidor (org.) **Negras Imagens** - ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: Estação Ciência/Edusp, 1996.

imigrantes, índios e negros e a emergência intelectual e profissional de mulheres que após os anos de guerra participaram da reconstrução de nações, as quais constituíram uma força efetiva, não se conformando em voltar para seus lares ou para posições desprestigiadas pelo mundo masculino.

Nas duas últimas décadas do século XX, as ciências sociais foram movidas pelos estudos feministas. Tais estudos analisavam a vida social a partir da experiência das relações de gênero. O conceito de gênero envolve duas dimensões: uma compreende que a idéia do biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino, a outra envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social²⁵.

Ao buscar uma reflexão histórica a respeito da construção do conceito de gênero, pode-se perceber que tudo começou a partir dos questionamentos que se faziam sobre os rumos dos estudos das mulheres. Os estudos feministas estiveram rodeados de sentidos teóricos e políticos diferentes. Ocorreu uma ruptura da construção teórico-metodológica das discussões dos estudos sobre mulheres, quando trouxeram para arena dos embates novos desafios. A análise da construção social do sentido de ser mulher foi transportada para diferentes lugares.

A generalização do uso do conceito de gênero ocorreu inicialmente no espaço intelectual anglo-saxão. Tal construção deu-se através de uma proposta multidisciplinar que se aproximou das áreas de história, sociologia, antropologia, literatura, filosofia, psicologia. A nova abordagem do conceito de gênero desvinculava-se do sentido da construção dos significados sociais femininos compreendidos apenas na escala biológica²⁶.

Falar da construção do paradigma de gênero representa afastar-se do sentido biológico e aproximar-se do social e do cultural. O sentido da identidade social que se prendia ao biológico analisa a mulher, mas descartava as relações sociais e culturais. A identidade de mulher é

²⁵ SORJ, Bila. O Feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: A. O. Costa & C. Bruschini (orgs), **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992, p.15-23.

²⁶ MACHADO, Lia Zonatta. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu** (11): trajetórias do gênero, masculinidades... Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero /UNICAMP 1998, p. 106-125.

construída em confronto com as relações que se mantêm do “outro” biológico, mas também com o “outro” cultural que pode ser do mesmo sexo²⁷.

O termo gênero surgiu no espaço acadêmico no movimento em que as pesquisadoras feministas buscavam, através dos chamados estudos das mulheres, desmistificarem a atribuição da condição da mulher na sociedade. Esses estudos pautavam-se nos debates feministas. Várias feministas envolvidas com a militância se iniciaram nos trabalhos de reflexão e produção acadêmica. O conceito de gênero, surgido no contexto anglo-saxão, passou a ser utilizado com o sentido de caracterizar uma relação, e, sem dúvida não tratava apenas de um novo rótulo, porém de opção por uma mudança de ordem epistemológica, ou seja, uma via teórica.

A desvinculação da militância não se deu de imediato, e as mulheres permaneceram centradas no eixo da denúncia da opressão, que tinha um caráter mais descritivo do que analítico. Gradualmente, o recorte analítico ganha espaços, e as feministas realizam análises consistentes nos campos da sociologia, da história, da literatura e da educação. As feministas aproximaram-se do marxismo utilizando o conceito de “gênero”, a partir dos movimentos feministas. Este explicava as relações sociais através da teoria da opressão da mulher, o que determinou a origem do conceito de patriarcado. Nas leituras do feminismo socialista se enfocava tais concepções com a fundamentação da teoria marxista, principalmente da exploração da mulher pelo capitalismo²⁸.

As discussões centravam-se, sobretudo, na questão do trabalho doméstico no capitalismo, que nunca fora tratada nem por Marx e nem por Engels. Os estudos de gênero, nessa fase, tentam buscar nas teorias marxistas uma compreensão da vida social feminina ao longo da história, prendendo-se a justificativa de que as mulheres são exploradas dentro do sistema capitalista através da domesticação do trabalho²⁹.

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ ARAUJO, C. Marxismo e Feminismo, tensões e encontros de utopias atuais. In: **Revista Presença da Mulher**, 1982.

Em Engels (1982)³⁰, compreendem-se as opressões sexuais como parte daquilo que o capitalismo herda dos contornos sociais anteriores a sua formação. O domínio do sexo, do gênero e da procriação humana tem sido sujeito a uma contínua e milenar atividade social que o transformou. Sexo, como conhecemos, identidade de gênero, desejos e fantasias sexuais, conceitos de infância - é em si mesmo produtos sociais.

Na maior parte da tradição marxista, e mesmo no livro de Engels, o conceito de “segundo aspecto da vida material” tem sido tendencialmente apagado por se diluir no pano de fundo ou, simplesmente, ser incorporado nas noções habituais de “vida material”.

Os movimentos sociais dos anos 60 trouxeram uma nova leitura das relações femininas na sociedade através da idéia de identidade coletiva. Dentro das universidades, o número de estudantes do sexo feminino provenientes de setores menos favorecidos da economia, ou ainda de etnias marginalizadas, começava a se ampliar durante esta década, pressionado pela inclusão de temas sociais e culturais, que os atingia particularmente, nos programas de pesquisa.

No Brasil, apesar das pesquisas elaboradas por Florestan Fernandes (1960)³¹, na década de 60 sobre o racismo, e da repercussão dos avanços feministas nos Estados Unidos e Europa, questões sobre etnia e gênero só iriam surgir para os historiadores a partir do final dos anos 70, na esteira do ressurgimento dos movimentos sociais organizados, no crepúsculo da ditadura militar (SCHWARCZ & SOUSA REIS, 1996)³². Ainda na década de 70, por exemplo, a Unesco promoveu uma ampla discussão sobre o racismo que incentivou a pesquisa sobre este fenômeno em diferentes partes do mundo durante mais de uma década.

A vivência de relações de solidariedade é fundamental para a construção de empreendimentos, haja vista serem estas um de seus principais diferenciais em relação a lógica capitalista. A solidariedade traz consigo a centralidade da pessoa humana, sua relação com a vida, com o semelhante. Extrapola preconceitos, diferenças de gênero, étnicas, a medida que conecta-se com a natureza humana, com a potencialidade de cada SER.

³⁰ MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo, Livraria Ciências Humanas, 1982.

³¹ FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**, 1960.

³² SCHWARCZ & SOUSA REIS, *Op. cit.*

As trajetórias de empoderamento das entrevistadas têm as marcas de gênero, étnica, histórica, cultural, territorial, bem como elementos de cada subjetividade, de cada trilha de vida. O estudo das trajetórias ocupacionais demonstra a interferência de sua condição feminina, do diferenciado acesso a escolaridade e da dupla jornada. Iniciamos esse debate com o perfil das entrevistadas que demonstra o caminho percorrido até chegarem aos empreendimentos de Economia Solidária. Já a marca de gênero se expressa na saída do trabalho para cuidar das filhas, para garantir o afeto, o acompanhamento, como sendo uma tarefa “naturalmente” definida como feminina. O espaço da casa, do privado foi instituído como “lugar de mulher”, é lá onde ela é a dona, a chefe, onde organiza, determina.

Os estudos de “*gênero*” têm sido o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual³³. A ênfase no caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastou o fantasma da naturalização, emprestando à idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, na dimensão das relações de poder, de forma que, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado.

Os debates teóricos e políticos que trazem a categoria de gênero como o ponto principal da abordagem, conduziram a reflexão sobre a possibilidade de realização dessas leituras no entorno da trama social da comunidade de Morrinhos. Isto permitiu repensar a cultura, a linguagem, os meios de comunicação social, as instituições como a família ou a religião, os processos políticos como os movimentos sociais ou partidos políticos, nesta comunidade. A partir desta tarefa surgiu a proposta de buscar entender como gênero, ao construir uma teia de relações sociais, nos permite lançar um olhar interessado e comprometido sobre os processos sociais construídos e constituintes dos sujeitos sociais, onde se dão as práticas políticas de diversas organizações comprometidas com a construção de uma nova sociedade.

O acesso e a viabilidade na participação das mulheres em diferentes níveis do “poder” exigem que adotemos estratégias mais ousadas e maior esforço para a sua consecução. Portanto, a visão feminina em todo processo é importante para a sua efetiva participação, no que tange a

³³ NORA, Purre e LE GOFF. **História: novos objetos, novos problemas, novas abordagens**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

cidadania, auto-estima, participação e controle social. A população rural que urge ser protagonista na questão de desenvolvimento local sustentável.

Em Morrinhos, as mulheres são a maioria de seus habitantes, por isso elas participam das decisões, por meio das tímidas organizações locais. Por ser a maioria, essas mulheres têm um significado a defesa de políticas para mulheres nesses fóruns de participação. Portanto, faz-se necessário que essas mulheres compreendam que a equidade é uma conquista e que devemos trabalhar não somente o conceito do “ser mulher”, mas, principalmente, em prol dessa efetivação, permitindo não só o entendimento, mas a intervenção nessa problemática.

O objeto de pesquisa originou-se de uma atividade de trabalho da pesquisadora como assistente em um trabalho desenvolvido em 2003, através da Secretaria Municipal de Planejamento de Feira de Santana. A partir destas atividades indagou-se sobre o papel do trabalho do Assistente Social e sua relação com a formação do sujeito de direito no cotidiano do trabalho. Notou-se que existe uma tensão entre os valores sem dimensão e os valores quantificáveis que tem lugar nesse cotidiano de trabalho. O atendimento à população, ou seja, um público, que muitas vezes não tem recursos econômicos para cuidar de si, no que tange no caso, à habitação. O que faz este atendimento ancorar-se nesses valores, que são os do bem comum. Todavia, no espaço social em que se desenrolam as atividades de trabalho do atendimento ao público, igualmente, aos demais espaços sociais, estão em permanente tensão de valores.

Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir. Dessa forma, o estudo das relações de gênero das mulheres de Morrinhos tornou-se um debate sobre empoderamento local, servindo como pano de fundo na discussão sobre a vida dessas mulheres.

É importante salientar que o advento dos novos objetos de pesquisa é imperativo para o campo do Serviço Social, devido à sua demanda e às novas perguntas presentes nessa área investigativa voltada para grupos específicos e frações de classe social. Dessa forma, tornou-se consensual entre os pesquisadores que a época moderna caracterizou-se por profundas mudanças em todos

os aspectos da produção da vida humana. Fatores econômicos, políticos e culturais, integrados, inauguraram um novo modo de organização social, ocasionando, também, uma mudança nas formas de pensar e perceber a natureza e as relações sociais. O que consideramos problemático não é, por certo, a pesquisa voltada aos novos objetos, mas a perspectiva paradigmática que os aborda, isolando-os do conjunto de determinações que o constituem.

Dessa forma, o Serviço Social é influenciado pelos novos paradigmas. Por esse caminho foi possível identificar um grupo de elementos que permeiam as pesquisas preocupadas em estudar o novo objeto gênero e que acabam por transformá-lo em um objeto isolado devido ao percurso teórico e metodológico seguido.

O pós-estruturalismo promoveu um novo modo de ver a realidade, percebendo-a de maneira fragmentada e fazendo com que esses fragmentos se constituam em novos objetos, entendidos dentro de um tempo específico também fragmentado. Estes estudiosos criticam as teorias totalizantes sob o argumento de que elas não dão conta de questões particulares, subsumidas às grandes narrativas, sobretudo a da luta de classes. Desse modo, “opções religiosas, questões de etnia, de gênero, geração e nacionalidade” passaram a se fazer mais presentes em seu trabalho do que anteriormente, assim como trabalhadores católicos, nacionalistas, mulheres trabalhadoras, dentre outras.

Para Scott (1999)³⁴, gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. Tem uma vasta produção sobre questões de gênero, contudo, ao que pudemos investigar, existem apenas duas publicações suas traduzidas para o português. Uma delas é o artigo intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, o qual foi publicado pela primeira vez em 1986 e só foi traduzido para o português no ano de 1990.

Scott (1999) afirma que nas décadas de 1970 e 1980 as teorias feministas compreendiam o gênero como um caminho para repensar os determinantes das relações entre os sexos. Isso foi importante para separar a visão biológica da cultural e para justificar mudanças na compreensão

³⁴ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre: 16(2): 5-22, jul/dez. 1999.

da história da mulher, ou seja, o termo gênero foi transposto para a arena social/cultural, abrindo, assim, mais espaços de análise. Constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica. Como os significados de *homem* e *mulher* variam de acordo com o tempo e lugar. É uma forma primeira de significar as relações de poder; como as normas reguladoras do comportamento sexual foram criadas e reforçadas; como emissões de poder e comportamento atravessam questões de masculinidade e feminilidade; como efeitos de estrutura simbólica afetam a vida social.

Nesse sentido, a trajetória feminina e a percepção de que essa luta pela igualdade se faz diuturnamente e em diferentes segmentos, e parecem perder espaço quando algumas mulheres se projetam em alguma forma de “poder”. A categoria de gênero tem sido um dos principais elementos articuladores das relações sociais nos diversos contextos brasileiros, nos permite entender como os sujeitos sociais estão sendo constituídos cotidianamente por um conjunto de significados impregnados de símbolos culturais, conceitos normativos, institucionalidades e subjetividades sexuadas, (SCOTT, 1999)³⁵, que atribuem a homens e mulheres um lugar diferenciado no mundo, sendo essa diferença atravessada por relações de poder que conferem ao homem, historicamente, uma posição dominante. Assim, o gênero serve como provocação para integrar os estudos de mulher junto às tradicionais áreas de investigação. O gênero traz a mulher da margem para o centro do processo histórico e para modificar a história já escrita, como indica a autora, ou seja, para repensar a história.

No final dos anos 70, as disputas de gênero passaram a ocupar lugares de destaques nos movimentos sociais, quando as mulheres ampliaram sua participação nos debates e na liderança das organizações, reivindicando mudanças na divisão do trabalho doméstico. Por um breve momento, o risco de desestruturação familiar provocada pela não-submissão das mulheres parecia ameaçar o movimento. Após um primeiro momento de desestabilização, tais movimentos ampliaram o debate sobre gênero e família que alterou o *status* das mulheres em seus quadros e no interior das famílias integrantes das organizações.

³⁵ SCOTT, *Op.cit.*

A crise dos movimentos acima citados revelava um momento de questionamento dos padrões culturais para a divisão do trabalho e das responsabilidades por sexo, no qual elementos da cultura tradicional eram colocados em xeque, ao mesmo tempo em que eram considerados parâmetros para a nova situação.

A década de 80 e o debate mundial sobre a globalização das economias, juntamente com o avanço nas tecnologias de comunicação, trouxeram consigo a questão da cultura e etnicidade, insufladas pelas reivindicações de caráter étnico e nacionalista e pela nova onda de xenofobia que invadiu a Europa e os Estados Unidos, e o nacionalismo que emergiu no final da década, com a dissolução da URSS e o ressurgimento das lutas pela emancipação na Irlanda e na Espanha.

No início dos anos 90, surgiram mudanças significativas, reflexos das pressões internas e externas provocadas pelos compromissos assumidos pelo Estado Brasileiro por meios de tratados e convenções internacionais. Por conseguinte, surge um novo discurso, onde o governo assume as responsabilidades com o cumprimento dos preceitos constitucionais³⁶, com a tarefa institucional de coordenar, articular e formular políticas públicas afirmativas, no sentido da promoção da igualdade racial e de combate à discriminação racial ou étnica.

Durante os anos 80 do século XX, as feministas *marxistas* possuem uma *teoria da história*, afirma Scott (1999)³⁷, o que é um avanço comparado à teoria anterior. Contudo, segundo a autora, um dos problemas da teoria marxista para a compreensão do gênero é que o próprio conceito de gênero, no interior do marxismo, foi tratado por muito tempo como um subproduto das estruturas econômicas e assim não teve seu próprio estatuto de análise. Esse fato, para a autora, limitou e retardou o desenvolvimento de novos caminhos de análise. No final das contas, tanto família como lar e sexualidade foram considerados produtos das transformações do modo de produção e isso limitou a compreensão de gênero.

³⁶ Em 21 de março, por meio da Medida Provisória nº 111 (convertida na lei nº10.678, de 23 de maio de 2003), foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Seppir.

³⁷ SCOTT, *Op. cit.*

Mais tarde, os estudos de gênero recebem contribuições de outras áreas como a psicanálise. Assim, a *teoria psicanalítica*, se divide em duas escolas: a anglo-americana, que trabalha com as *teorias de relação de objeto*, e a escola francesa, que se fundamenta nas leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud, no contexto das teorias da linguagem. De acordo com a autora, ambas as escolas trabalham com os processos pelos quais as identidades dos sujeitos são criadas e se concentram nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança a fim de encontrar as indicações sobre a formação da identidade de gênero.

Essas novas propostas teóricas proveram mudanças nos campos teóricos da História e das Ciências Sociais. Essas áreas foram respingadas e mesmo encharcadas com as propostas de fragmentação do real e desaceleração do tempo. Com o passar dos tempos o campo do Serviço Social também sofreu com essa mudança paradigmática. Algumas investigações no âmbito do Serviço Social já há algum tempo apontam a presença da crise paradigmática e também o interesse pelos novos objetos de investigação. Os resultados recentes de algumas investigações assinalam que, desde a década de 1980, a crise de paradigmas teóricos, a difusão de novas metodologias e o surgimento de novos objetos se faziam presentes na área.

Assim, o objeto é tomado como fragmento ou compreendido a partir de um recorte isolado, por ser estudado de modo desarticulado das demais relações sociais. Ou seja, o trabalho de pesquisa perde o campo da particularidade e de mediações que constitui seu objeto e se volta à sua singularidade imediata: transforma-o, assim, em objeto fragmentário, desconectado das múltiplas relações que o instituem. Dessa forma, as pesquisadoras feministas apontavam que os estudos feministas não acrescentariam novos temas de investigação, mas exigiriam “um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico.” Isso porque incluir a mulher na história implica rever e ampliar noções daquilo que tradicionalmente é considerado importante no campo da história e das ciências sociais.

Portanto, essa pesquisa indica que os novos objetos na área de Serviço Social apresentam-se, de modo geral, como histórias do cotidiano, gênero, etnia, sexualidade, subjetividade, identidade, grupos específicos, entre outros. Vários pesquisadores adotam os paradigmas emergentes para sua investigação. Vale salientar que a área de Serviço Social, enquanto profissão, no Brasil é marcada por relações de gênero, posto que essa representação profissional perpassa pela figura

do Assistente Social que, são percebidas como “mães espirituais”, por conta das marcas religiosas da profissão permanecerem, mas de forma reinterpretada, sendo que a doação e entrega continuam associadas a essa atividade.

Os atributos religiosos e femininos foram constituindo no Serviço Social, como a necessidade de dedicação, doação, amor, vigilância. Surge assim a idéia da profissão como sacerdócio, ou como uma prática de trabalho feminina construída pela “trabalhadora, assalariada e sindicalizada”. Compreende-se que as produções teóricas fabricam representações e descrições que constituem e produzem os sujeitos.

Refletir sobre o gênero no âmbito do Serviço Social permite compreender o modo como são construídas as identidades femininas e masculinas nas diferentes culturas; buscar entender como se estabelecem as relações de poder junto com as diferenças de classes, e perceber como as mulheres se instituíram no espaço para analisar seu papel e suas práticas neste campo e nos demais espaços sociais. Por isso a necessidade do desenvolvimento de pesquisas que relacionem o gênero e o espaço do Serviço Social.

Referente à igualdade de gênero, Fridemann (1996)³⁸ defende que um modelo de desenvolvimento que se intitula alternativo, tem que garantir no cerne de sua construção, a superação das desigualdades frente à condição das mulheres, nos diversos espaços. Seja nas condições socioeconômicas, no cenário político, no acesso à qualificação, ao crédito, como também na representatividade da mulher no interior das unidades domésticas, que ainda se prende a uma postura de subalternidade. Portanto, em gênero como construções e representações sociais, constituído diferentemente em épocas, lugares, territórios, culturas, religiões, condições econômicas e políticas.

Diante disso, construir um desenvolvimento alternativo, sustentável requer ações articuladas e complexas, demanda a elaboração de outra lógica de pensar as relações entre as pessoas e com a natureza. Por isso muitos são os artífices que constituem essa proposta. A incorporação da perspectiva de gênero no debate sobre desenvolvimento caracteriza-se em um indicador de

³⁸ FRIEDMANN, John. **Empowerment** – uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras: Celta, 1996.

análise acerca da qualidade de vida, da participação, da igualdade de acesso a direitos entre homens e mulheres, da consolidação da democracia e da cidadania.

A Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, que ocorreu em 1995, em Beijing, representa um marco, à medida que conseguiu dar à perspectiva de gênero o *status* de condicionante para avançar no combate à desigualdade social, principalmente com relação às mulheres, aos pobres, negras e negros. Neste sentido foi elaborada uma plataforma a ser seguida pelos governos, onde os mesmos assumem uma série de compromissos. Percebe-se a perspectiva de gênero como vetor de um desenvolvimento sustentável e a importância da construção de critérios inclusivos no tratamento da desigualdade entre homens e mulheres, bem como da equidade entre os povos, tradições e grupos étnicos.

Assim, considera a história das mulheres marcada por processo de discriminação e invisibilidade do papel das mulheres na sociedade, na vida, no desenvolvimento, nas decisões. Romper com esse silenciamento, visibilizar suas contribuições e o protagonismo das mulheres é condição para falarmos em democracia, em participação, em cidadania, em sustentabilidade.

À partir de questionamentos oriundos desses conhecimentos teóricos, e da minha vivência profissional, assumi o papel de ator e co-autor desta realidade que tento entender e simultaneamente contribuir para transformar, discuto nesta dissertação novas possibilidades de concepção filosófica e metodológica que contribuam para nortear um novo modelo de pensar as relações de gênero entre mulheres rurais.

Portanto, a perspectiva de gênero em questão, questiona esses reducionismos e aponta a conexão entre a injustiça social, a pobreza, a miséria e a concepção vigente de desenvolvimento. Explicita que as disparidades de classe, gênero, etnia são resultados de uma construção histórica de discriminação, aviltamento e alienação. Frente a isso, é urgente a desconstrução desse pensamento, a quebra desse paradigma que tem gerado fome, desigualdade e intolerância. É preciso renovar conceitos, valores, concepções e discursos, assumindo com comprometimento o desafio da democracia.

Ao levar em conta a análise do cotidiano das mulheres de Morrinhos, torna-se preciso focar o gênero enquanto categoria de análise, tudo isso abriu um campo novo de investigação, onde vicejaram diversas perspectivas de análise, que acompanham o debate no interior do feminismo. Para o feminismo radical, focado por Simone de Beauvoir (1949), o objeto central dessa corrente era o patriarcado. Essa ênfase destacava o sistema patriarcal do capitalismo como um todo. Segundo a autora, disseminava um alerta dizendo³⁹: “A Idade de Ouro da mulher não passa de um mito... A sociedade sempre foi masculina e o poder político sempre esteve nas mãos dos homens.”. “A humanidade é masculina” observou ela “...e um homem não teria a idéia de escrever um livro sobre a situação peculiar de ser macho...e nunca se preocupa em afirmar a sua identidade como um ser de um determinado gênero; o fato de ser um homem é óbvio.” É importante colocar como ponto de partida para o estudo de “O Segundo Sexo” e do resto da obra de Simone de Beauvoir, o fato que ela, apesar de reconhecer que os homens oprimem as mulheres, não deixa de lhes apreciar as capacidades...”.

De acordo com Beauvoir o papel sexual da mulher é, em grande parte, passivo; viver imediatamente essa situação passiva não é tão masoquista como a atividade do macho é sádica; a mulher pode transcender as carícias, a comoção, a penetração para o seu próprio prazer...; ela pode também procurar a união com o amante e entregar-se-lhe, o que significa uma superação de si e não uma abdicação.

Um outro fator importante desses estudos ocorre quando se começou a fazer uma distinção entre sexo e gênero, o sexo era visto como algo natural e o gênero como um elemento cultural. Outra autora que traz importante contribuição à temática do gênero é Teresita Barbieri (1992)⁴⁰, que centra sua análise nos limites teóricos do patriarcado, desenvolvendo estudos sobre as condições de vida, de trabalho e sobre a cultura produzida pela mulher. Além disso, tece suas considerações sobre a sociedade como elemento gerador da subordinação feminina, enfatizando, ainda, que é da sociedade que surge e se expande à categoria gênero.

³⁹ Simone de Beauvoir, 1949, O Segundo Sexo, realizando uma profunda análise sobre o papel das mulheres na sociedade; http://www.simonebeauvoir.kit.net/livros_01.htm.

⁴⁰ BARBIERI, Teresita. **Sobre a categoria de gênero**: uma introdução teórico-metodológica. SOS Corpo, Recife, 1992.

Ao voltar-se para si própria, as estudiosas do feminismo tentam construir um conceito de gênero desvinculado do sexo, que se referia à identidade biológica de uma pessoa. Gênero é construção social do sujeito masculino ou feminino. Nesse sentido, Joan Scott (1999)⁴¹, associando a categoria gênero aos limites das correntes teóricas do patriarcado, do marxismo e da psicanálise, tenta explicar a subordinação da mulher e a dominação dos homens.

Os estudos relativos à temática de gênero têm desenvolvido bastante no campo das ciências sociais, têm avançado no sentido de relativizar seu determinante biológico, questionando a tendência a uma naturalização das diferenças de comportamento entre homens e mulheres, entre jovens e idosos, entre grupos étnicos. Enfatiza-se a influência da cultura, das significações sociais que assumem cada uma dessas variáveis em diferentes grupos na organização social. Ao mesmo tempo, desvendam-se os mecanismos que, com base nessas diferenças, estabelecem novas hierarquias que interferem diretamente na dinâmica social.

Considera-se, em tais estudos, que os papéis sexuais são construções culturais, determinadas pela posição dos indivíduos quanto à camada social à qual pertencem e quanto à sua raça. Paralelamente, ao se tratar de relações entre grupos sociais e culturalmente diferenciados, depara-se com a necessidade de delimitar os papéis desses atores tanto dentro de seu próprio grupo quanto na visão do grupo antagonista.

Às vésperas do novo milênio, quando a globalização deixa de ser um recurso retórico e torna-se uma realidade na atividade das redes de comunicação e na transnacionalização do capital, é preciso reconhecer que a fragmentação das demandas é inevitável, que classe e raça são categorias que se mesclam sem se dissolver uma na outra (IANNI, 1992)⁴², e que estão profundamente relacionadas às alterações e permanências no panorama mundial.

É também neste momento que aumentam as preocupações com a família, considerada célula mais importante das sociedades, e as conseqüentes indagações sobre masculino e feminino em culturas e classes diferenciadas. Considerar gênero e etnia, portanto, é algo que extrapola os

⁴¹ SCOTT, *Op. cit.*

⁴² IANNI, O. **Sociedade global**. 1992.

estudos específicos desses segmentos, sendo muitas vezes relevante ao se analisar um determinado fato político ou econômico.

1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS: UM DEBATE QUE APROXIMA DO *LÓCUS* DA PESQUISA

As políticas públicas no Brasil vêm sendo formuladas no contexto de uma reforma setorial abrangente, que opera mudanças institucionais de grande magnitude, ao tempo em que introduz novos espaços de interlocução permanente entre Estado e sociedade na gestão pública. No decorrer dos anos 90, o tema da reforma do Estado adquiriu centralidade na agenda pública. Tal fato se deu pela conjunção de três dinâmicas muito particulares, cujo entrelaçamento produziu o impulso necessário para o tema do Estado.

Vale dizer, de sua crise, de suas funções e de sua reforma, ingressasse ruidosa e categoricamente na agenda nacional. A partir da presidência de Fernando Collor, desencadearam-se as primeiras medidas para reduzir o Estado e realizar a ruptura com o passado intervencionista, típico do modelo da industrialização substitutiva de importações e do desenvolvimento dos governos militares de 1964 a 1985. Pois, de um lado, ouviam-se ainda os ecos do movimento político anterior, referenciado pela oposição democrática à ditadura militar e pela luta contra o modelo de Estado interventor por ela patrocinado.

Tais questões apontaram para a necessidade de considerar que o Serviço Social se institucionalizava e se desenvolvia como profissão, cuja intervenção estava e está direcionada tanto para as condições materiais, quanto para as condições sociais de vida da classe trabalhadora, com um efeito no processo de reprodução da força de trabalho através da prestação de serviços previstos em programas nas áreas da saúde, educação, habitação dentre outras.

As decisões, em matéria das políticas públicas, passaram a envolver novos e múltiplos atores, impondo modificações significativas no desenho e formulação das políticas de saúde, com importantes inovações institucionais em termos da estrutura e dinâmica do processo decisório. Com as reformas constitucionais, iniciou-se um processo de desconstrução legal e institucional, que abriu o caminho para a reestruturação da ordem econômica e, sobretudo, para a refundação do Estado e da sociedade de acordo com os novos parâmetros consagrados internacionalmente. A instauração de um novo modelo econômico, centrado no mercado, foi acompanhado de um projeto ambicioso de dar início a uma nova era.

A aplicação destas políticas é dificultada pela pauta da escassez, conforme discutido, e pela sua ocorrência em meio à ordem social, que se caracteriza por ser um sistema aberto e dinâmico com possibilidades de conflito e mudanças permanentes, fazendo com que as reflexões produzidas sejam parciais e tragam, inevitavelmente, um recorte histórico-social.

Dessa forma, nessa vigente discussão buscou-se investigar como os sujeitos que moram em espaços segregados e vulneráveis, como as mulheres de Morrinhos, que participaram dos momentos de definição e organização das Políticas Municipais de Assistência Social, descreviam os processos de disputas e que elementos eles assinalavam como sendo decisivos para o sentido que fora dado a essas Políticas Públicas. Nesse sentido que entram em conflito propostas de cunho universalizante, como aquelas inseridas na Constituição Federal de 1988, que defendem o acesso do cidadão a direitos no campo da educação, habitação, trabalho, saúde, previdência e assistência social, e princípios de cunho neoliberal, que apontam para a seletividade e a focalização da intervenção pública sobre os segmentos mais necessitados da população e para a privatização e ruptura do caráter gratuito desses programas às camadas menos favorecidas dessa população.

As políticas públicas se materializam através da ação concreta de sujeitos sociais e de atividades institucionais que as realizam em cada contexto e condicionam seus resultados. Por isso, o acompanhamento dos processos pelos quais elas são implementadas e a avaliação de seu impacto sobre a situação existente devem ser permanentes. Ou seja, investigou-se como esses novos sujeitos de direitos têm construído os espaços públicos, os quais estão compreendidos no exercício e na partilha equitativa dos processos decisórios entre as representações das

organizações da sociedade civil e o do segmento governamental para que as questões, intituladas como públicas, tivessem como referente aquilo que está sendo denominado de interesse público, isto é, o conjunto de necessidades e de reivindicações que correspondem aos interesses mais abrangentes de uma coletividade.

A reforma do Estado requer uma ruptura com o paradigma ainda dominante nos estudos dessa área. Não basta mais e mais concentração do poder. Assim, pude escutar relatos sobre as lutas pela sobrevivência e ao mesmo tempo observar as dinâmicas da cultura, assim como também participei do dia-a-dia dos sujeitos pesquisados. Conheci um pouco do modo de agir e de pensar das mulheres de Morrinhos, ou seja, do seu cotidiano. Percebi que o estilo de vida dessas pessoas é permeado pelos sentimentos que comandam o perfil da identidade de gênero do grupo.

Percebe-se de acordo com a fala de uma das entrevistadas no grupo focal

“Aqui existe o lugar de cada pessoa. Existe trabalho de mulher e de homem. Mas, tem mulher, que quando não tem marido, acaba desenvolvendo o trabalho de pai e mãe. Eu mesmo sou pai e mãe. Sustento a minha casa sozinha. Tem vez que eu não suporto mais o sofrimento de tanto trabalho. Quem tem marido tem ajuda na hora de fazer o serviço pesado, mas como eu não tenho, faço tudo sozinha...” (Granada)

Margarida Rega *apud* Saffioti (2004)⁴³, traz uma discussão que,

as mulheres criticam, ainda, a rígida separação das esferas sociais e sexuais, revelando que o lar não é o “ninho” aconchegante e tranquilo das folhinhas dos calendários ou das propagandas das revistas femininas, mas tanto quanto o público é lugar da competição acirrada, do exercício da violência de gênero...

Observou-se que as mulheres de Morrinhos se encontram em situação de analfabetismo, desempregadas, morando em casas sem infra-estrutura, excluídas do lazer, em famílias desestruturadas e outras situações de miséria e abandono. Nas atividades desenvolvidas em forma de oficinas, as mulheres pontuaram, através das discussões, que objetivavam outras

⁴³ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher brasileira nos espaços públicos e privado** / Gustavo Venturi, Marisol Recamán e Suely de Oliveira (org). – 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

condições de sobrevivência na comunidade. Percebeu-se que, dentro das questões abordadas, os principais problemas da comunidade são: desemprego, fome, analfabetismo, violência contra a mulher, falta de saneamento básico e esgotamento sanitário, ausência de creche, regularização fundiária, etc.

Nas discussões que foram desenvolvidas no grupo focal, as mulheres pontuaram elementos que caracterizam a sua rotina e o seu modo de vida, sobretudo na relação com os homens. Assim destacaram falas que caracterizam um cotidiano de dominação e violência. A violência contra a mulher ocorre tanto na rua como em casa. Mas, ao contrário dos homens, as mulheres e as crianças são as principais vítimas da violência sofrida no espaço doméstico, praticada, sobretudo, por maridos, companheiros, pais e padrastos alcoolizados. Esses atos de violência incluem os seguintes aspectos: físico, sexual e psicológico.

De acordo com uma moradora local, esse ato de violência é constante em sua casa. A mesma considera a seguinte informação:

“Quando o meu marido chega em casa cheio de cachaça, quer me pegar e eu não quero... Depois ele me bate”. É um sofrimento porque não tem como a gente se livrar disso. Já pensei em me separar, mas fico sem saber como vou sustentar os meus fios que ainda são pequenos. Por ter fio eu fico nesta situação. Eu já pensei em dá parte na delegacia, mas ele promete depois não vai mais fazer isso e eu acabo acredito...”
(Ágata)

Percebe-se que esse ato de violência contra a mulher é um ato de violação aos direitos humanos e que esta violência se baseia, principalmente, no fato da pessoa agredida pertencer ao sexo feminino, sobretudo por conta de uma dominação que os homens exercem sobre as mulheres. Segundo Saffioti (2004)⁴⁴, “a violência sempre existiu no Brasil. Aliás, é um fenômeno mundial, que independe da riqueza e do grau de desenvolvimento da nação, do nível de escolaridade dos envolvidos, do tipo de cultura...”.

Por meio de suas falas, essas mulheres de Morrinhos narram que o ato de violência ocorre tanto no espaço público, como no espaço privado. Nos casos de violência doméstica, muitas mulheres

⁴⁴ SAFFIOTI, *Op. cit.*

não recorrem às delegacias de polícia para denunciar agressões, ameaças, espancamentos e outras formas de violência, pois consideram que ao tomar essa decisão podem sofrer outros atos de violência, sobretudo a violência da exposição pública do seu cotidiano de agressão.

O silêncio dessas mulheres é resultado de uma mentalidade que afirma que o controle do corpo feminino pertence ao homem, podendo este usá-lo em qualquer situação, na exploração sexual, no trabalho, ou até mesmo no ato de violência. Dessa forma, compreende-se que as mulheres pertencem aos seus maridos (mesmo sendo chefe de família), numa espécie de relação coisificada, onde essas são vistas como objetos de pertencimento desses homens, que na “prática” exercem o comando e controle dos seus corpos. Em consequência dessa questão, essas mulheres são exploradas no trabalho e sexualmente.

No trabalho com um grupo focal de mulheres, pode-se refletir sobre questões que estão imbricadas na determinação da exclusão e na dominação desses sujeitos. O desejo maior dessas pessoas é o poder de consumir o básico para satisfazer as necessidades primárias, como o ato de alimentar-se. Além dessa questão pode observar que essas mulheres sofrem uma dominação histórica por conta de fatores vinculados a uma lógica de dominação do poder ocidental, branco e machista⁴⁵. Nota-se por meio da seguinte argumentação da depoente:

“Muitas de nós aqui trabalhamos para dá o de comer pros fios da gente. Este trabalho é muito difícil, porque a gente não temos terras, por isso temo que sair daqui para trabalhá em outro lugar. A gente planta capina e colhe, mas quando tudo é retirado da terra, o dinheiro fica na mão do homem. Tem vez, que eles não compram nada para casa. A gente queria um trabalho que desse para nós um pouco de dinheiro para a gente comprar roupas para nossos meninos e para gente. O fica nas mão do marido mal dar para comprar comida...” (Turmalina)

Segundo Tatau Godinho *apud* Saffioti (2004)⁴⁶, o trabalho é um direito de todos e a porta aberta para cidadania e considerado um dos mais importantes na sociedade brasileira como direitos sociais, além da saúde e educação.

⁴⁵SAFFIOTI, H. I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1993.

⁴⁶SAFFIOTI, *Op. cit.*

Essas mulheres pobres, além de possuírem um baixo nível educacional e qualificação, desenvolvem práticas do trabalho tradicional da agricultura e não possuem salários. O dinheiro que é adquirido com seus esforços vai para o domínio do homem, pois a cultura local determina que, mesmo sem trabalhar, o chefe de família é o homem. No entanto, quando essas mulheres de Morrinhos refletem sobre sua existência, passam a utilizar estratégias de superação da pobreza, ou seja, o desejo de serem respeitadas, amadas e terem dignidade, é sonhado por estas, através da aquisição de trabalho e recursos materiais.

Dentre as questões apontadas pelas mulheres que participaram do grupo focal, destaca a luta pela sobrevivência no local que tem um espaço agrário limitado. Assim, elas alegam que não possuem terras, têm que trabalhar em terras dos fazendeiros vizinhos, que estipulam uma estratégia de plantio de feijão, milho, contemplando um processo de exploração do trabalho. Depois que as famílias retiram os cereais da terra, planta capim em seguida.

Essa estratégia, segundo Opala, consiste num trabalho que não garante a sustentabilidade das pessoas que fazem parte desse processo. Ela alega o seguinte:

“A gente depende muito dos home donos de terra. Quando chove essa pessoa precisa limpar o pasto para prantar capim para o gado. Assim, ele chamam o povo da região para cuidar da terras dele, mas em troco o povo planta milho e feijão. Depois da safra colhida ele fica com parte. Às vezes nois pranta, mas não colhe nada... Se o tempo for ruim, não temos lucro. Agora a gente tem que deixar o capim plantado, mesmo não colhendo feijão e milho...” (Opala)

A economia de Morrinhos baseia-se na criação de animais, essa é uma atividade responsável por gerar a riqueza social nesse espaço. Como a pecuária se consolidou a atividade mais importante, a terra, então, é vista como um meio de produção fundamental para gerar riquezas e promover a hierarquização social. Uma vez que ter terra significa a possibilidade de possuir opulências, por isso preservou-se uma divisão social baseada na posse de terras. Nessa sociedade, os senhores, grandes proprietários rurais, são conhecidos como fazendeiros. Esses possuem, inclusive as terras que são dedicadas à produção agrícola de muitas famílias.

Assim sendo, a agricultura é vista, nessa região, como uma atividade secundária, que é desenvolvida por trabalhadores camponeses. Esses camponeses são, em sua maioria, de origem afro-descendente, ou seja, negros que viviam nas fazendas da região durante o processo de escravidão. Nos dias atuais, essas pessoas estão morando em comunidades negras rurais que têm um perfil de povoado. Essas localidades estão inseridas dentro das fazendas, ou seja, dos latifúndios.

Para sobreviver, as pessoas se submetem a um processo de trabalho de semi-escravidão, o qual substituiu a mão-de-obra escrava, nas fazendas. Nos períodos chuvosos, os fazendeiros de Morrinhos costumam limpar as pastagens para garantir o capim que é consumido pelos animais durante o ano, sobretudo o gado. Dessa forma, fazem uma espécie de acordo com as populações rurais, onde o principal objetivo se finda na limpeza das fazendas e no plantio do capim. Assim sendo, as famílias são “contratadas” para limparem as terras alheias, porém o pagamento da mão-de-obra não é feito em unidade monetária. Essas têm como “moeda de troca”, o direito a plantar milho e feijão nas terras que terão com plantio final, o capim para o gado.

Esse processo de trabalho se estabelece da seguinte forma: os camponeses plantam os cereais citados, colhem e em seguida repartem ao meio com o dono da terra. Depois da colheita, ainda plantam os pastos, que serão devorados pelo gado. Por fim, os fazendeiros garantem o plantio da erva, não contratam mão-de-obra assalariada, e ainda acumulam a metade do excedente da produção agrícola.

Segundo tradição oral da localidade, essas pessoas destacam que a condição de trabalho não é uma característica exclusiva de nosso tempo, mas sim de toda a História da localidade, uma vez que os ancestrais dos atuais moradores, após a escravidão, foram utilizados na mão-de-obra dos antigos senhores por meio dessa alternativa. Porém, na atualidade, essa condição de trabalho tem agravado, ressurgindo num contexto de crise rural por meio das seguintes consequências: desemprego, miséria e violência, concentração fundiária.

Por meio dessa discussão foi possível aproximar-se de outras leituras e trazer para o grupo focal algumas temáticas que foram pontuadas através das falas das participantes. Dessa maneira,

buscou-se uma aproximação das seguintes ciências: da sociologia, da ciência política ou da história, mas a partir da própria epistemologia desta disciplina e de seus conceitos.

Compreendeu-se, através das discussões que apontaram exploração do trabalho e crise fundiária, que seria preciso uma discussão sobre a idéia de territorialização⁴⁷. A noção de Territorialização trabalhada nos cursos desenvolvidos no grupo focal das mulheres de Morrinhos inclui a análise dos conceitos de Milton Santos, as possibilidades subjetivas de pertença territorial do estar na comunidade. O material didático produzido inclui a criação de textos e imagens, conforme anexos B, C, D.

Dessa forma, conclui-se que a busca de soluções tendentes a que na definição e execução das políticas sociais a ação dos atores deixe de ser determinada por uma lógica de submissão, para passar a subordinar-se a uma lógica de implicação, fundamentando assim a questão do empoderamento. Busca-se a idéia de poder na transição de autoridade baseada no controle «vertical» monopolista e hierárquico do Estado, para uma relação negociada e contratual baseada na “horizontalização” dos controles (centrais e locais).

Depois que as reuniões foram desenvolvidas no grupo focal, algumas mulheres passaram a pensar nas possibilidades de implementação de políticas públicas que pudessem promover um desenvolvimento sustentável local por meio do recorte de gênero.

A articulação de anseios coletivos, em torno da pesquisa, abriu expectativas para uma nova ação do ato de pesquisar. Quem investiga sente-se desafiado a se aproximar de questões subjetivas de ordem política. Isso significa que se torna quase impossível, pesquisar sem se deixar magnetizar pelos sonhos dos sujeitos pesquisados. Tal reflexão submete o pesquisador a uma ação que toma dimensões diferentes do seu papel previamente estabelecido pela metodologia das ciências clássicas.

Assim, como ocorreu discussão que destacou o papel da descentralização da Política de Assistência Social, devem ser subordinadas as estratégias que possibilitem a construção de um

⁴⁷ SANTOS, Milton. **Por Uma Nova Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.

processo de descentralização, assentado na democratização da gestão pública, com efetiva participação e controle da coletividade. Deste modo, o olhar etnográfico define também uma postura política de pensar o objeto, e não somente uma técnica. Acompanhar este processo de perto, através da vivência na comunidade, culminou no interesse de aliar estes assuntos numa pesquisa que pudesse discutir políticas públicas e movimentos sociais locais.

Após as discussões anteriores, percebeu-se a necessidade da realização de uma oficina de auto-estima, uma vez que consideram que para mudar a realidade da comunidade onde moram é preciso recuperar a capacidade individual de sonhar, conforme anexo E, F e G. Dessa forma, compreende-se que serão capazes de trabalhar e de viver com dignidade, explica Onix, moradora da comunidade:

“A nossa vida aqui é muito difícil. A gente passa a vida toda trabalhando para não ter direito a nada. Os fios precisa de roupa de sapato e a gente não tem como comprar. Eu sei quando eles crescer vão embora, e vou ficar sozinha aqui sem ter ninguém por mim, como tem muita mulhé aqui assim. Eu já perdi a vontade de ser feliz... Acho que vou morrer trabalhando nos roçados dos outros para ganhar quase nada.” (Onix)

Na perspectiva de discutir auto-estima e territorialização na comunidade aproximou-se da idéia de geração de renda. Dessa forma, analisa-se que por meio da iniciativa de produção e trabalho pode-se estimular na comunidade reflexão sobre a possibilidade de se abrir um espaço de geração de renda local sustentável.

Com o passar dos meses, as mulheres se envolveram numa oficina de costura e bordados com o apoio do governo municipal a partir do seu processo de empoderamento. Ao passo que foram tecendo a linha e cozendo tecidos expuseram sonhos: "Nosso sonho é transformar esta oficina numa cooperativa, mas ainda temos um caminho longo para percorrer", esclarece Esmeralda, também participante do grupo, percebendo que quando existir renda fixa na comunidade as mulheres terão dias melhores. Compreende-se informalmente que o empoderamento e recuperação da auto-estima das mulheres de Morrinhos virão por meio da geração de renda no local.

Essa oficina promoveu uma reflexão sobre a necessidade de oferecer oportunidades de capacitação profissional às mulheres mais vulneráveis de Morrinhos, apesar dessa não ser suficiente para sanar as principais dificuldades econômicas encontradas no lugar. Enfim, torna-se preciso a implantação de Programas Sociais nessa área, a fim de estender ao conjunto de fatores que determinam a qualidade da inserção produtiva das mulheres no mercado de trabalho e que influenciam a probabilidade de manutenção de bons empregos. Pois, a vida laboral dessas mulheres tende a ser marcada por experiências efêmeras, passa ser estratégico prepará-las para a travessia dessa etapa, ajudando-as a fazer escolhas adequadas e a desenhar projetos de vida que considerem tanto suas vocações pessoais quanto a realidade e as tendências do mundo do trabalho.

Torna-se preciso promover a inclusão dessas mulheres no mundo do trabalho, é importante garantir que a experiência tenha valor educativo e não se justifique apenas pela obtenção de ocupação remunerada. Além disso, é importante que a vida escolar dessas mulheres não sofra descontinuidades, posto que o grau de escolaridade e o domínio de conhecimentos serão cada vez mais decisivos para o progresso qualificado no mundo do trabalho.

Cabe destacar que a avaliação dos resultados de programas resultantes de políticas públicas destinada a favorecer a inserção produtiva das mulheres deve levar em conta o caráter efêmero da primeira etapa de inserção laboral, ou seja, de forma a que se possa interpretar com maior propriedade informações obtidas junto aos egressos de cursos de preparação para o trabalho.

Compreende-se que esses espaços regionais estão se transformando em espaços públicos, o que implica na formação de arenas democráticas que envolvam a participação e a consolidação de instituições compatíveis com a esfera social, priorizando os direitos universais e atuando para a consolidação da *cidadania plena*. Segundo o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, “cidadania é a qualidade ou estado do cidadão”, entende-se por cidadão “o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este”.

No sentido etimológico da palavra, cidadão deriva da palavra *civita*, que em latim significa cidade, e que tem seu correlato grego na palavra *politikos* – aquele que habita na cidade. Dessa

forma, o cidadão é o sujeito que pertence ao Estado e encontra-se no gozo dos direitos que lhe permitem participar da vida política. Essa pode ser vista com um conjunto de direitos políticos e de que goza um indivíduo e que lhe permitem intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto na formação do governo, especialmente na sua administração, ou seja, de exercer o direito de votar, ou de concorrer a cargo público.

Para Gramsci (1978)⁴⁸, o conceito de Estado dá-se a partir da composição da sociedade civil com a sociedade política, sendo a primeira caracterizada pela persuasão, consenso, hegemonia e a segunda caracterizada como o espaço de dominação e poder.

[...] por Estado deve-se entender além do aparelho governamental, também o aparelho 'privado' de hegemonia ou sociedade civil. A direção do desenvolvimento histórico pertence às forças privadas, à sociedade civil, que é também 'Estado', aliás, o próprio Estado. Na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil, neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado é igual a sociedade política, mais sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção. (GRAMSCI, 1978).

A partir do conceito apresentado, observam-se as experiências dos movimentos e lutas sociais no Brasil, que devido ao crescimento do caráter explorador e espoliativo do capitalismo, incompatibilizando o desenvolvimento de uma cidadania social, formou “elementos para um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais”.

Compactuamos com Fridemann (1996)⁴⁹, ao abordar a democracia participada enquanto construção necessária para o exercício da cidadania, principalmente junto à população que vive abaixo do nível de pobreza, já que esta compromete seu tempo e energia na garantia da sobrevivência. A democracia participada deve assentar-se localmente, bem como imprimir uma ampla divisão de poderes por área através de um Estado com capacidade de inovação e regulação. Um Estado capaz de constituir um processo de tomada de decisão baseado nas prioridades da maioria, com ampla socialização das informações, fruto de um processo de negociação.

⁴⁸ GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁴⁹ FRIDEMANN, *Op. cit.*

O aperfeiçoamento da Democracia exige o fortalecimento dos municípios, o aprimoramento da vida política municipal. Os municípios têm autonomia política e administrativa. O município é a base da vida política. De certa forma, começa nos municípios, e para tanto, este cidadão, antes de ser um cidadão brasileiro consciente (ou uma cidadã brasileira consciente), tem de ser um munícipe consciente. O povo pode exercer pressão direta sobre o poder público municipal. É muito mais fácil fiscalizar os titulares de função pública no plano municipal do que no plano estadual ou federal.

Dáí então, já se percebe uma necessidade de mediação, indispensável para possibilitar à participação popular na discussão dos temas de interesse municipal, bem como possibilita a decisão popular sobre assuntos de interesse específico da comunidade e do grupo em questão.

1.3.1 A Cidadania como Elemento Fundamental nas Políticas Públicas

A cidadania consiste desde o gesto de não jogar papel na rua, não pichar os muros, respeitar os sinais e placas, respeitar os mais velhos (assim como todas às outras pessoas), não destruir telefones públicos, saber dizer obrigado, desculpe, por favor e bom dia quando necessário... até saber lidar com o abandono e a exclusão das pessoas necessitadas, o direito das crianças carentes e outros grandes problemas que enfrentamos em nosso país.

Entende-se que a cidadania é tarefa que não termina. A cidadania não é como um dever de casa, onde faço a minha parte, apresento e pronto, acabou. Enquanto seres inacabados que somos, sempre estaremos buscando, descobrindo, criando e tomando consciência mais ampla dos direitos. Nunca poderemos chegar e entregar a tarefa pronta, pois novos desafios na vida social surgirão, demandando novas conquistas e, portanto, mais cidadania. O que o povo brasileiro necessita é do direito de acesso e não leis que garantam a uma minoria (elite brasileira) suas grandes e ricas propriedades. Um dos grandes problemas no Brasil, além da impunidade e a corrupção endêmica, é a má distribuição de renda, onde “muitos têm pouco e poucos têm muito”.

Entretanto, ser cidadão é ter consciência de que é sujeito de direitos. Direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade de direitos, enfim, direitos civis, políticos e sociais. Mas este é um dos lados da moeda. Cidadania pressupõe também deveres. O cidadão tem de ser cômico das suas responsabilidades enquanto parte integrante de um grande e complexo organismo que é a coletividade, a nação, o Estado, para cujo bom funcionamento todos têm de dar sua parcela de contribuição. Somente assim se chega ao objetivo final, coletivo: a justiça em seu sentido mais amplo, ou seja, o bem comum.

É um processo de aumento do poder das mulheres observadas, e conseqüentemente das famílias e da comunidade de forma que possibilitariam um maior controle sobre as políticas públicas que seriam implementadas no local, uma vez que o livre exercício e a expansão de suas capacidades individuais e coletivas, de forma a que estas tenham liberdade para atingir os resultados por elas valorizados de suas estratégias de reprodução.

O pensamento de Gramsci (1978)⁵⁰ fundamentou outras perspectivas de se pensar as desigualdades sociais articuladas através da estrutura do capitalismo. Gramsci se aproxima das teorias marxistas para ressaltar uma análise social entre o idealismo e o materialismo. Assim, ele contribui com a idéia que sustentava uma análise dialética da realidade. Muitas vezes, porém, suas críticas se prenderam em superar o idealismo, radicalizavam elementos de uma visão oposta, a materialista: "O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência" (MARX, 1980; grifo meu)⁵¹. Assim, Gramsci (1978) afirma a importância das ideologias para que os homens tomem consciência dos conflitos sociais⁵². Ainda afirma que as ideologias não são "aparência" ou "falsa consciência", mas constituem um terreno contraditório, no qual os conflitos sociais tanto podem ser ocultados quanto esclarecidos.

Sobre as influências marxistas e gramscianas, Paulo Freire (1970) tratou das desigualdades sociais falando da Pedagogia do Oprimido. Assim, ressalta que a luta pela libertação do homem, o qual é, semelhantemente à realidade histórica, um ser inconcluso, se dá num processo de

⁵⁰ GRAMSCI, *Op. cit.*

⁵¹ MARX, K, **O capital**. livro I, v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

⁵² GRAMSCI, *Op. cit.*

crença e reconhecimento do oprimido em relação a si mesmo, enquanto homem de vocação para “ser mais”. Preconiza um trabalho educativo que respeite o diálogo e a união indissociável entre ação e reflexão, isto é, que privilegie a práxis. Um trabalho que não se funde no ativismo (ação sem reflexão) ou na sloganização (reflexão sem ação) e que não se funde numa concepção de homem como “ser vazio”.

Portanto, a luta pela libertação das mulheres é um componente fundamental da luta de todos os oprimidos e explorados para construir uma nova sociedade. O processo de subordinação que envolve as pessoas, e principalmente as mulheres, sustenta-se em uma base material, numa rígida divisão de trabalho, de papéis sociais que dão base para um corpo de valores e comportamentos que se expressam em formas de dominação e discriminação específica, tanto na vida pública como na vida pessoal e privada. Elas estruturam uma forma de comportamento e percepção da sociedade, onde são estabelecidos papéis masculinos e papéis femininos, de dominador e dominado, dando base para uma concepção autoritária e violenta das relações humanas e da sociedade.

Na comunidade de Morrinhos, a situação de exploração feminina não é diferente, uma vez que, a sociedade local mantém as mulheres oprimidas, exploradas e subordinadas, permite diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho, já que as mulheres assumem o papel de chefes de família, retirando do Estado responsabilidades de algumas políticas públicas, o que, conseqüentemente cria a possibilidade de aumentar a exploração e desemprego feminino. Este fator permite também, a manutenção de uma divisão e competição de interesses e privilégios no seio dos trabalhadores, assegurar um mecanismo essencial de assimilação da ideologia burguesa, homofóbica e patriarcal no seio dos oprimidos e explorados e aumentar a situação de desumanização, alienação dos trabalhadores dificultando, assim, o desenvolvimento de sua consciência de classe e, portanto da sua capacidade de revolta⁵³.

Na tentativa de operacionalizar a pedagogia de uma perspectiva do oprimido, Paulo Freire (1970), investigou o universo temático do povo. Buscou, inicialmente, conhecer a área em que se vai trabalhar e se aproximar de seus indivíduos, marcando reunião e presença ativa para

⁵³ SAFFIOTTI, Heleieth. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). **Quem mandou nascer mulher**: estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos/UNICEF, 1997.

coletar dados, de modo a levantar os temas geradores. Estes deveriam ser organizados em círculos concêntricos, partindo de uma abordagem mais geral até a mais particular. Tal operacionalização demanda devolver em forma de problema o universo temático recebido do povo na investigação⁵⁴.

As dinâmicas sociais, sobretudo as questões vinculadas às desigualdades, passaram a ser vistas sobre novos olhares no Brasil dos anos 90 do século XX. Faziam-se novas leituras da organização da sociedade, uma vez que essa se caracterizou principalmente pela existência de articulações plurais, nas quais os indivíduos buscam seus direitos e a partir deles incidiram diretamente na elaboração de políticas públicas que traduzam propostas cívicas, culturais. Também é verdade que este fato apenas marca um tipo de cidadania representativa que nem sempre remete a discussão dos direitos humanos.

Nascem, assim, novas utopias. Esta nova configuração do comportamento social nasce da necessidade de se repensar os velhos paradigmas e as relações sociais. De tal modo, criou-se a necessidade de se repensar o processo coletivo humano, sobretudo, a partir de outras perspectivas, que não seja a da identidade ou centralidade do trabalho, como por exemplo, do local, do global, da diversidade, da complementaridade e da mutabilidade.

Nesse contexto, o papel do Serviço Social seria de organizar e mobilizar a coletividade numa sociedade civil justa. Juntamente com a concepção histórica e imanente da sua filosofia, era preciso levar em consideração a importância que Gramsci atribuía aos elementos da liberdade e da vontade, a insistência sobre a "reforma intelectual e moral"⁵⁵, a importância da escola e da cultura. Era preciso a formação da consciência e a participação ativa das classes subalternas nas novas organizações sociais.

Compreende-se a história do sentido de ser cidadão, confunde-se em muito com a história das lutas pelos direitos humanos. A cidadania esteve e está em permanente construção; é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre lutam por mais direitos,

⁵⁴ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido** (manuscrito em português de 1968). Publicado com prefácio de Ernani Maria Flori. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.

⁵⁵ Idem.

maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se conformam frente às dominações arrogantes, seja do próprio Estado ou de outras instituições ou pessoas que não desistem de privilégios, de opressão e de injustiças contra uma maioria desassistida e que não se consegue fazer ouvir, exatamente por que se lhe nega a cidadania plena cuja conquista, ainda que tardia, não será obstáculo. Ser cidadão é ter consciência de que é sujeito de direitos.

A partir das novas demandas políticas fomentadas pela Constituição de 1988, nasceu a necessidade de se legitimar o "novo" modelo de Estado, era preciso atribuir outros significados aos conceitos que especificavam a natureza e o compromisso social do Estado democrático-popular. Dessa forma, o sentido da cidadania foi conduzido na participação de todos em busca de benefícios sociais e igualdade. Porém, a sociedade capitalista se alimenta da pobreza. No capitalismo, a grande maioria não pode ter muito dinheiro, afinal, ser capitalista é ser um grande empresário (por exemplo). Se todos fossem capitalistas, o capitalismo acabaria, ninguém mais ia trabalhar, pois não existiriam mais operários (por exemplo).

Dentro das reivindicações e participação no novo sentido da cidadania, passaram a ocorrer greves (pressão) contra os capitalistas por parte dos trabalhadores, que visavam uma vida melhor e sem exploração no trabalho. Da função de político, o homem passa para a função de consumidor, o que é alimentado de forma acentuada pela mídia. O homem que consome satisfaz as necessidades que outros impõem como necessárias para sua sobrevivência. Isso se mantém até os dias de hoje (idéia de consumo). Para mudar essas idéias, as pessoas devem criar seus próprios conceitos e a escola aparece como um fator fundamental.

Pensa-se numa nova noção de cidadania, presentemente no Brasil, pois foi através do processo de redemocratização e a Constituição de 1988, que este debate se avançou. A cidadania, desse período, processa-se através da noção de fruição e exercício dos Direitos Fundamentais, os quais devem ser assegurados. Como se pôde notar, a presente Constituição Federal se valeu não apenas do sufrágio universal como forma de democratização do poder, mas também do plebiscito, referendo, iniciativa popular de leis. É justamente esta ampliação de participação popular que denota o desenvolvimento democrático de um país. Isto é, não se deve mais considerar o número de pessoas que vota atualmente, visto que tal direito é estendido a homens

e mulheres, bem como adolescentes, em grande parte dos Estados, mas sim o número de instâncias diversas daquelas tradicionalmente políticas nas quais se exerce o direito de voto.

O objetivo pelo qual se deve lutar agora é uma ampla democratização, com generalizada atuação e contribuição dos indivíduos, como nos orçamentos do Poder Executivo em seus vários níveis - o atualmente denominado “orçamento participativo” dentro de empresas, sejam do setor público ou privado, dentro das escolas e universidades etc.⁵⁶

No que diz respeito aos direitos da Constituição Brasileira de 1988 pontua-se que esses estão articulados como: Direitos Sociais, ao tempo em que respalda os Direitos Individuais. Percebe-se que há a idéia do exercício exclusivo do indivíduo singular, em um domínio no qual não pode o Estado adentrar, tendo-se como único limite à fruição dos mesmos direitos pelos outros. Assim, como se tem os Direitos Sociais, os quais postulam a favor da coletividade⁵⁷.

Através da nova Constituição Brasileira nasce o conceito de seguridade social, como o conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social a qual engloba a previdência social, a saúde e a assistência social. Essa se faz presente no art. 6º, juntamente com os outros direitos sociais garantidos. Porém, deve-se considerar que na Constituição atual, a seguridade social é financiada pela sociedade, através de recursos dos orçamentos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, faturamento e lucro; de contribuições dos empregados e sobre receitas de concursos de prognósticos, segundo o art. 195⁵⁸.

Porém se percebe, conforme foi explicitado, que a seguridade social evoluiu juntamente com o Estado, isto é, quando do Estado Liberal, pouco ou nada se fazia a esse respeito e os indivíduos e famílias ficavam sujeitos a todo tido de infortúnios como mortes, doenças, prisões, desempregos involuntários, maternidade, sem qualquer amparo ou medida social de contorno daquelas situações. Somente com o Estado Social estas, formalmente, surgirão. A política neoliberal vivenciada hoje, conforme referência acima impulsiona a sociedade civil para

⁵⁶ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ BALERA, Wagner. **A Seguridade Social na Constituição de 1988**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

participação, colocando-a enquanto categoria antagônica à sociedade política, ou seja, a proposta não consiste em viabilização conjunta de políticas públicas, e sim da administração pela sociedade civil por si só de demandas.

A história da cidadania está relacionada com a história das lutas das gentes para a afirmação de valores éticos, como a liberdade, a dignidade e a igualdade de todos os humanos indistintamente; existe um relacionamento estreito entre cidadania e luta por justiça, por democracia e outros direitos fundamentais asseguradores de condições dignas de sobrevivência. Porém, torna-se preciso pontuar que a definição de cidadania foi sofrendo alterações ao longo do tempo, seja pelas alterações dos modelos econômicos, políticos e sociais ou como conquistas, resultantes das pressões exercidas pelos excluídos dos direitos e garantias a poucos preservados.

Um dos principais aspectos evidenciado por essa etnografia foi a participação dialógica que se processou entre pesquisados e pesquisador na discussão sobre: trajetórias coletivas, experiência demarcada pela pobreza, tradição local, perspectivas de mudanças, conflitos, posse de terra, territorialização e auto-estima. Assim, perceberam-se as questões apontadas num contato mais próximo e prolongado da realidade das mulheres em questão, associado ao conhecimento de sua história recente e de aspectos de suas culturas, pode revelar, por detrás da dramática miséria que envolve o cotidiano desses sujeitos.

No estudo da comunidade de Morrinhos, observou-se que o cotidiano das mulheres é marcado por muitas dificuldades. Esses problemas são compartilhados a partir de laços de solidariedades. As pessoas compartilham, também, laços de parentesco por casamento ou consangüinidade, têm baixa escolaridade, suas ocupações profissionais são mal remuneradas, na prestação de serviços nas propriedades vizinhas a partir da proletarização da mão-de-obra.

1.3.2 A Pobreza e suas Contradições na Questão das Políticas Públicas

Existe em Morrinhos um perfil de pobreza que está relacionado com o campo da produção, da política, da cultura, alterando a configuração do poder em termos nacionais e internacionais. A aceleração do desenvolvimento, com destaque para o campo da informatização, altera substancialmente as dinâmicas sociais, em especial a organização do mundo do trabalho. Não é sem motivo que este desenvolvimento vertiginoso recebe a denominação de “Terceira Revolução Industrial”. Porém, é necessário destacar que ele ocorre no âmbito de um sistema que mantém e aprofunda as suas contradições.

Nota-se que o capitalismo está na “terceira revolução” e ainda não conseguiu resolver grandes problemas que afligem a humanidade, sendo o principal deles, o fenômeno denominado pobreza de algumas comunidades. É importante lembrar que essa questão da pobreza não se dá de forma linear e regular. A história mostra momentos de retrocesso em vários países. À pauperização, não só na periferia do sistema, mas também no seu centro, já vem sendo destacado desde a década de 70 do século XX.

A “pobreza” é compreendida como “falta”. Esta “falta” não diz respeito apenas a elementos materiais, apesar de esta ser a conotação mais expressiva, mas também a questões políticas, principalmente no que diz respeito à ausência de cidadania. Isto nos leva a perceber o estabelecimento de uma hierarquia entre uma “dimensão econômica” e uma “dimensão política” do fenômeno pobreza.

O fenômeno denominado “pobreza” – enquanto medida socialmente estabelecida – como sendo um problema estrutural no capitalismo, o que permite que a sua solução seja encontrada no interior desse próprio modo de produção. Entender a pobreza como não sendo um problema estrutural do capitalismo permite que as Políticas Sociais e a distribuição de renda, neste modo de produção, possam ser consideradas como elementos de diminuição progressiva e sustentável da pobreza até atingir sua erradicação. Castel ressalta “economia da salvação” favorece uma discriminação entre os pobres que merecem ser atendidos pela assistência. Por exemplo, aqueles

que se revoltavam contra a “ordem do mundo” desejada por Deus, eram excluídos. Mas há, também, uma divisão essencial dentre aqueles que não se revoltam. Neste sentido, o autor conclui que⁵⁹:

a pobreza no período pré-capitalista pode significar um erro. Parece mais correto entender a posição social da pobreza em termos de um tipo de relação social estabelecida, ou seja, entender que a pobreza era tomada como natural não pode significar que a relação social estabelecida não se calcava na definição de espaços de poder. A distribuição dos bens de uma sociedade não se dar de modo “igualitário” quando a religião pregava o desprendimento pelo material e quando a igreja era um dos maiores “proprietários” de terras e outras riquezas deve ser levado em consideração. (CASTEL, 2003)

A história nos revela que sempre existiram diferenças entre os diversos grupos. Em termos de “posse”, um acaba sendo “mais rico” do que o outro, o que pressupõe que, relacionalmente, alguns sejam “mais pobres”. Mas o termo “pobre” não era atribuído àqueles que tinham menos que outros, mas àqueles que não tinham o que era, na época, considerado como o mínimo necessário para viver, os “miseráveis”, para Castel. O estabelecimento deste “mínimo” é que se torna o grande problema, não “resolvido” até hoje, tendo em vista.⁶⁰

Na época moderna, o trabalho passa a ser o elemento central no debate sobre o novo modo de produção que se delineia. O mercado de trabalho será tomado como um dos pontos centrais no debate sobre a pobreza. Hobsbawm (1982, p.21), logo na introdução de sua obra “A era do capital” diz que o triunfo global do capitalismo é o tema mais importante da história nas décadas que sucederam 1848⁶¹.

Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender no mais caro. Uma economia assim baseada, e, portanto repousando naturalmente nas sólidas fundações de uma burguesia composta daqueles cuja energia, mérito e inteligência elevaram-nos a tal posição, deveria – assim se acreditava – não somente criar um mundo de plena distribuição material, mas também de crescente felicidade, oportunidade humana e razão, de avanço das ciências e das artes, numa palavra, um mundo de

⁵⁹ CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes. 2003.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ HOBBSAWM, E.J.: **A Era das Revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

contínuo e acelerado progresso material e moral. Os poucos obstáculos ainda remanescentes no caminho do livre desenvolvimento da economia privada seriam levados de roldão.

A sociedade moderna é centrada na individualidade, não se poderia esperar que a forma de relação social que se estabeleceria pudesse responder às previsões otimistas dos iluministas. Mas a fé no “progresso humano” pautada na compreensão de mundo dos iluministas era, e afirmaria que ainda é, tão forte que a realidade descrita por muitos estudiosos da época, e de hoje, parecia e parece não diminuí-la. Contudo, Hobsbawm atenta para o fato de que, mesmo com os muitos problemas que se configuravam, não havia quase nenhum homem poderoso a ponto de influir nos acontecimentos do mundo ocidental que desejasse pôr freio no rumo do progresso. Nesse processo, o sindicalismo, historicamente, combatido, se organiza. Nesta mesma época, Marx buscou explicar a dinâmica do capitalismo como uma dinâmica destrutiva da humanidade. A teoria marxista foi fundamental para todo o processo histórico de luta contra o capitalismo.

Com o fim das experiências socialistas, ou melhor, do chamado socialismo real, e com a busca de “superação” das situações vividas por muitos países em relação a sua condição social, o Estado de Bem-Estar Social é “posto”, por muitos teóricos, como o que “pode e deve” ser a regra da ordem mundial. No século XX, o Estado de Bem-Estar Social, posto como uma experiência que demonstrou a possibilidade da “erradicação” da pobreza (ou pelo menos como a experiência que retrata a relação “desejável” entre capital, trabalho e Estado) passa a ser o exemplo a ser defendido para todas as sociedades. Assim, o neoliberalismo surge como uma perspectiva que veio destruir um modelo de organização social representativo dos “anseios humanos”, que se ergueu inicialmente em alguns países europeus e que deveria ser erguido nos demais países. Este “modelo social” tem como ponto de partida para sua edificação, o socialismo, mas o que lhe deu sustentação, ao final, foi o próprio liberalismo. Faz-se referência ao modelo social defendido pelos social-democratas.

Como destacado anteriormente, a “pobreza” é um fenômeno histórico e sempre relacionado à noção de falta de alguma coisa, como políticas públicas que promovam uma reparação social. Portanto, este trabalho voltou-se para o tema Políticas Públicas para mulheres a fim de apresentar um debate sobre o papel do Estado, as políticas em desenvolvimento, a participação

social e a sociedade civil, enquanto categorias influentes na dinâmica social⁶². Centra-se na investigação da análise das mudanças significativas em comunidades em situação de vulnerabilidade social, a partir da implementação de políticas e projetos sociais.

O que nos interessa neste trabalho é um entendimento, através da pesquisa, como essas mulheres rurais convivem com a pobreza e vislumbram o processo de empoderamento frente ao seu cotidiano, como assegura Galbraith, tem um aspecto vital, ou seja, “o seu equilíbrio, quando rompido, será normalmente restaurado”. Defende ainda que o aumento da renda nos países pobres “está exposto às pressões de consumo, e a pobreza torna essas pressões infinitamente mais urgentes”.

Ressalta, ainda, o aumento de trabalhadores em função do crescimento demográfico, o que resulta num rebaixamento da renda. Para o autor, “a lei da diminuição secular do retorno pode ser adiada indefinidamente na sua atuação nos países ricos, mas age inexoravelmente nas comunidades rurais pobres”. O autor diz que a atenção deve se concentrar na pobreza rural, pois é ela que é intratável. Afirma que qualquer ação política, no sentido de combater a pobreza de massa, deve considerar, de maneira correta, os elementos que a produzem. No entanto, não foi o que o autor observou em seu estudo. Para ele, existem duas grandes linhas (interdependentes) de ataque à pobreza: uma é combater a acomodação, motivando as pessoas a escaparem ao equilíbrio da pobreza; a outra é facilitar esse escape. Porém, esse ataque à acomodação requer que sejam oferecidas alternativas. Para o autor, “encorajar e manter uma promessa falsa de solução leva a um cruel malogro aqueles que, no passado, encontraram na acomodação o maior amparo. Refere-se aos homens e mulheres, principalmente aos mais jovens, que, em virtude da sua educação, não aceitam mais ser pobres. Mas, como ele observa, isso não se reverteu em solução, pois esses mesmos homens e mulheres transformaram-se em desempregados educados, continuando pobres.

Portanto, esse estudo centrou-se no processo de empoderamento das mulheres pobres de Morrinhos, foi compreendido através das relações que estas mantiveram numa questão específica voltada para políticas públicas, o qual se deu através de estratégias de caráter

⁶² RIZOTTI, Maria Luíza A. **Implantação da política de assistência social e a constituição de sujeitos políticos na região da AMEPAR-PR**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica.

educativo. Assim, o empoderamento foi entendido dentro de um processo contínuo e em constante renovação de aumento do poder pessoal dos sujeitos pesquisados enquanto seres, social, político. Dessa forma, a condição econômica das pessoas, famílias, comunidades e organizações da sociedade civil, foram traduzidas na ampliação das capacidades individuais e coletivas, no aumento do controle, sobre recursos e ampliação do acesso às organizações da sociedade civil, ao Estado e ao mercado, em condições de maior equidade e contribuindo para o aumento das liberdades em geral.

CAPÍTULO II

ARTE DA PESQUISA: PORQUE A COMUNIDADE DE MORRINHOS FOI O ALVO DO ESTUDO?

2.1 MEMORIAL DA PESQUISA: APROXIMAÇÃO DO OBJETO

Esta pesquisa está estreitamente vinculada à preocupação pela forma como se tecem as relações sociais, econômicas e políticas em comunidades rurais hoje em dia. Portanto, antes de explicar do que se trata, necessário se faz expor os motivos que estimularam fazê-la.

As inquietações que motivaram essa pesquisa ocorreram, em dois momentos: o primeiro de caráter profissional, quando a pesquisadora aproximou-se da realidade de pobreza em que se encontravam as mulheres moradoras da Comunidade de Morrinhos e todo o esforço despendido por elas na busca pelos direitos, pela implementação de políticas públicas; o segundo momento, já como aluna do mestrado de Políticas Sociais e Cidadania (da Universidade Católica de Salvador), foi possível vislumbrar, através da pesquisa, caminhos que pudessem contribuir com análises propositivas sobre o processo de empoderamento que, na perspectiva empírica, já acontecia. Tais motivos desencadearam a razão da escolha do tema pesquisa e sua relação com o Serviço Social.

Dessa forma, o foco dessa análise voltou-se para as experiências vivenciadas cotidianamente em relação à Política Social e às inquietações profissionais enfrentadas pelos Assistentes Sociais nos diferentes espaços em que desenvolvem a ação profissional, neste caso, no povoado de Morrinhos, em Feira de Santana-BA.

Foi natural a aproximação da realidade de pobreza em que se encontravam as mulheres moradoras da comunidade de Morrinhos e todo o esforço despendido por elas na busca pelos direitos, pela manutenção da história daquele povo que segundo moradores locais, são remanescentes de quilombos. Uma história de resistência e luta materializada através do olhar feminino. O estudo ora desenvolvido tratará de explicitar as riquezas processadas ao longo do caminho como, por exemplo, as mudanças de atitude em relação à constituição de mecanismos de geração de renda para a própria comunidade de Morrinhos. O objeto também nasce de uma relação subjetiva com o sujeito cognoscente e com o objeto cognoscível⁶³. Ele não está lá pronto, externo às implicações objetivas, à espera de um pesquisador para ser revelado, através de uma verdade inquestionável.

Ser Assistente Social foi decisão devidamente influenciada pela atmosfera política e econômica do período. Vivia-se no Brasil, àquela época, o final da Ditadura Militar. Portanto, falava-se muito nas propostas de democracia e de igualdade.

Na área econômica, o país crescia rapidamente. Este período ficou conhecido como a época do Milagre Econômico⁶⁴. Porém, todo esse crescimento teve um custo altíssimo e a conta deveria ser paga posteriormente. Os empréstimos estrangeiros geraram uma dívida externa elevada para os padrões econômicos do Brasil. As conseqüências dessa crise afetavam diretamente a vida financeira de todos os brasileiros, assim como também, promoviam nesses brasileiros várias utopias. Muitos sonharam mudar com esse quadro negativo.

Entre meados da década de 60 e início da década de 70 (1965 a 1972) a sociedade brasileira estava repleta de contradições; uns viviam muito bem, desfrutando de todo luxo e mordomias e outros não tinham sequer a alimentação básica diária. Esta divisão econômica e social acabava por afetar todos os ramos da vida: a justiça, o lazer, o acesso à cultura, e muitos outros.

Os intelectuais brasileiros organizavam propostas de transformação social principalmente através dos princípios marxistas. Afirma Furtado (1974) que a evolução do sistema capitalista, no último quarto de século, caracterizou-se por um processo de homogeneização e integração do

⁶³ REVISTA DE ANTROPOLOGIA, São Paulo: USP, 2000, v. 43, n. 1.

⁶⁴ Celso Furtado. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Ed.Paz e Terra S/A, 1974.

centro, um distanciamento crescente entre o centro e a periferia e uma ampliação considerável do fosso que, dentro da periferia, separa uma minoria privilegiada das grandes massas da população⁶⁵.

Houve também influência paterna, que respirava essa atmosfera política, e transformou-se em um grande defensor das idéias políticas da esquerda marxista. Assim, envolveu-se no discurso de mudança do período, e ensinou para os filhos que a sociedade ideal seria justa e igualitária. Deste modo, considerava que a teoria marxista assinalava reflexões frente às desigualdades sociais brasileiras.

Devido às influências citadas, nota-se a apreciação pela busca da igualdade entre as pessoas como caminho a ser seguido também em nível profissional. Naquele momento, era preciso estudar as propostas que objetivavam o desenvolvimento da sociedade brasileira, a fim de que essa se tornasse mais democrática, livre e justa. Foi certa, então, a aproximação das reivindicações pela igualdade que estavam apoiadas na idéia de que todos os indivíduos são portadores dos mesmos direitos. Não era um sonho individual, pois, grande parte das pessoas, sobretudo, os intelectuais desse período, era alimentada pelo debate do desenvolvimento econômico justo. As desigualdades eram verificadas cotidianamente nos campos da educação, do trabalho, da saúde, da moradia, do lazer e da alimentação.

Ao ingressar na graduação, a escolha pelo curso de Serviço Social se deu porque o mesmo abordava ideologias, as quais buscavam fomentar a transformação do ser, inseridas no projeto societário, no sentido da identidade individual e coletiva. Assim, aconteceu a conexão com as idéias de Karl Marx vislumbrando um caminho viável para a transformação social. Apoiando-se no discurso de Marx⁶⁶, que considera que a evolução histórica, desde as sociedades mais remotas até a atual, se dá pelos confrontos entre diferentes classes sociais decorrentes da “exploração do homem pelo homem”⁶⁷. Diz Marx/Engels no Manifesto do Partido Comunista: “A história da sociedade se confunde até hoje com a história das lutas de classes”⁶⁸.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ MARX, Karl, ENGELS, Frederich. **O Manifesto do Partido Comunista** (“Burgueses e Proletários”), 1848.

O homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e companheiro, em outros termos, opressores e oprimidos em permanente conflito entre si, não cessam de se guerrearem em luta aberta ou camuflada, luta que, historicamente, sempre terminou numa reestruturação. Os capitalistas, donos dos meios de produção (máquinas, ferramentas, etc.), e o proletariado, que possui apenas sua força de trabalho, estabelecem entre si a *relação social de trabalho*⁶⁹.

O Materialismo Histórico consiste na tese de que “não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser social que determina a sua consciência”. As idéias são produzidas pela ação real, de homens reais condicionados pela estrutura econômica.

2.2 HISTÓRICO DO CAMINHO PERCORRIDO

Essa pesquisa foi desenvolvida na comunidade de Morrinhos, no município de Feira de Santana - BA. O cenário investigado é marcado pela intensificação das desigualdades sociais, pela concentração exacerbada da riqueza e do poder, refletidas na complexificação das expressões da questão social, na insegurança generalizada diante da vida.

A origem de Feira de Santana se estabelece no século XVIII, a partir do desmembramento da grande sesmaria de Tocós, de propriedade de Antônio Guedes de Brito, dá-se o estabelecimento de numerosas fazendas de criação de gado, atividade que já havia se mostrado adequada para a região desde meados do século XVII. O desenvolvimento do primitivo povoado de Santana dos Olhos D'Água, contudo, relaciona-se com a atividade de criação e comércio de gado entre o litoral e o sertão. De acordo com o brasilianista Rollie E. Poppino⁷⁰, desde a afirmação da atividade pecuária nas terras do interior da Bahia, já no século XVI, a comercialização do gado produzido na região se fazia na feira de Capuame, no norte do Recôncavo. Mas, com o passar dos anos a fazenda Santana dos Olhos D'Água, de propriedade do casal português Domingos

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Feira de Santana: Itapoã, 1950.

Barbosa e Ana Brandão floresceu como uma comercialização de gado. Esta fazenda, a exemplo de outras de maior porte na região, transformou-se em pequeno povoado, sendo uma capela ali erigida em louvor a S. Domingos e Santana, o ponto em torno do qual a população das circunvizinhanças passa a reunir-se periodicamente, dando origem assim a uma pequena feira, ainda no primeiro quartel do século XVIII.

No início da primeira década do século XIX, o antigo arraial de Santana dos Olhos D'Água prospera e a feira livre avoluma-se ano após ano atraindo um número crescente de tropeiros e comerciantes. Por volta de 1819, o lugar já é conhecido como a Feira de Santana, tal é o destaque que aquela alcança na região. A condição de entreposto facilitou o desenvolvimento do comércio de Feira de Santana, que adquire primeiro para o comércio do gado e depois, também, de mercadorias e viajantes entre o litoral e o sertão.

A formação espacial do município de Feira de Santana se estabeleceu através de uma construção histórica da pobreza, o qual se manifesta na formação da mentalidade da sociedade patriarcal, que determina um espaço segregado para mulheres nos grupos formadores das comunidades rurais, destacando-se a comunidade de Morrinhos, que se apresenta como uma das comunidades rurais mais pobres do município de Feira de Santana.

Com a ocupação holandesa do Nordeste e a expansão dos Currais em direção a nascente do Rio São Francisco (o Rio dos Currais), novas estradas, mais interioranas, foram abertas. A Cidade de Cachoeira, no limite superior de navegação do Rio Paraguaçu, e a Cidade de Juazeiro, no limite inferior do Médio-Baixo-São Francisco, eram os pontos inicial e final dessas novas rotas. Subindo a estrada de Cachoeira, chegava-se a Santana dos Olhos D'Água (Feira de Santana), onde se estabelecia uma divisão em dois caminhos. Um dos caminhos seguia por: Santana do Camisão (Ipirá), Mundo Novo e Jacobina, tornando-se a dividir. A partir de Jacobina um dos caminhos ia para Remanso e interior do Piauí, e o outro caminho seguia para Juazeiro e interior de Pernambuco.

Uma outra variante que partia de Santana dos Olhos D'Água (Feira de Santana), passava por: Água Fria (Irará), Conceição do Coité, Queimadas, Vila Nova da Rainha (Senhor do Bonfim) e

Juazeiro, onde ultrapassava o Rio São Francisco indo a Pernambuco e Ceará. Foi por esse Caminho que passou a se tornar posteriormente o caminho de passagem da Ferrovia Bahia-São Francisco (1876/1896).

Ainda existia uma estrada que unia Jacobina a Vila Nova da Rainha (Senhor do Bonfim). Assim foi surgindo os Caminhos das Boiadas, principal fator responsável pelo povoamento não-índio da Região. Com a Pecuária se expandindo e se interiorizando⁷¹. Esse projeto foi gerado quando os representantes coloniais almejavam ampliar suas fontes de riqueza. A política adotada, nessa época, deu-se através da distribuição de terras, que se configurava como o centro da empresa, calcada sobre a agricultura, capaz de promover a cobiça das riquezas de exportação.

O povoamento de Feira de Santana surge através das sesmarias concedidas a João Peixoto Veigas.⁷² Que representava a exploração econômica da terra de maneira rápida, tendo fundamentado a organização social e do trabalho desenvolvida no Brasil, assim como o latifúndio monocultor e escravagista. Tratava-se de terras concedidas em áreas devolutas, com o direito de pleno uso a fim de serem cultivadas pela agricultura e pela pecuária.

O projetou colonial, que começou através das capitânicas hereditárias e sesmarias, eclodiu nas atuais fazendas, onde os moradores dessa comunidade são explorados. Assim, o poder da terra constrói uma relação social interna, onde o silêncio é comprado por um prato de comida, ou pelo um dia de trabalho o qual equivale a grãos de milho e feijão. Tudo leva a crer que a condição histórica dessa comunidade legitimou o seu atual perfil de pobreza. A noção de pobreza foi articulada através da noção de dominação, exploração e silêncio. O fim de tudo isso determina as relações clientelistas e paternalistas.

⁷¹ DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil** - Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII. CIORD: Alva. 1997.

⁷² ANDRADE, Maria Celeste Pacheco. **Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial / Dissertação (Mestrado)** - Universidade Federal da Bahia. Salvador: [s.n.], 1990.

2.3 DESCRIÇÃO DO ESPAÇO INVESTIGADO

Nos dias atuais, Feira de Santana ocupa destacado lugar no sistema funcional urbano do Estado, compreendendo a principal região nodal da malha rodoviária básica de integração Sudeste-Nordeste do Brasil em território baiano.



Figura 1 – Localização geográfica do município de Feira de Santana, Bahia, Brasil.
Fonte: CEI

Responde também pela segunda economia regional baiana, com uma amplitude de vínculos econômicos e relação de negócios que abrangem, praticamente, todas as regiões baianas, os estados nordestinos e o Sudeste do país. Tornou-se o lugar do desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, sejam estas econômicas, políticas, sociais, ambientais e cultural-ideológicas.

Este município está localizado na micro-região de mesmo nome, limítrofe à do Recôncavo Baiano e à do Agreste de Alagoinhas, com área de 1.344km², distando sua sede cerca de 110km

da capital do Estado. É formado por oito distritos que são: Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro, Humildes, Jaguará, Jaíba, Maria Quitéria e Tiquarucu e distrito sede. Dentre eles destaca-se o distrito de Jaguará com a comunidade de Morrinhos, campo empírico neste presente estudo.

O Povoado de Morrinhos localiza-se na zona rural, pertencente ao distrito de Jaguará e dista da cidade de Feira de Santana cerca de 40km. Segundo relatos de famílias tradicionais, em décadas anteriores, esta região, principalmente o distrito de Bonfim de Feira, possuía uma economia de opulência, com base na agricultura e na pecuária, época áurea dos grandes proprietários de terra, os quais proporcionavam uma dinamicidade local através da cultura do fumo e exportava para as cidades de Cruz das Almas e Muritiba, como também, possuía a vocação para a pecuária de corte e leite devido à formação do solo massapé. O comércio era muito ativo com bons armazéns de cereais e onze lojas de tecidos.

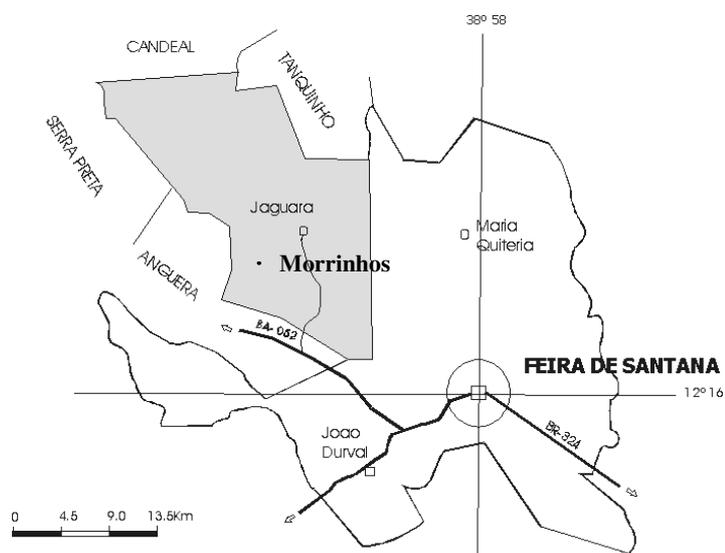


Figura 2 – Localização geográfica do povoado de Morrinhos, distrito de Jaguará, município de Feira de Santana-BA.

Fonte: Observatório Antares, Feira de Santana, Brasil, junho/2007.

A comunidade de Morrinhos, como pode ser percebido na figura 3, nos dias atuais, apresenta sistema viário bastante simples, poucos logradouros, traçado ordenado com uma rua principal, algumas travessas e uma praça. A característica predominante dos imóveis é residencial, com construções antigas em abobe, taipa, poucas em alvenaria, encontrando-se em estado precário de conservação.



Figura 3 - Logradouro de Morrinhos.
Fonte: Pesquisa março a maio/2006.

Constata-se a existência de templos religiosos como - figura 4 - católico, evangélico e umbanda –, uma escola de ensino fundamental, serviços básicos de iluminação, abastecimento de água (os mesmos informaram que chegam a ficar sem água até 15 dias no mês).



Figura 4 – Templo religioso.
Fonte: Pesquisa março a maio/2006.

Quanto à infra-estrutura, indicada na figura 5, o povoado encontra-se pavimentado, entretanto é desprovida de esgotamento sanitário e drenagem, ficando algumas partes mais baixa sujeitas a alagamentos e erosão do solo devido à falta de condução das águas pluviais. De acordo com entrevistas realizadas com a agente comunitária de saúde e lideranças locais, as doenças mais

freqüentes são: escabiose, diarréias, diabete, hipertensão arterial, infecção respiratória, muitas delas decorrentes da falta de infra-estrutura e desnutrição.



Figura 5 – Desprovida de esgotamento sanitário e drenagem a comunidade de Morrinhos.
Fonte: Pesquisa março a maio/2006.

A economia local é predominantemente voltada para agricultura de subsistência, conforme figura 6, e, segundo os moradores, não têm título da terra, trabalham quando aparece serviço. O índice de analfabetismo em Morrinhos está inserido no contexto geral do município de Feira de Santana, segundo o IBGE atinge 25,6%⁷³, sendo que nesta comunidade foi observado um elevado índice de analfabetos, sobretudo entre as mulheres idosas. Sendo que todas as mulheres, na faixa etária de 56 anos acima (somando o total de 9 mulheres) eram analfabetas. De acordo com este dado, observou-se também a desarticulação em nível de trabalho organizacional, dificultando a melhoria da qualidade de vida e sobrevivência local, o que se relaciona com a aquisição do saber letrado.

⁷³ Segundo as informações da Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana, 2006.



Figura 6 – Economia local de subsistência.
Fonte: Pesquisa março a maio/2006.

A idéia de pobreza é bastante evidenciada na comunidade de Morrinhos. As pessoas que residem nesses espaços não possuem terras para trabalhar, Mesmo assim, estão cercadas por terrenos, como indica a figura 7, em forma de fazendas, que exploram a mão-de-obra através do trabalho a meia - trabalho não remunerado.



Figura 7 – Espaços cercados, configurando no seu entorno a existência de grandes propriedades.
Fonte: Pesquisa março a maio/2006

O indivíduo usa a terra do fazendeiro, capina, e planta capim. Entre o capim, as pessoas plantam milho e feijão. Após a colheita as pessoas passam uma parte, metade (que consolida a idéia de meia), da produção para o dono da terra. Esse processo ocorre entre os meses de maio e agosto. Nesse período, as pessoas plantam e colhem os produtos que são vendidos como estratégia de

sobrevivência, e armazenados para o consumo. Percebe-se que o sustento, nessa região, é bastante difícil, que a noção de pobreza está relacionada com a posse de terra.

O sistema econômico da região, com a predominância de grandes frações dos setores econômicos em estado precário (arcaicos, rudimentares), que faz crescer adaptativamente a pobreza entre as famílias da região. Dessa forma, apresenta-se um marco conceitual sobre os processos de implementação de políticas públicas, no universo de mulheres trabalhadoras rurais.

2.4 CONSTRUINDO O ESPAÇO INVESTIGATIVO

Tal interesse de pesquisa passou a existir a partir da atuação da pesquisadora como Assistente Social nesta comunidade, quando em 2001, trabalhou na Secretaria Municipal de Planejamento, na Prefeitura de Feira de Santana-Ba, exercendo a responsabilidade de elaborar, assessorar e coordenar a implementação das políticas públicas voltadas para urbanização de áreas urbanas e rurais no município. Nessa etapa, percebeu-se que as propostas para reforma ou elaboração de políticas públicas não consideravam, em nenhum momento, a questão de gênero, sobretudo as trajetórias de mulheres que vivem em processos de vulnerabilidade social.

Entretanto, já assumia com legitimidade no Estado brasileiro mudanças no discurso, a respeito da mulher como sujeito de direitos, uma vez que, existiam nas práticas de sua estrutura projetos voltados para este segmento, todavia essa relação não era estabelecida nos diversos contextos regionais, como em Feira de Santana, as mulheres não exerciam uma participação nas relações políticas, as quais pudessem mover um projeto permanente de desenvolvimento sustentável local.

Em 2003, a Prefeitura Municipal de Feira de Santana em conjunto com o Governo Federal, através da Caixa Econômica – CEF, assinaram um acordo de repasse financeiro para a implementação de um Projeto de Infraestrutura, e a comunidade de Morrinhos havia sido

contemplada. Este se designa a promover a qualidade de vida das famílias de baixa renda através de melhorias habitacionais, infra-estrutura e acesso a serviços. Neste projeto, observou-se que moradores de Morrinhos foram inseridos no novo processo de participação política, uma vez que estes participaram ativamente sobre as decisões que estavam associadas ao referido projeto.

Depois da apresentação do projeto, os sujeitos aderiram através da assinatura do termo de adesão coletiva. A discussão central desse grupo voltou-se para a formação de uma comissão local de mulheres que girava em torno das diversas propostas sobre a política de desenvolvimento rural.

O Programa exigiu a participação das famílias em relação ao projeto, em todas as etapas de implementação. Tal proposta impressionava pela presença de princípios democráticos pouco vistos em projetos de urbanização. Tais políticas públicas acenavam para a possibilidade de mudanças na visibilidade do trabalho das mulheres, através da incorporação das políticas e de discussões sobre gênero.

A Prefeitura Municipal de Feira de Santana recebeu recursos para a implantação do referido projeto no povoado de Morrinhos, todavia, tal projeto não foi implantado, posto que os trâmites burocráticos voltados ao Termo Operacional para a efetivação do projeto não promoveu consenso entre os técnicos da Prefeitura Municipal de Feira de Santana (Secretaria Municipal de Planejamento) e a Caixa Econômica Federal. Com isso os recursos financeiros aprovados pelo governo federal não foram implementados retornando para sua fonte de origem, uma vez que a discussão burocrática impediu que estas famílias de Morrinhos tivessem acesso a tal benefício que foram destinadas para elas.

Dessa forma, retorna para o referido local, na condição de pesquisadora em 2005 com um olhar voltado para os atores sociais, já conhecidos, na perspectiva de conjuntamente se pensar em alternativas voltadas para o empoderamento dos sujeitos locais, através de um projeto de pesquisa, o qual a classificou como aluna do programa de mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Nessa fase, entendeu-se que o Serviço Social é estabelecido na proximidade dos

conteúdos políticos epistêmicos, uma vez que se pensou em estabelecer ações que estiveram voltadas para as demandas dos indivíduos, na condição de sujeitos de direitos.

No início do ano de 2006, na condição de etnógrafa, foram estabelecidos diversos olhares e contatos com os sujeitos em questão. Todas estas passagens vivenciadas tiveram importância na coleta de dados e no cercamento da problemática, todavia uma dessas etapas tornou-se fundamental nesse processo. Durante a realização da pesquisa os sujeitos em estudo assinaram os Termos de Consentimento Livre Esclarecido para que a pesquisa fosse conduzida dentro do caráter de princípios éticos. Depois da aproximação dos sujeitos em questão percebeu-se que a maior preocupação dos moradores, se deu porque eles não tiveram acesso a melhorias habitacionais.

Quando no segundo semestre do ano de 2006, passou a observar as mulheres de Morrinhos como uma pesquisadora que num processo dialógico com as mulheres em questão, formou-se um grupo focal, o qual direcionou os rumos metodológicos e um debate político a respeito da condição vivida. Foi percebido que em Morrinhos, as mulheres participam ativamente das decisões locais, uma vez que são elas que assumem sozinhas as responsabilidades do lar, apesar de ter a presença masculina em seus lares.

A partir da organização desenvolvida no grupo focal, as questões locais passaram a ser debatidas, como: o acesso à educação em seus diferentes graus; acesso aos serviços de saúde; ao trabalho; o acesso à moradia digna e à liberdade no seu sentido mais amplo, combatendo-se, de todas as formas, qualquer tipo de violência e discriminação, sendo que, algumas propostas e ações foram processadas no decorrer dessa pesquisa.

Dentre as questões levantadas pelas mulheres de Morrinhos, a mais relevante era lutar pela desapropriação e regularização fundiária de seu território, a fim de alcançarem a desapropriação de uma pequena porção de terra, a fim de que esta fosse repartida em lotes, e doada para famílias que não possuíssem moradias, como também, discutiam a geração de renda como forma de inclusão social, através da potencialidade local como curso em bordados e ponto de cruz.

A participação feminina em toda pesquisa foi importante, visto que as mulheres eram os principais sujeitos que tomavam decisão no local, articulando entre os afazeres domésticos, trabalho fora de casa e atuação em organizações comunitárias. O principal objetivo de análise desta pesquisa refere-se ao seu processo de empoderamento das mulheres e a sua participação na implantação de políticas públicas local.

Assim, as políticas de gênero foram empregadas nas discussões a fim de se converter em políticas de estado, ações que combatam as desigualdades e dêem visibilidade às questões da mulher. As tarefas desenvolvidas por meio de oficinas tinham como objetivo a inclusão do corte de gênero nas políticas públicas, a partir da articulação institucional com outros órgãos do governo municipal.

Dessa forma, considerou-se que para promover o empoderamento dessas mulheres seria preciso pontuar as seguintes questões: alcançar ações de geração de emprego e renda garantindo o recorte de gênero em programas de emprego e trabalho; avaliar a realização de programas que movam a sociedade; gerar a construção de novos valores sobre os direitos reprodutivos; interferir em ações que apontem o desenvolvimento sustentável, com base no corte de gênero e no conceito de justiça ambiental; combater a discriminação e os preconceitos de gênero, etnia e classe; promover, garantir e apoiar o desenvolvimento de programas de educação e erradicação do analfabetismo para essas mulheres; apoiar ações que tratem da titulação de terras; garantir aquisição de habitação; promover e apoiar ações que tratem de relações de gênero.

Para minimizar a pobreza e a vulnerabilidade considerou-se como principal estratégia a geração de emprego e renda. Dessa maneira, tornou-se relevante a análise do cotidiano dessas mulheres, sobretudo no que diz respeito às relações de trabalho que foram demarcadas na relação com a comunidade. Compreendeu-se que essa análise servirá para se entender mais claramente a dinâmica social do grupo investigado, pensando-se na articulação de outros projetos que podem promover o empoderamento local.

2.5 CONHECENDO AS MULHERES DE MORRINHOS

Nesta comunidade, a vida das mulheres é marcada por um conjunto de questões que expõem as mais adversas situações de vulnerabilidade social. O trabalho básico de plantar e colher feijão e milho, nas terras de terceiros, pegar água na represa e lenha no mato é o que “garante” apenas o direito de obter precários alimentos, que servem para o sustento de toda a família.

Pode-se verificar que o cotidiano dessas mulheres é permeado por um contexto de desestímulo, pobreza, analfabetismo, péssimas condições sanitárias, desemprego, alcoolismo, desnutrição infantil, fome e miséria. A vida das mulheres é caracterizada por um conjunto de elementos que expõem as mais adversas situações de vulnerabilidade social.

Verificou-se que as mulheres desse espaço são negras e trabalham, e às vezes são responsáveis por mais da metade do orçamento familiar, porém os homens assumem a condição de chefes de família⁷⁴. Observa-se também que nessa sociedade existem mulheres sem maridos que assumem a condução das despesas do lar. Essa questão pode ser compreendida a partir da análise que percebe a categoria mulheres chefes de família, levando em consideração uma diversidade de categorias. Esse assunto perpassa outras dimensões sociológicas, além de gênero. Podem-se compreender, dessa forma, outros elementos como: classe, raça/etnia e idade/geração (MACEDO, 2001)⁷⁵.

Por meio dessas abordagens compreendem-se outras variáveis que se apresentam como esclarecedoras de questões que dizem respeito ao próprio entendimento do termo “chefia feminina”. Na maioria das vezes essa terminologia é associada à negação da chefia masculina,

⁷⁴Essa expressão está vinculada ao ingresso feminino no mercado de trabalho. Está associada a uma diversidade de questões que incluem o processo de urbanização, industrialização, consumo, emancipação feminina, e pobreza. Sobre as exigências e requisitões do atual mercado de trabalho em relação ao trabalhador ver Pochmann (2001). O autor coloca como novo requisito profissional indispensável ao ingresso e permanência no mercado de trabalho o aumento do nível educacional do trabalhador. Amartya Sen (2000) afirma que a melhoria da condição de agente das mulheres pode gerar mudanças importantes na sociedade. O ganho de poder das mulheres é central no processo de desenvolvimento do mundo. Esse ganho de poder se dá através das atitudes da sociedade para proporcionar educação e oportunidades de emprego às mulheres.

⁷⁵ MACEDO, M. S. Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: Bruschini, C. & Pinto, C.R. (Eds.). **Tempos e Lugares de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 57-70, 2001.

no entanto não se trata da definitiva ausência do parceiro no domicílio. Esse domicílio pode ser chefiado por mulheres que estão na condição de viúvas, mães solteiras, ou separadas com dependentes, conforme afirma Carvalho (2002)⁷⁶.

Porém, esse tipo de acordo não é restrito, uma vez que se consideram a diversidade de modelos familiares presentes nas sociedades atuais, mas a diversidade de chefia. Compreende-se que nas atuais famílias podem absorver a idéia de outras demandas que colocam o entendimento da “chefia”, na relação com outras categorias de análise (CARVALHO, 2002). Nesse caso, pode-se citar como, por exemplo, a referência que se toma para falar de chefia é o grupo doméstico ou a família. A categoria chefe de família está relacionada à provisão econômica, no que diz respeito também à autoridade. Isso se processa com a presença masculina no domicílio.

Mesmo assumindo a condução das despesas do domicílio, muitas mulheres não possuem uma condição que legitime a sua condição de chefia. O fato de mulheres assumirem a chefia dos núcleos familiares não quer dizer que se possua o enfraquecimento das figuras masculinas, sobretudo nas camadas de baixa renda.

Por meio desse conceito de chefia feminina aproxima-se das mulheres investigadas, as quais vivem numa comunidade onde, possivelmente, as discussões sobre assegurar conquistas de um espaço na sociedade passam vagamente em suas idéias. Compreende-se que a luta maior dessas mulheres é pela garantia de sobrevivência a partir de satisfação das necessidades primárias.

Uma outra questão observada entre as mulheres de Morrinhos é a questão da baixa auto-estima e não possuem o sentimento de pertença ao seu espaço cotidiano de vivência. Essas mulheres convivem com a pobreza, porém não refletem as suas condições materiais voltadas a uma dominação estrutural, as quais resultam as mais duras condições de sobrevivência. Percebe-se que o nível abrange a auto-estima e o reconhecimento do valor pessoal está associado ao âmbito social. Foi observado também que um dos principais problemas dessa região é a falta de terras e o acesso à titulação, por tratar-se, segundo os moradores, de lugar que abrigou os cativos que fugiam da escravidão.

⁷⁶ CARVALHO, M. G; NASCIMENTO, T. C. Sensibilização do público masculino para discutir, compreender e modificar as relações tradicionais de gênero. Relatório apresentado a ADITEPP. 2002.

Historicamente, o papel da mulher na sociedade brasileira tem passado por grandes transformações, assumindo responsabilidades que antes eram prioridades masculinas, como por exemplo, o sustento da família; em contrapartida ela passa a requerer direitos que antes não tinha acesso, através de um processo longo e intenso de luta⁷⁷. A implementação destas políticas deverá necessariamente ser ela abordada e executada em conjunto com a comunidade, indicando as ações necessárias para a garantia dos direitos sociais, criando assim perspectivas de empoderamento local.

No decorrer da história grandes conquistas foram alcançadas, contudo, a dicotomia existente ainda é facilmente visualizada, de um lado estão os que *têm* e do outro, os que apenas *são*. Focalizando a discussão num contexto de discriminação étnica, cultural, geográfica, econômica e social, para as mulheres nordestinas da zona rural, pobres continuam sendo aqueles que apenas *são*, encontrando-se à margem de direitos, alijados das possibilidades de inclusão social.

Chauí (1995, p. 358)⁷⁸ afirma que se, por exemplo, nasci negra, mulher, numa família pobre, numa sociedade racista, machista e classista, que me discrimina racial, sexual e socialmente, que me impede o acesso à escola e a um trabalho bem remunerado, que me proíbe a entrada em certos lugares, que me interdita amar quem não for da mesma raça e classe social, como dizer que sou livre para viver, sentir, pensar e agir de uma maneira que não escolhi, mas foi-me imposta?

Neste contexto se insere a questão das Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, visando desenvolver uma abordagem, no sentido de contribuir com a transformação da condição de opressão demarcada na trajetória histórica dessas mulheres em Morrinhos, Feira de Santana-BA.

Esta será reconstituída com entusiasmo e desejo. Ora se confundirá com a história de gerações de mulheres rurais, que sofrem com a discriminação, o esquecimento e a segregação social; ora com a história do movimento da conquista do próprio espaço e exercício da cidadania através do empoderamento destas mulheres.

⁷⁷ CASTRO, M. G., **Mulher e crise no Brasil**: A mulher no mercado de trabalho urbano dos anos 80. Cadernos do CEAS, 129: p. 64-79, 1990.

⁷⁸ Chauí, M. A filosofia moral. In: **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

Desse modo, buscaram-se como questões norteadoras as seguintes: A condição de pobreza dessas mulheres limita as perspectivas de empoderamento, uma vez que a vulnerabilidade social está vinculada às expressões do analfabetismo, da falta de terras, das péssimas condições sanitárias e habitacionais, da fome, da desnutrição e do desemprego; Em Morrinhos, existe uma dominação de poder entre os sexos, uma vez que mesmo as mulheres liderando os domicílios economicamente, a cultura local machista legitima o homem como chefe de família.

O empoderamento das mulheres de Morrinhos pode estar relacionado com o discurso coletivo organizado, visando a libertação da dominação machista e patriarcal. Observou-se que essas mulheres desenvolvem práticas de trabalhos tradicionais como: carregar água na cabeça, catar lenha e carregar na cabeça, destocar pastos, plantar cereais (milho e feijão), conforme leitura das figuras de 8 a 11.



Figura 8 - Lavar roupa.
Fonte: Pesquisa março a maio/2006.



Figura 9 – Carregar água.
Fonte: Pesquisa março a maio/2006.



Figura 10 – Catar lenha.
Fonte: Pesquisa março a maio/2006.



Figura 11 – Debulhar feijão.
Fonte: Pesquisa março a maio/2006.

Partindo-se destas questões norteadoras e da referida justificativa, criou-se como objetivo geral: Analisar, a partir do Serviço Social, o cotidiano das mulheres de Morrinhos, como se processam as relações de identidade, gênero e possibilidades de empoderamento na dinâmica social local. Como objetivos específicos: Pesquisar, a partir dos depoimentos orais, como as relações sociais de gênero⁷⁹ são estabelecidas nesta comunidade; Investigar como as mulheres constroem sua identidade através das relações estabelecidas em torno das questões de poder; Identificar as demandas sociais das mulheres de Morrinhos; Investigar como as próprias mulheres vivenciam o processo de empoderamento e quais as estratégias que propiciam maior empoderamento dessas mulheres; Compreender como ocorrem os mecanismos de dominação local, nas relações de gênero; Identificar ações que venham construir uma “nova narrativa” sobre o empoderamento das mulheres, levando em consideração o contexto, a história e a cultura local.

A reflexão sobre alguns aspectos da experiência das mulheres rurais não se esgota em alguns indicadores de desigualdades de gênero, raça etnia e classe; mais atingido pelo processo de exclusão, mesmo vivendo historicamente as piores condições de vida e trabalho.

Vale a pena salientar que, passados 118 anos da proclamação da Lei Áurea, afro-brasileiros são socialmente desclassificados, tratando-se especificamente do universo social feminino de comunidades rurais. Esses sujeitos lutam contra o domínio violento do imperialismo, cujo modelo de desenvolvimento imposto concebe o ser humano e a natureza como entes distintos e não integram os valores centrais e de seus projetos.

Nesse passo do trabalho, far-se-á uma descrição da rotina das mulheres investigadas, através da análise da experiência no grupo focal evidenciando a noção de empoderamento como o eixo principal da discussão. A categoria empoderamento será defendida como um mecanismo de autonomia das pessoas, organizações e/ou comunidades inseridas em processos coletivos e sociais, que passam a controlar suas ações e decisões através da reivindicação de direitos e consciência de deveres.

⁷⁹ Papéis sociais: autoridade, liderança.

Essa parte atenta-se na revelação das experiências, sentimentos, percepções, preferências dos sujeitos investigados, mulheres de Morrinhos. Toda essa discussão prende-se na necessidade de se focar elementos que contemplem discussões como: reconhecimento de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres.

2.6 ABORDAGEM METODOLÓGICA: CAMINHOS PERCORRIDOS

Por entender que a ciência é uma atividade polimorfa, que se apóia em pressupostos filosóficos e bases teóricas e metodológicas diversas, torna acessível que pesquisadores adotem atitudes distintas a respeito do objeto de estudo sobre o qual vão investigar.

Duas grandes abordagens metacientíficas parecem reunir esta variedade de perspectivas: a nomotética e a idiográfica ou hermenêutica. A nomotética ou quantitativa defende a aproximação entre a ciência social e a ciência natural, de tal modo que a mensuração, a quantificação, a busca da causalidade e do controle estatístico e de variáveis tornam-se o meio para gerar conhecimento válido e universal. Por outro lado, a abordagem idiográfica, hermenêutica ou qualitativa destaca a diferenciação entre os dois tipos de objetos de estudo – o físico e o humano – ao admitir que, ao contrário do objeto físico, o homem é capaz de refletir sobre si mesmo e, por meio das interações sociais, constroem-se como pessoa (GIORGI, 1995; RADNITZKY, 1970; SMITH, HARRÉ & LANGENHOVE, 1995)⁸⁰.

Sendo assim, a ciência social não deveria importar o modelo da ciência natural, e sim criar um outro modelo de investigação que se apoiaria na descrição, no entendimento, na busca de significado, na interpretação, na linguagem e no discurso, gerando um tipo de conhecimento válido a partir da compreensão do significado do contexto particular (GIORGI, 1995; RADNITZKY, 1970; SMITH, HARRÉ & LANGENHOVE, 1995).

⁸⁰ GIORGI, A. Phenomenological psychology. In J. A. Smith, R. Harré & L.V. Langenhove (Orgs.), **Rethinking psychology**. (pp. 24-42). London: Sage. 1995.

Neste caso, fez-se a opção pela pesquisa etnográfica de abordagem qualitativa e utilizou-se as técnicas de imagem, entrevistas semi-estruturada e grupo focal para observar os processos de interação humana que contribuem para a formação, o compartilhamento de opiniões, crenças e valores e o empoderamento em relação ao tema em estudo, uma vez que, adentrou-se no universo da comunidade investigada para compreender melhor o seu cotidiano voltado para suas dinâmicas socioeconômicas. Amparou-se na produção dialógica do método etnográfico, sobretudo na perspectiva de Paulo Freire, que pensa o diálogo entre os sujeitos envolvidos na pesquisa com um passo importante na articulação das esferas que mesclam os saberes das ciências com os conteúdos que estão relacionados com a existência dos sujeitos, na condição de seres produtores e transformadores da história. Portanto, durante o período presente na comunidade de Morrinhos foi observada a sociabilidade dos moradores.

Segundo Minayo (2004)⁸¹, "trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variável" Esta tem uma importância significativa no Serviço Social por possibilitar investigações que apreendem as subjetividades, os significados, as representações das pessoas e dos grupos.

Nesta pesquisa, o investigador assume papel ativo de descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais. Assim, apresentou-se como meta a busca dos significados dos processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam e/ou compreendem o mundo em que vivem incluindo elas próprias. Nesse sentido, o foco de estudo passa das estruturas sociais e mentais para a compreensão das ações e práticas sociais e, sobretudo, dos sistemas de significação que dão sentido ao mundo.

A partir do seu escopo metodológico composto por técnicas de imagem⁸², entrevista semi-estruturada e grupo focal, voltando-se para análise do Serviço Social sobre o processo de

⁸¹ MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 24. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2004.

⁸² O processamento técnica de imagens é entendido como a análise e a manipulação de imagens, cuja finalidade é identificar e extrair informações da imagem e transformar a imagem de tal modo que a informação seja mais facilmente discernível por um analista humano (Crósta, 1992). O sistema visual humano possui uma notável capacidade de reconhecer padrões. Contudo, ele dificilmente é capaz de processar o enorme volume de informações presente numa imagem. Vários tipos de degradações e distorções inerentes aos processos de aquisição,

empoderamento das mulheres de Morrinhos. Dessa forma, realizou-se uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações se tornam significativas.

Vale ressaltar que ao adentrar no campo etnográfico os aspectos éticos foram respeitados primando o esclarecimento sobre os objetivos da pesquisa e os procedimentos que seriam utilizados pela pesquisa, quanto ao uso de imagem e depoimentos. Os que concordaram em participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual se encontra com o título do Projeto de Qualificação (anexo), conforme a Resolução nº 196/96, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1996). A fim de proteger a identidade dos entrevistados e participantes do grupo focal, utilizou-se nomes de pedras preciosas na substituição dos nomes próprios, mesmo com a autorização do termo de consentimento devidamente assinado.

A vigente metodologia pautou-se na pesquisa etnográfica, a partir das técnicas de imagem, entrevista semi-estruturada e grupo focal, de perspectiva qualitativa, voltada para análise do Serviço Social sobre o processo de empoderamento das mulheres, no micro recorte da comunidade rural de Morrinhos, localizado no distrito de Jaguará, no município de Feira de Santana-BA. A referida pesquisa possibilitou que a pesquisadora, enquanto investigadora pudesse então extrair, qualitativamente, elementos que levassem a compreensão dos aspectos econômico e cultural, mediante um universo onde as dimensões sóciopolíticas e culturais são significantes para a construção de identidade, em face de situação de vulnerabilidade em que se encontram.

A etnografia é um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Estas técnicas, muitas vezes, têm que ser formuladas ou criadas

transmissão de dados contribuem para limitar a capacidade do olho humano na visualização de imagens. O objetivo principal da técnica de imagens é o de remover as barreiras inerentes ao sistema visual humano, facilitando a extração de informações a partir de imagens.

para atenderem à realidade do trabalho de campo. Nesta perspectiva, o processo de pesquisa será determinado explícita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador.

Como abordagem de investigação científica, traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas que se interessam pelo estudo das desigualdades e exclusões sociais. Primeiramente, por preocupar-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e a ação humana; segundo, por introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais. O "objeto" de pesquisa agora "sujeito" é considerado como "agência humana" imprescindível no ato de "fazer sentido" das contradições sociais; e terceiro, por revelar as relações e interações ocorridas no espaço de vivência. Assim, o "sujeito", historicamente fazedor da ação social, contribui para significar o universo pesquisado exigindo uma constante reflexão e reestruturação do processo de questionamento do pesquisador.

A Etnografia é também conhecida como: pesquisa social, observação participante, pesquisa interpretativa, pesquisa analítica, pesquisa hermenêutica. Compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos. Estuda preponderantemente os padrões mais previsíveis do pensamento e comportamento humanos manifestos em sua rotina diária; estuda ainda os fatos e/ou eventos menos previsíveis ou manifestados particularmente em determinado contexto interativo entre as pessoas ou grupos. Holisticamente, são observados os modos como esses grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas com o objetivo de "revelar" o significado cotidiano, nos quais as pessoas agem. O objetivo é documentar, monitorar, encontrar o significado da ação.

Em Morrinhos a etnografia voltou-se, a princípio, para a observação das relações de trabalho, com a família e com a comunidade, o que essas mulheres estão buscando criar como condições concretas de inclusão social. Ou seja, as mulheres de Morrinhos estão elaborando um saber e um fazer articulados aos seus interesses, sobretudo quando elas buscam do poder público local visibilidade e projetos de mudança para as condições infra-estruturais da região.

Foi utilizada a técnica da entrevista semi-estruturada, durante as visitas domiciliares, conforme apêndice 1, produzindo registros, os quais foram recolhidos em forma de dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo desenvolver uma idéia sobre a maneira como as mulheres rurais de Morrinhos interpretam sua condição de mulher, de mãe, de trabalhadoras frente às políticas públicas do Estado e como elas estão inseridas neste processo. Além do mais, pode-se pontuar as atitudes dos sujeitos pesquisados e, especialmente, sobre a sua formação cultural e condição socioeconômica, para compreender a sua afirmação com a existência.

Dessa forma, relacionaram-se as teorias de gênero com as noções de empoderamento local, oferecendo informações que abordaram singularidades, sob a conformação de duas grandes dimensões, que é dada pela relação entre a teoria e a prática na busca da sua interação dialética, o que significou trabalhar na perspectiva da práxis, tendo os pressupostos teórico-conceituais que serviram para a explicitação dos conceitos de gênero, empoderamento e políticas públicas, a partir da visão e análise fundamentadas em alguns autores referendados.

Ainda assim, a pesquisa é uma construção educativa que atua sobre a vida e o crescimento da sociedade, “conhecer a sua própria realidade, participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele.” (BRANDÃO, 1999)⁸³. O primeiro passo para a transformação social é envolver os grupos sociais na geração de seu próprio conhecimento e na sistematização de sua própria experiência.

Esse estilo alternativo de pesquisa qualitativa tem como um dos grandes precursores Paulo Freire, devido ao conjunto de experiências que foram sustentadas pela concepção conscientizadora de educação desenvolvida em fins da década de 60, no âmbito das transformações agrárias operadas em alguns países do Terceiro Mundo.

Na perspectiva libertadora de Paulo Freire *apud* Brandão (1999) toda pesquisa temática se faz ação pedagógica e toda autêntica educação se faz investigação do pensar. Essa definição implica um trabalho conjunto de pesquisa e discussão no qual participam pesquisador e pesquisados “*mediatizados*” sempre pela realidade a ser conhecida e transformada.

⁸³ BRANDÃO, *Op. cit.*

Na discussão e análise dos dados, caracterizou-se o grupo em estudo através da articulação de um grupo focal. Através deste pode-se refletir as falas, o entendimento sobre o conceito de políticas públicas que permeia o cotidiano dessas mulheres. Durante o trabalho de campo produziram-se imagens, que enfocaram o perfil do espaço investigado, e o perfil socioeconômico das mulheres investigadas, destacando os seguintes aspectos: trabalho, cotidiano, condições de higiene e saúde, participação política, educação, dentre outros.

Por meio dessa metodologia foi possível se promover uma intervenção junto a grupos de mulheres, abordando temas relativos às dinâmicas de seu cotidiano e às perspectivas do empoderamento local por meio do desenvolvimento sustentável.

O primeiro passo dessa pesquisa se deu através de uma reunião no espaço denominado pela comunidade “Coreto”⁸⁴, na praça de Morrinhos, no sentido de informar aos representantes da comunidade e as pessoas ali presentes o motivo do retorno da profissional, que se tratava de uma pesquisa e a importância da participação voluntária de todos, especialmente das mulheres no decorrer do trabalho. Após essa fase, foram realizados outros encontros, no espaço da Igreja Católica – figura 12 – com a participação de autoridades, lideranças locais da comunidade (rezadeira, parteira, catequista, agente comunitária de saúde, autoridades públicas), a fim de se discutir as temáticas locais para analisar melhor os problemas e as situações vividas pelas mulheres em destaque.



Figura 12 – Encontro de autoridades com a comunidade de Morrinhos a pedido das mulheres do grupo focal.
Fonte: Pesquisa nov/2006.

⁸⁴ Espécie de quiosque construído ao ar livre para concertos de música, segundo Antonio Soares Amora, 1917-1999. Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa. – 7. ed. – São Paulo: Saraiva, 2000.

Na discussão com os representantes da população foi possível promover a identificação da estrutura social da população envolvida. Assim, evidenciaram-se as necessidades e os problemas da população, sobretudo das mulheres. Nessa etapa foi possível a aproximação dos dados sócio-econômicos e tecnológicos. Para tanto, buscou-se a formação de um Grupo Focal.

Morgan (1997)⁸⁵ define Grupo Focal como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais (MERTON, FISKE & KENDALL, 1990)⁸⁶, que coleta informações por meio das interações grupais ao se discutir um tópico específico sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo. Ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade.

Relegados a um segundo plano durante várias décadas, a partir de 1980 os grupos focais se difundiram e passaram a ser utilizados para compreender as atitudes de doentes, o uso de contraceptivos e para avaliar as opiniões da audiência em relação às mensagens da mídia (VEIGA & GONDIM, 2001)⁸⁷. O foco de análise são as opiniões surgidas a partir do jogo de influências mútuas que emergem e se desenvolvem no contexto dos grupos humanos.

Participaram, espontânea e consentidamente, da pesquisa quinze mulheres, conforme anexo A com idade entre 18 a 94 anos, pertencentes a duas gerações: a primeira encontra-se atualmente na faixa etária de 60 a 94 anos e a segunda, na faixa etária de 18 a 56 anos, sendo que três destas últimas são filhas e netas de mulheres da primeira geração.

Inicialmente foram previstos trinta mulheres, no entanto só garantiram presença ao final da pesquisa quinze delas. Uma das maiores dificuldades do grupo focal, é justamente a garantia da presença em data e horário combinados e mesmo que tivesse sido adotado o procedimento de contatar o participante no dia marcado para lembrá-lo do compromisso, só foi possível a formação de 01 grupo com heterogeneidade de faixa etária.

⁸⁵MORGAN, D. L. **Focus group as qualitative research**. London: Sage, 1997.

⁸⁶MERTON, R. K., FISKE, M. & KENDALL, P. L. **The focused interview**. A manual of problems and procedures. New York: The Free Press, 1990.

⁸⁷VEIGA, L., & GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**, 7(1),1-15. 2001.

Os participantes foram selecionados por meio de três procedimentos: i) contato da pesquisadora com a Agente Comunitária de Saúde, para solicitação de listagem das mulheres da comunidade com respectivos endereços; ii) visitas as moradias; e iii) indicação de outras mulheres que haviam participado espontaneamente das reuniões iniciais antes da formação do grupo focal.

A organização deste grupo focal promoveu uma discussão das participantes, a fim de que juntos pudessem trocar experiências e interagir sobre suas idéias, sentimentos, valores, dificuldades, os quais são imprescindíveis para a promoção do empoderamento do grupo. Assim, fizeram colocação sobre a perspectiva de implementação de programas que possam atender as dificuldades, necessidades ou conflitos não claros ou pouco explicitados. Por meio da estrutura do grupo focal a pesquisadora se posicionou como mediadora da discussão, estabelecendo uma interação entre os sujeitos estudados e correlacionando as problemáticas apontadas pelo grupo.

Na experiência do grupo focal foi possível ouvir as mulheres, observando seus sentimentos, suas informações e observações, como se fossem simples lamentações; observar como elas convivem com a dureza da vida no processo de realização de atividades de produção e reprodução; analisar como as mulheres são estimuladas a identificar suas próprias necessidades, estratégias e soluções; avaliar a contribuição do trabalho feminino na comunidade e discutir as desigualdades econômicas e sociais baseadas nas relações de gênero.

A participação das mulheres nas reuniões (sessões) do grupo focal foi importante para fomentar uma nova discussão sobre política pública no local, uma vez que essas mulheres poderão alcançar informações trazidas através de uma relação epistêmica que enfoca a relações dessas pessoas na reflexão da idéia que permeia o sentido de ser sujeito de direitos.

As reuniões do grupo focal foram realizadas na Igreja Católica, que contava com 12 cadeiras dispostas ao seu redor, 04 bancos de madeira, e uma pequena mesa lateral onde se encontravam disponíveis água, café e biscoitos para os participantes.

Os participantes eram recepcionados pela pesquisadora, que assumiu a função de coordenadora do grupo focal, e por duas estagiárias de Serviço Social da Faculdade Nobre de Feira de

Santana. Foram distribuídos crachás para facilitar a identificação entre os participantes e feitas as apresentações iniciais. A seguir uma das estagiárias permanecia do lado de fora da Igreja, para o caso de encaminhamento das retardatárias e a outra estagiária sentava-se junto a pesquisadora para acompanhar o processo de discussão. Na Igreja só permaneciam as participantes, a coordenadora e as estagiárias.

Houve apenas cinco casos de atraso e não ultrapassaram os 10 minutos. No início da sessão a coordenadora esclarecia as participantes que o motivo da pesquisa era o de analisar, a partir do Serviço Social, o cotidiano das mulheres de Morrinhos, como se processam as relações de identidade, gênero e possibilidades de empoderamento na dinâmica social local. Reafirma ainda, a necessidade de documentação do grupo de discussão por meio de fotos, filmagem, relatórios, ratificando o que já havia sido dito no primeiro contato pessoal.

A seguir foram especificadas as regras básicas de funcionamento do grupo focal, a saber: i) deixar, sempre que possível, uma pessoa falar de cada vez; ii) evitar discussões paralelas para que todos possam participar; iii) dizer livremente o que pensa; iv) evitar que apenas um domine a discussão; e v) manter a atenção e o discurso na temática em questão. O papel do coordenador era introduzir perguntas e pedir mais esclarecimentos.

Através desta técnica foi percebida a necessidade da realização com as referidas participantes do grupo focal das oficinas de Auto-Estima e de Territorialização, objetivando a utilização desta técnica (oficina), em preparar os integrantes para refletir individualmente sobre o seu “eu” e o seu “espaço cotidiano de vivência” com a temática da pesquisa.

Primeiramente realizou-se a oficina de auto-estima (figuras 15 e 16), compreendendo-se que, para discutir temas voltados para a questão do direito de gênero entre as mulheres da comunidade de Morrinhos era preciso a realização desta oficina, levando estes sujeitos cercar as necessidades coletivas e as atividades voltadas para cada especificidade, no sentido de desenvolver o empoderamento trabalhando a questão de gênero, da auto-estima das mulheres, e em seguida o sentimento de pertença, através da oficina de espacialização e territorialização (figuras 13 e 14).

Os conceitos de espacialização e de territorialização, necessariamente geográficos, estão sendo utilizados ou apropriados pela grande maioria dos pesquisadores (geógrafos) que estudam os acontecimentos atuais no campo brasileiro, e especificamente o conceito de territorialização que queremos analisar. Este é visto como conceito, podendo focalizar a realidade atual da comunidade de Morrinhos, no sentido do problema com o acesso a terra.

Por meio desses estudos pôde-se compreender que o território é o produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinações: econômica, social e cultural. Como diz Milton Santos (1978) “a utilização do território pelo povo cria o espaço. O território é uma área demarcada onde um indivíduo, ou alguns indivíduos ou ainda uma coletividade exercem o seu poder.”.

Na discussão sobre a categoria de espacialização, destacou-se que, quando mencionamos a palavra espacialização, estamos falando necessariamente da repercussão da luta pela terra, ou seja, estamos falando das formas de luta na sua dimensão. A espacialização ocorre simultaneamente à aparição pública da organização da contestação. Nesta etapa, fez-se uma reflexão acerca do conceito de territorialização e espacialização relativa aos movimentos sociais no campo, o papel do Estado como regulador do território e da territorialidade deve ser levado em conta.

Antes que estivessem expostos à influência das outras participantes, conforme o ritmo da discussão no grupo, distribuía-se a cada participante uma caneta e folha de papel ofício, solicitando que respondessem as perguntas de forma ilustrativa (desenhos). O objetivo principal para os quatro tópicos básicos introduzidos pela coordenadora, era a partir dessas perguntas genéricas saber sobre cada uma delas: i) Qual era o cotidiano dessas mulheres? ii) Como essas mulheres se viam na comunidade? iii) Quais as suas queixas como mulher, no seu espaço de vivência? iv) Quais os seus desejos e sonhos de mulher?

O tempo dedicado a cada um desses tópicos variou conforme o número de participantes e o seu grau de envolvimento. Foram concedidos dez minutos para as respostas em forma de desenhos, uma vez que 60% destas mulheres (nove mulheres) eram analfabetas e em seguida as mesmas

explicavam seus desenhos. Sendo assim, a duração do grupo oscilava de 45 minutos a duas horas.



Figura 13 – Oficina de Territorialização.
Fonte: Pesquisa set /2006.



Figura 14 - Oficina de Territorialização.
Fonte: Pesquisa set /2006.



Figura 15 – Oficina de Auto-Estima.
Fonte: Pesquisa ago / 2006.

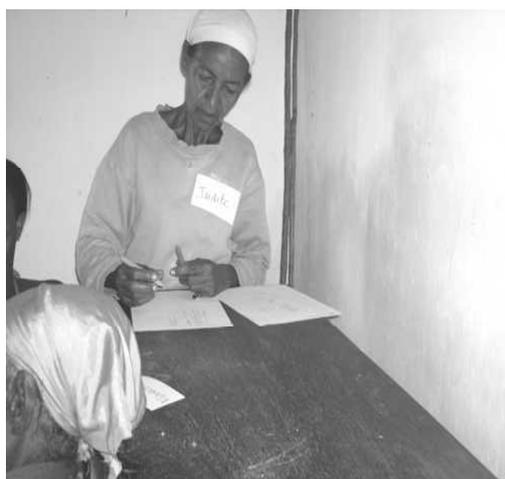


Figura 16 – Oficina de Auto-Estima
Fonte: Pesquisa ago /2006.

Na perspectiva de mediar uma discussão com o grupo de mulheres, estas oficinas contribuíram para um maior entendimento e aproximação das temáticas sociais locais com as perspectivas de políticas públicas, visando o relacionamento das teorias de gênero com as noções de empoderamento local, destacando-se a questão em relação à luta pela terra e a questão fundiária local.

Toda essa discussão em destaque serviu também como fonte de informação, que foram direcionadas na sistematização dos dados. Também colaborou com o entendimento das mulheres voltado para as políticas públicas no aspecto de se buscar uma afirmação pessoal e social na valorização e resignificação do lugar.

Dessa forma, será possível vislumbrar um novo lugar, uma nova vida, mediante a reorganização do território com o intuito de materializar sobre estes os seus direitos e cidadania, visando o empoderamento e a liberdade inseridos na discussão do projeto ético político do Serviço Social.

Essa prática metodológica possibilitou uma visão amplificada da compreensão da realidade e das necessidades coletivamente articuladas na comunidade de Morrinhos. Assim sendo, procurou-se identificar e abranger os processos de inclusão social construídos por mulheres da comunidade rural da região, a fim de reconhecer as potencialidades dos moradores da região, como sujeitos que constroem sua história, possuem uma cultura singular e vivem em uma sociedade contraditória.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O PROCESSO DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES DE MORRINHOS

3.1 O PERFIL TEÓRICO E POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Considera-se que o Serviço Social se institui e se estabelece como profissão num contexto contraditório, de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista. Na criação de bens, estabelece-se uma relação entre as pessoas para entender as desigualdades das rendas que eram inerentes ao regime de trabalho assalariado dos brasileiros. Pôde-se amparar e perceber que a sociedade brasileira era desigual, entretanto, era possível um projeto de justiça social viável. Dessa forma, Marilda Iamamoto (2001)⁸⁸ afirma que o Serviço Social emerge com a proposta de:

[...] Com o fim de opor-se às formas coletivas das ações de defesa (sindicalismo e socialismo, consciência de classe [...]), preconizava-se uma ação individual, entendida como uma assistência educativa, adaptada aos problemas “pessoais”, o que permite ignorar sua regularidade estatística e sua origem. Os efeitos – miséria material e carência moral, segundo as normas dominantes – são tomados como causas, necessitando de tratamentos social e educativo apropriados. Os frutos desse princípio de interpretação aparecem mais no resultado alcançado – a justificação, por parte da classe dominante, da tentativa de controle e de imposição de uma hegemonia cultural que venha completar sua dominação econômica – do que no objetivo proclamado, mas nunca seriamente procurado, de fazer os elementos (individuais) da classe operária saírem do “rebaixamento” material e moral, para elevá-los ao nível (mítico) desejável que lhes reserva a ordem social. O projeto da assistência social nascente não é, pois, o de “ajudar” operários em dificuldade [...] mas o de *educar a classe operária*, isto é, fornecer-lhe regras de bom senso e razões práticas de moralidade, corrigir seus preconceitos, ensinar-lhe a racionalidade; “discipliná-la” nos seus trajés, nos seus lares, nos orçamentos domésticos, na maneira de pensar.

⁸⁸ IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

Esta nova perspectiva do Serviço Social estava relacionada com outras questões mais abrangentes. No Brasil e no mundo, discutia-se bastante sobre as desigualdades sociais que os países pobres enfrentavam, especialmente os países de Terceiro Mundo. Assim, os brasileiros pensavam em desatar os nós das desigualdades sociais. O crescente estado de miséria, as disparidades sociais, a extrema concentração de renda, os salários baixos, o desemprego, a fome que atingia milhões de brasileiros, a desnutrição, a mortalidade infantil, a marginalidade e a violência são expressões do grau a que chegaram as desigualdades sociais no Brasil e a realidade em Morrinhos não poderia ser diferente.

Diante das questões vinculadas ao processo de desigualdade social, reivindicava-se, portanto, uma sociedade mais justa, igual para todos. Significava entender as diferenças existentes e considerar o acesso ao bolo com partes desiguais, desde que todos tenham parte na distribuição. Em tese, a perspectiva da igualdade termina por se consolidar no reconhecimento das desigualdades.

Dessa forma, surgem novos paradigmas de assistência social e nos projetos de enfrentamento à pobreza, verifica-se uma inovação e ampliação na inclusão de novos programas, sobretudo para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo também nasce uma nova política econômica, em prática, não se voltava para a criação, e sim para o desenvolvimento dos setores de produção, que economizam mão-de-obra. Resultado: desemprego. Apesar dos debates teóricos do período, no senso comum, as pessoas viam as desigualdades desse momento como coisas absolutamente normais, como algo sem relação com produção no convívio na sociedade. Portanto, percebia-se uma necessidade urgente do trabalho social como um processo de mediação entre sujeitos reais e condição de vida dessas pessoas.

Ao entrar em contato com as teorias que fundamentam o campo do Serviço Social, passou-se a perceber que as divisões de classes processavam-se distintamente, de forma que, cada indivíduo se situava economicamente e sócio-politicamente em sua sociedade. Ao adentrar no universo dos debates, das produções e publicações sobre a temática da Assistência Social, como política pública, foi possível detectar a existência de várias lacunas, vinculadas aos limites da produção social do conhecimento e aos projetos políticos de inclusão.

Os estudos recentes sobre o Serviço Social, conforme afirma Netto (1996)⁸⁹ têm sido compostos por análises que exploram os seguintes aspectos: a trajetória histórica da Assistência Social como política setorial e sua relação com as demais políticas sociais (a intersectorialidade); a conjuntura política do país e as restrições e retrações para os avanços e a consolidação dos direitos sociais prescritos. Na maioria das vezes, estudam-se o funcionamento dos conselhos gestores e dos fóruns de Assistência Social e as possibilidades de construção dos espaços públicos e da democracia brasileira. Todavia, salienta-se que o Serviço Social possui vários impasses teóricos, uma vez que existem imprecisões conceituais sobre noções de temas chaves para a área como a idéia de: política pública, espaços públicos, democráticos, dentre outros.

Estes temas, indefinidos muitas vezes, contribuem para reforçar uma percepção naturalizada da mistura entre as "coisas" públicas e privadas. O poder público é uma marca da formação social brasileira e se atualiza na nossa cultura política. Com isso, a sociedade brasileira tem sido signatária de entendimentos ambíguos sobre essas temáticas que estão voltadas para o Serviço Social.⁹⁰

A partir da Constituição Federal de 1988, instituiu um novo marco de regulamentação para a proteção social no qual está pressuposto o reconhecimento e a universalização de direitos – a ampliação da cidadania. Com isso, surgiu a necessidade de criar-se e colocar em funcionamento um determinado conjunto de instrumentos políticos que, tomados a partir das premissas da democracia participativa, contribuiria para o aprofundamento do processo da construção democrática da sociedade brasileira.

O conceito de Proteção Social, segundo Viana, Elias & Ibañez (2005)⁹¹, consiste na ação coletiva de proteger indivíduos contra riscos inerentes à vida humana e/ou assistir necessidades geradas em diferentes momentos históricos e relacionadas com múltiplas situações de dependência. Tais sistemas decorrem de certas virtudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. Também inclui as formas seletivas de distribuição

⁸⁹ NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social**. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade. n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ VIANA, Ana Lucia d'Ávila, ELIAS, Paulo Eduardo M., IBAÑEZ, Nelson. Organizadores. A Proteção social: dilemas e desafios. **Saúde em Debate**; 234 p, v. 159. São Paulo: Hucitec, 2005.

e redistribuição de bens materiais culturais que permitirão a sobrevivência e a integração na vida social. Também se incluem as normas e princípios reguladores que com o intuito de proteção fazem parte da vida das coletividades.

A proteção Social e demanda por serviços de assistência social sendo inversamente proporcional à oferta de serviços das demais áreas componentes da proteção social. No caso brasileiro de demanda, por assistência social assumir um caráter estrutural devido a um conjunto de fatores tais como: a distribuição de renda, as desigualdades regionais e sociais bem como pela presença sempre reatualizada de mecanismos de discriminação e exclusão. A fragmentação institucional expressa na tendência e a identificação da política de proteção social com a política de assistência social podem conduzir a uma situação de circunscrição da pobreza reforçando um dualismo social, representado por uma pobreza homogênea, protegida no patamar mínimo pelo Estado, e uma maioria cuja proteção se diferencia no mercado.

A Assistência Social, não é mais uma política “clientelista”, onde as ações e atividades são desenvolvidas em troca de apoio, de consciência tranqüila ou de votos. É um dever do Estado e direito do cidadão. Hoje a Assistência Social encontra-se regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - 12/1993 - apresentando novos conceitos e novos modelos de assistência social, sendo colocado como “direito de cidadania, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social.”. É uma política pública e, como tal, faz parte da Seguridade Social, é parte integrada das ações que visam garantir direito de cidadania e igualdade de condições de vida a todos os brasileiros.

O novo enfoque dado a Assistência Social é a idéia de que se protege para promover, para fazer a pessoa crescer. É a idéia que deve ser ofertado o mínimo básico para que o indivíduo inicie um processo de proteção humana, de crescimento e de valorização da pessoa, como também promover o seu entorno, as pessoas que vivem ao seu redor e o seu próprio ambiente de vida, podendo ser traduzida em ações e atividades voltadas à promoção humana e ao desenvolvimento social, como garantia de condições de sobrevivência, em sua plenitude, a todos os brasileiros em situação de vulnerabilidade e exclusão social. O beneficiário da Assistência Social é a população em situação de risco social (baixo capital social), que deve ser transformada em sujeito de seu processo de promoção investida de direitos e também de responsabilidade, sendo a prioridade de absoluta proteção a situação de extremo risco.

De um lado, o baixo crescimento econômico veio a obstaculizar a continuidade do pleno emprego, assim como as transformações no padrão produtivo inocularam novas formas de trabalho, muitas à margem das contratações coletivas ou legislações existentes. A perda relativa de importância do emprego industrial, envolvida numa outra lógica de produção em redes mundiais, fragilizou compromissos sociais entre empregados e patrões, comprometendo as bases da sociedade salarial e esvaziando o conteúdo dos regimes democráticos.

Observa-se, por exemplo, que apenas uma pessoa a cada três encontra-se protegida pela regulação do mercado de trabalho, enquanto somente uma a cada duas contribui para a previdência e assistência social. Tudo isso sem comentar o atraso da atuação das políticas sociais que são operadas por um padrão de gestão pública ultrapassado. A fragmentação do gasto social com ações setorializadas implica somas elevadas somente no custo-meio de operação das políticas públicas, que na maior parte das vezes concentram-se nas medidas de natureza assistencial. Diante da dispersão de objetivos, permanecem elevados o clientelismo e o paternalismo das políticas sociais que terminam por obstruir a perspectiva necessária da emancipação social e econômica da população assistida. Da mesma forma, as iniquidades não se encontram somente na natureza do gasto social, mas fundamentalmente na forma de arrecadação tributária.

É difícil negar que o processo de exclusão social no Brasil não esteja ligado umbilicalmente com a concentração de poder. Nesses termos, a pobreza no país é de natureza política, que faz do pobre alvo de mera assistência. A desestruturação do mercado de trabalho, acompanhada de políticas de corte neoliberal, combina uma nova condição de exclusão que se sobrepõe à velha exclusão herdada pelo passado colonial e escravista.

Não obstante os obstáculos e limites impostos à evolução do sistema de proteção social, o Brasil tem uma oportunidade singular de, ao democratizar a democracia, constituir um novo modelo de crescimento da renda e refazer as pazes com um futuro socialmente justo. Isso é possível, ainda que difícil de ser composto numa maioria política comprometida com o seu povo. De forma que, as novas políticas sociais foram orientadas para a transformação e construção de uma emancipação de sujeitos, as quais contribuíram para que estes se tornassem independentes dos serviços e profissionais, por meio de uma nova expectativa do Serviço Social.

Durante os anos 90 do século passado falou-se muito no Brasil sobre a construção de um projeto *ético-político* do Serviço Social. Tal discussão foi promovida através dos novos rumos políticos que o Estado brasileiro tomou na transição da década de 1970 à de 1980. Tal período foi marcado um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Surge uma nova teoria social crítica do Serviço Social. Esses novos debates estavam relacionados com o novo perfil da sociedade brasileira posto que passava a ser construída, por novos projetos societários, ou seja, por novos projetos coletivos. Esses novos projetos eram fomentados através de novos debates, tais como os seguintes temas: culturais, de gênero, étnicas, dentre outros. Surgem assim, novas demandas em torno dos projetos societários que constituem estruturas sociais.

Com isso, o Serviço Social passou a ser influenciado por novos paradigmas, que ultrapassavam os velhos debates que giravam em torno do conceito de classe, tal como o velho paradigma marxista. De acordo com José Paulo Netto⁹²:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Portanto, os debates e projetos teóricos do Serviço Social foram desenvolvidos mediante as novas aspirações políticas existentes no país, as quais estavam envolvidas na afirmação de sujeitos coletivos e heterogêneos. Essas novas idéias estabeleceram novos processos de intervenção que são pensados apenas no âmbito do atendimento direto – dirigido aos sujeitos que, por pobreza ou falimento nas suas funções, são tidas como incapazes ou patológicas – sem vislumbrar outras possibilidades de trabalho como os espaços das políticas sociais e da articulação dos serviços, sobretudo em comunidades.

Nos dias atuais, se discute muito as premissas do projeto neoliberal e suas orientações que instruíam os procedimentos para a organização nacional. Vale ressaltar que estes temas são

⁹² Idem nota 82.

relevantes, porém compreende-se que outras discussões menos gerais devem fazer parte das produções teóricas do Serviço Social, a análise dos caminhos políticos a serem seguidos pelos estados e municípios para a construção descentralizada dessa Política.

Algumas questões sociais contemporâneas demandam do Estado moderno a busca de respostas às problemáticas apresentadas pela realidade vivida. Reconhecer a presença de demandas sociais e a necessidade de intervenção estatal sobre essas é condição prévia para se falar sobre políticas sociais. Portanto, focalizou-se neste trabalho as políticas públicas, neste caso específico referindo-se àquelas de corte social, é necessário compreender “a concepção de Estado e a(s) políticas(s), em uma determinada sociedade, dos dias atuais”.

Presentemente, os diversos espaços regionais brasileiros tem se envolvido nos debates que traçam o perfil do Serviço Social, enquanto campo profissional. A partir desta linha de intervenção, os cuidados são direcionados às comunidades que devem implicar totalidade, isto é, não há espaços para leituras reduzidas que vêem os problemas e soluções de forma isolada: dentro de um único espaço como a família e as instituições ou dentro de uma área específica (saúde, educação, etc.). Assim, surgem os diversos conselhos gestores da Política de Assistência Social municipais. Pode-se dizer que os defensores dessa perspectiva nem sempre são os representantes do segmento governamental e, quando são, também, não estão sozinhos, porque há representantes do segmento não-governamental que se inspira em tal projeto.

Isto tem mobilizado diversos setores, que andavam silenciados nos contextos regionais diversos. Surgem aí, novos sujeitos políticos que não participavam das lutas por direitos sociais e, em geral, aliavam-se ao poder governamental para preservar os espaços que se habituaram a ocupar nos restritos círculos decisórios. Estes indivíduos têm uma trajetória histórica voltada para as políticas de uma tradição cultural que afunila a percepção da problemática da assistência para as relações que transitam na ótica do clientelismo e do assistencialismo. Todavia, nos últimos anos, os últimos contornos e os significados que as noções de espaço público e de política pública assumem, em cada experiência de construção da Política de Assistência Social, no Brasil, sobretudo nos diversos municípios que compõem o nosso território.

Atualmente, o Estado brasileiro, através das políticas públicas de corte social, promove ação estatal, via projetos de governo para determinados grupos populacionais que demandem tais ações. Vale salientar, que alguns autores debruçam-se sobre a discussão das políticas sociais, contudo seu conceito não apresenta um caminho único para análise. Santos (1992)⁹³ destaca a dificuldade de definição das políticas sociais e os múltiplos conceitos criados não apontando para uma unidade.

As implicações dessas abordagens, que surgiram inicialmente nos países desenvolvidos como regimes democráticos estáveis e consolidados, para a prática da análise de políticas públicas no contexto político-administrativo de países em desenvolvimento como o Brasil, cujas características mais relevantes para o tema aqui discutido são as instituições democráticas frágeis e a coexistência de comportamentos político-administrativos modernos e tradicionais.

Assim, nasce uma nova proposta do Serviço Social por meio de uma nova visão crítica da realidade e efetivam a articulação entre as questões estruturais/conjunturais e as demandas que lhe são colocadas cotidianamente. No contexto da realidade brasileira, os cidadãos brasileiros têm acesso às ações e serviços públicos necessários para a resolução de seus problemas, ou ainda existem restrições e barreiras importantes de acesso. As ações e serviços estão sendo planejados e programados de acordo com as necessidades de saúde da população e com as condições de saúde da realidade local. Os recursos que estão sendo mobilizados para o enfrentamento dos problemas de saúde, são utilizados da forma mais adequada. É possível identificar ganhos de equidade e qualidade no atendimento ao cidadão. A atuação setorial tem produzido impactos significativos na melhoria das condições de saúde da população e na qualidade do ambiente. Assim, pretendia-se que a justiça social seria alcançada através de uma ação distributiva radical e profunda, comandada pelo Estado.

⁹³ SANTOS, Milton. **Espaços do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1992.

3.2 O RESULTADO DO OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL NA COMUNIDADE DE MORRINHOS FRENTE AO EMPODERAMENTO DAS MULHERES

Sabe-se que, nos dias atuais, o Serviço Social é visto como uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, enquanto especialização do trabalho coletivo (social), que só pode ser compreendida mediante o exame das condições e relações sociais historicamente determinadas, que conferem uma direção social ao exercício profissional. Portanto, quando se trata de uma pesquisa que tem como eixo o Serviço Social nas relações cotidianas, torna-se necessário tentar reconhecer esta profissão enquanto uma realidade vivida na e pela consciência de seus agentes profissionais e a relação de mediação com os sujeitos que são atendidos pelas políticas públicas e/ou sociais⁹⁴. Assim sendo, torna-se relevante observar como os discursos teórico-ideológicos sobre o exercício profissional e como os sujeitos investigados compreendem o Serviço Social, como um projeto de cidadania.

O Assistente Social participa junto com outros profissionais da implementação de “políticas sócio-assistenciais no âmbito de organizações públicas e privadas, operando sob duas perspectivas: a prestação de serviços e a ‘*ação educativa política/ideológica*’”.⁹⁵ Por meio dessa relação, a pesquisadora se aproximou da comunidade de Morrinhos e daí passou a investigar como o Serviço Social dialoga com o empoderamento dos sujeitos neste espaço em questão, uma vez que estes sujeitos são historicamente segregados de participação política, nas esferas do poder local e nacional.

Desta maneira, passou-se a analisar como o Assistente Social interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano da população usuária, principalmente através de uma ação sócio-educativa, que tanto pode assumir um caráter conservador e moralizador, destinado a moldar o *cliente* em sua inserção institucional e na vida social, como pode direcionar-se ao fortalecimento dos projetos e lutas das classes subalternizadas na sociedade.

⁹⁴ CARVALHO, A. Assistência social no contexto do Estado de Bem Estar: limites e perspectivas. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 47, abril., p. 153, 1995.

⁹⁵ CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. In: **Ser Social**. Brasília, n. 12, jan./jun., p. 165-190. 2003.

Assim, em se tratando de família, gênero é um poderoso instrumento que auxilia o Serviço Social a estar presente nesta discussão e entender sobre este tema, o qual também, tem sido objeto de intervenção ao longo da história da profissão⁹⁶. Macedo (2001)⁹⁷ mostra que temos uma visão fortemente influenciada pelas ideologias feministas que terminam por produzir uma “naturalização” desse agrupamento humano que chamamos de família.

Na análise das famílias de Morrinhos, observou-se que o surgimento de uma nova categorização social que há alguns anos vem tomando dimensões consideráveis no quadro das famílias brasileiras, qual seja o fenômeno das “famílias ou domicílios chefiados por mulheres”. Estas mulheres vivem em situação de vulnerabilidade as quais estão sujeitas aos diversos processos de violência e marginalização. No comando dos domicílios elas executam o trabalho que garante a sobrevivência da família por meio do trabalho feminino.

Mesmo executando grande parte dos trabalhos, elas possuem os menores recursos financeiros, devido à relativa dificuldade de mão-de-obra feminina de se vincular ao mercado de trabalho formal e a sua segregação a postos de serviços com mais baixa remuneração que a do homem, o que predispõe a mulher à busca de estratégias de manutenção do grupo familiar e conseqüente situação de dependência de terceiros e/ou de apoio da rede de serviços públicos, o que convém ressaltar, não atende às necessidades do problema.

O conceito de família, neste trabalho, serviu para analisar como o Serviço Social pode pensar esta questão de “famílias chefiadas por mulheres”, a fim de identificar e selecionar um tipo de domicílio que normalmente não se beneficia das políticas e projetos tradicionalmente direcionados para o chefe masculino e tendenciosamente orientadas pelo modelo de família nuclear chefiada por um provedor masculino.

Assim, observou-se que o conceito de famílias conjugais e nucleares, chefiadas pelo provedor masculino, é, portanto, uma construção duplamente problemática para inúmeras sociedades, bem como em comunidades tradicionais como a de Morrinhos. Neste lugar, as famílias e os

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ MACEDO, *Op. cit.*

domicílios não são necessariamente conjugais ou nucleares, nem tampouco exclusivamente chefiados por membros masculinos.

Em Morrinhos, a designação chefia feminina é, em si, reveladora, pois é empregada tão somente quando o homem adulto não está presente, como se a família chefiada por mulheres fosse uma anomalia, pois não se faz a discriminação da terminologia por gênero quando a situação é inversa, ou seja, quando o homem está presente. A tradição nos recenseamentos, nos programas governamentais, nas políticas sociais tem imposto, um padrão de autoridade e de responsabilidade econômica familiar que nem sempre corresponde à realidade ou é reconhecida pela própria família.

Afirma Macedo (2001)⁹⁸ que a

questão da mulher chefe de família, a realidade empírica vem mostrando que há uma articulação de fatores de classe, raça e gênero que vem definindo um perfil predominante de mulheres-chefes em condição de extrema pobreza, composta em grande proporção por mulheres negras e com características desfavoráveis à sua entrada e permanência no mercado de trabalho – como baixos níveis de escolaridade e prole em idade escolar.

Neste caso, nota-se que existe no *locus* pesquisado este elemento na transformação das relações familiares, voltado à ampliação do papel da mulher dentro do lar, onde, a mãe conjuga afeto e autoridade. É quem cuida da casa e dos filhos, e é também provedora. Em resumo, encontra-se presente em todas as situações, buscando emprego, não apenas por necessidade, especialmente aquelas que sustentam os filhos sozinhas, como também, para obter autonomia financeira. Observa-se que o aumento da importância da mãe implicou na diminuição da participação do pai nas relações familiares. Nota-se por meio do depoimento:

“Muitas vezes nois fica sem o que comer, porque a gente esperava que ele trazia e ele chegava cheio de cachaça e com as mão vazia, e quando eu perguntava sobre a comida, ele falava porque eu não me virei para botar a comida. Desse dia em diante eu me virava para não faltar nada para meus fios e ele também não mandava mais na minha casa...” (Turmalina)

⁹⁸ MACEDO, *Op. cit.*

Por conta das mudanças nas relações familiares, aparecem os conflitos emergentes da vida em família. Neste caso, o trabalho do Assistente Social dirige-se à análise e intervenção nos processos sob uma ótica interdisciplinar, contribuindo no encaminhamento das questões apresentadas. Essas mulheres de Morrinhos denunciam que tiveram uma história social demarcada por conflitos e exploração, o que gerou uma condição de pobreza e vulnerabilidade social.

A pobreza é um estado de desempoderamento, que tem como ponto de partida o pressuposto de que os indivíduos e os grupos pobres não têm poder suficiente para melhorar suas condições nem a sua posição nas relações de poder e dominação nas quais estão inseridos. Isto é particularmente destacável no caso dos grupos mais desempoderados e vulneráveis, ou seja, das mulheres, contudo as mesmas conseguiram identificar que a voz solitária não traz com certa urgência o atendimento, mas quando se trata da voz coletiva soa forte e o atendimento é providenciado. Como pudemos verificar na fala das mulheres, participantes do grupo focal as seguintes informações:

“ficamos juntas, logo..logo mandaram o representante do prefeito, vim participar junto com nois da reunião, graças aos nossos encontros...” (Ágata)

“conseguimos o nosso curso de costura de toalha de prato, se vai da certo só o Bom Jesus quem sabe, mas nois queria muito e conseguimos...” (Esmeralda)

“sem a nossa insistência não vinha era nada, mas vei as oportunidade pra nois...” (Granada)

As oportunidades significam emprego, crédito, escolas, mercados para os seus produtos, saneamento básico e serviços de saúde, estes estão presentes nos sonhos das mulheres de Morrinhos. Elas desejam e se empoderam, que esses mecanismos possam ser criados para o desenvolvimento local. Essa comunidade vivia a margem de vários recursos econômicos e percebeu-se que esses sujeitos empoderados têm futuras possibilidades de combater às dificuldades materiais que são enfrentadas no cotidiano deste espaço de vivência com o apoio das políticas públicas de direito.

Afirma Robert Castel (2003)⁹⁹ que

[...] numa sociedade moderna, industrializada, urbanizada, em que as relações de proximidade, se elas não desaparecerem completamente, estão muito enfraquecidas, é a instância do grupo que pode dar segurança ao indivíduo.

Dessa forma, pensa-se em políticas públicas para combater essas questões apontadas cercando as seguintes questões: prevenção e combate à violência contra as mulheres; incentivo à autonomia econômica das mulheres no mundo do trabalho; gestão da transversalidade de gênero nas políticas públicas, como a promoção do bem-estar e qualidade de vida das mulheres (saúde, moradia, infra-estrutura, equipamentos sociais e recursos naturais); efetivação dos direitos humanos das mulheres (civis, políticos, sexuais e reprodutivos).

Assim sendo, pode-se mudar o olhar no campo das políticas, dos recursos, das ferramentas e dos instrumentos institucionais, revertendo-se um padrão que, historicamente, dificultou a implementação das políticas de gênero: o descompasso entre a capacidade de formulação e de execução, pelos setores competentes, dessas mesmas políticas. Acredita-se que essas estratégias possam promover um compromisso com a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável e com o fortalecimento da democracia.

Enfim, a produção desse trabalho justifica-se na necessidade de se projetar um novo olhar sobre as políticas sociais e a promoção de estratégias de empoderamento. Compreende-se então que essa recente discussão sobre a idéia de desigualdade requer novos recortes. Ao focalizar essa questão entre as mulheres rurais percebe-se que se torna mais dinâmica ainda a discussão. As comunidades rurais se constituem em um sistema onde as dimensões sócio-políticas, econômicas e culturais são significativas para a construção e atualização de sua identidade.

Dentre todos os aspectos abordados anteriormente, pode-se notar como as mulheres, sujeito-objeto central dessa discussão, desvelam o seu mundo na descoberta de explicações, de respostas sobre a sua condição na sociedade, sobre a construção das relações de gênero, sobre as vivências das mesmas na superação de uma imagem preconceituosa e discriminatória.

⁹⁹ CASTEL, *Op. cit.*

De tal modo, pretendeu-se que os sujeitos pesquisados pudessem conjecturar e questionar, olhando para dentro de si e olhando para o mundo, de modo que cada uma possa expressar suas experiências de vida e debater suas idéias sobre a posição da mulher frente às políticas públicas, como se pode verificar na colocação de Rubi:

“[...] nois muleres temos os mesmo direitos dos homens, principalmente no trabaiio, hoje também a gente é quem dar o duro na roça, para comprar as roupa nossa e dos nossos fios, e as vezes não recebemos o pagamento, porque deixaram agente prantar [...]”

Segundo Nogueira (2004)¹⁰⁰, a tendência da feminização no mundo do trabalho, também se efetivou em muitos segmentos, de forma que, vem ocorrendo um constante crescimento da população feminina economicamente ativa, alcançado entre 1981 e 1998, 111,5%, acentuadamente maior que o masculino, e ignora a divisão sexual do trabalho. Como afirma Pacheco (1997)¹⁰¹, “o paradigma dominante na economia reforça essas desigualdades duplamente: ignora o trabalhador reprodutivo não-pago, tornando invisível a maior parte do trabalho feminino...”.

Diante disso, o empoderamento promoverá a diminuição dos impactos exploratórios e uma nova sustentabilidade cultural, tendo a diversidade dos costumes, valores, concepções enquanto fonte de riqueza e aprendizado e, finalmente, sustentabilidade econômica, defendida a partir de uma eficiente e equânime alocação e gestão dos recursos.

Assim, pensar o empoderamento de Morrinhos requer uma nova ética com a definição de conceitos de bem-estar material e espiritual, requer outra racionalidade focada na solidariedade, no respeito, a participação política dos sujeitos frente as discussões sobre os projetos de políticas públicas.

Essa pesquisa vislumbrou o enfoque do tema empoderamento no espaço investigado, que se centrou na perspectiva do local para global. Ou seja, buscou-se uma discussão sobre os novos

¹⁰⁰ NOGUEIRA, C.M. **A feminização no mundo do trabalho**. Campinas: Atores Associados, 2004.

¹⁰¹ PACHECO, M. Emilia Lisboa. Sistemas de Produção: uma perspectiva de gênero, **Revista PROPOSTA**, 25,71. 1997.

desafios do contexto capitalista em que vivemos. Diante disso, pensa-se numa terceira via que aponta a sustentabilidade social, como um viés de caráter distributivo da riqueza produzida, evidenciando e valorizando o ser e não o ter.

Analisaram-se como as políticas públicas podem despertar as mulheres para três dimensões: sua individuação como sujeitos conscientes e únicos; sua cidadania definida por saberes próprios e capacidade de decisão; e uma espiritualidade alheia aos moldes das religiões instituídas, apontada para uma visão mais inteira, complexa e generosa da realidade individual e daquela do mundo que rodeia as mulheres. Esses pontos foram de fundamental importância para uma possível discussão sobre política pública em termos de fomento à organização comunitária e, conseqüentemente, impulsionar processos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Em Morrinhos, a contribuição do Serviço Social deu-se no que diz respeito à categorização da questão social que envolve as mulheres, onde no estudo social toma-se como pressuposto a intervenção do profissional. Ali, ocorreu um processo de avaliações assentadas no conhecimento do real em suas múltiplas determinações, cumprindo-lhe intuir, analisar e compreender teoricamente, desvendando a essência do fenômeno que se apresenta sob uma forma aparente.

Assim, a intervenção do Assistente Social ocorreu mediante a utilização de instrumentos técnicos operativos e de encaminhamentos, quando necessário, voltados à identificação do problema, levantamento de alternativas, avaliação de caminhos alternativos, seleção de propostas para serem usadas e a mediação das possíveis soluções.

Neste estudo, procurou-se apreciar o papel profissional do Serviço Social, enfocando como este é visto e como têm enfrentado um redimensionamento de suas atribuições e das demandas oriundas das atuais transformações societárias, bem como do conjunto de determinações e mediações que atravessam seu campo de trabalho. Desse modo, o caráter mediador do trabalho profissional dos Assistentes Sociais com famílias tem estado relacionado tanto às tendências conservadoras da profissão, advindas do paradigma da coerção/consenso, mas também vem

pautando-se no projeto ético-político do Serviço Social, perspectiva que corresponde ao paradigma crítico-dialético.

Diante disto, compreende-se que no fazer do Assistente Social há um componente que se inscreve nessa relação - Estado x Sociedade Civil - permeado por uma prática pedagógica, onde este profissional desenvolve também, papel como um educador, que na condição de representante da consciência crítica assume a função de mediador entre o indivíduo e a sociedade, desde que tenha objetivos hegemônicos¹⁰². Entende-se que a função educativa, evidenciada no pensamento gramsciano se apresenta compatível ao Serviço Social na medida em que o profissional tem nos espaços ocupacionais, a possibilidade de iniciar uma ação educativa no cotidiano, voltada para os interesses das classes subalternas, onde constrói, acumula e democratiza informações e análises sobre o movimento da realidade social e sobre a realidade específica com a qual trabalha.

¹⁰²BROCCOLI, A. **Antonio Gramsci y la educación como hegemonia**. 2. ed. México: Nova Imagen, 1979.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe afirmar que, não foi objetivo da referida pesquisa responder as questões conflituosas, visto que se entende que a postura da pesquisadora diante do tema é de uma pesquisadora curiosa, à procura de pistas que possam elucidar dúvidas. No caso específico, este projeto cercou as falas e depoimentos das mulheres a partir do grupo focal em destaque. A fim de buscar os aspectos que marcam a vivência feminina no contexto espacial para procurar, a partir dos enunciados desses sujeitos oprimidos, as suas representações de identidade.

Vale considerar que a idéia do empoderamento como um projeto coletivo, ainda não foi constituído no discurso dos sujeitos no referido espaço investigado. No entanto, é pertinente salientar que este foi semeado e estimulado mediante discussão participativa e dinâmica entre sujeitos pesquisados e investigador do processo, no grupo focal.

Foi possível, dessa forma, acompanhar diferentes trajetórias, com suas particularidades, sem deixar de perceber os elos existentes entre elas e que possibilitam uma compreensão dessas histórias de maneira emancipadora. Assim, adentrou-se num processo aberto e dialógico, orientado não apenas pela pesquisadora, mas também pelas pessoas que foram vistas como objeto do estudo.

Verificou-se que as questões norteadoras da pesquisa foram comprovadas, pois, identificou-se que a pobreza marca o cotidiano dessas mulheres investigadas, uma vez que essas mulheres limitam as perspectivas de empoderamento, porque a vulnerabilidade social está vinculada às seguintes expressões: analfabetismo, falta de terras, péssimas condições sanitárias e habitacionais, fome, desnutrição e desemprego; e, em Morrinhos, existe uma dominação de poder entre os sexos, constituída e perpetuada por relações de medo e subserviência, mesmo as mulheres liderando os domicílios economicamente, a cultura local machista legitima o homem como chefe de família.

O empoderamento é um meio e um fim para a transformação das relações de poder existentes e para superar o estado de pobreza. É um meio de construção de um futuro possível, palpável, capaz de recuperar as esperanças da população e de mobilizar suas energias para a luta por direitos no plano local, nacional e internacional. Mas o empoderamento também é um fim, porque o poder está na essência da definição e da superação da pobreza. O empoderamento necessita constantemente ser renovado para garantir que a correlação de forças não volte a reproduzir as relações de dominação que caracterizam a pobreza.

Nesse espaço, tem-se uma necessidade de implementação de ações públicas que atendam as necessidades dos sujeitos pobres, através de uma interação de processos sociais, econômicos e políticos. É também importante, nesse espaço, remover as barreiras institucionais e sociais que resultam da distinção de *status* social, de gênero e de classe.

As práticas de empoderamento dessas mulheres locais só serão processadas se as políticas públicas promovidas pelos governos, como a viabilidade da implantação da Economia Solidária visando o desenvolvimento sustentável local. Nesse caso, o foco passa a ser a maior facilidade de acesso a recursos externos, bens ou serviços, secundarizando ou deixando de lado os processos burocráticos de organização do grupo e de construção de auto-estima e confiança das pessoas¹⁰³. No entanto, pode-se também pensar em empoderamento numa via alternativa, onde os sujeitos envolvidos possam pensar a sua existência e reivindicar o seu lugar na sociedade.

Assim, proliferaram cursos de capacitação ministrados por consultores no local. Dentre esses se destacam os cursos de artesanato e bordados, que foram ministrados por moradoras do espaço em estudo. Ou seja, as mulheres de Morrinhos uniram-se num processo de discussão sobre as dinâmicas do seu cotidiano, e agiram também, enquanto especialistas em metodologias participativas de empoderamento.

O empoderamento passou a ser explícito no espaço do templo da Igreja Católica. Assim, ocorreu uma discussão sobre os locais das mulheres, mas, na contrapartida, houve uma troca de experiências e da construção de respostas conjuntas em face de situações de dominação

¹⁰³ STROMQUIST, Nelly. La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In. LEON, Magdalena. *Op. cit.* p.105.

específicas. Isto é, se supervalorizaram os efeitos políticos da práxis em detrimento dos efeitos específicos da ação das políticas públicas.

A partir das investigações, entendeu-se que as mulheres desta comunidade são os sujeitos que mais carecem de uma atenção especial, uma vez que são mais atingidas em relação a essas dificuldades apontadas. Assim, focalizou-se também através da pesquisa a necessidade de uma regularização fundiária em Morrinhos por meio de medidas governamentais.

Diante dos resultados, foram alcançados os objetivos gerais e específicos propostos na pesquisa, a partir da análise do Serviço Social sobre o processo de empoderamento das mulheres de Morrinhos, vislumbrando como se processam as relações de identidade, gênero na dinâmica social, através, das imagens, visitas e entrevistas realizadas, depoimentos orais no grupo focal, suas demandas e vivências sociais, o que levou a uma compreensão de como ocorre os mecanismos de dominação local nas relações de gênero e por fim foram identificadas ações que venham construir e reforçar o empoderamento dessas mulheres, com uma “nova narrativa” local, levando em consideração o contexto, a história e a cultura local. Por fim, compreende-se então, que necessitam de políticas públicas verdadeiras, que garantam de forma sustentável a dignidade e sobrevivência no local.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Senado Federal, 1998.
- AMORA, Antonio Soares 1917-1999. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa**. 7. ed. – São Paulo: Saraiva, 2000.
- ANDRADE, Maria Celeste Pacheco. **Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial / Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia**. Salvador: [s.n.], 1990.
- ARAUJO, C. Marxismo e Feminismo, tensões e encontros de utopias atuais. In: **Revista Presença da Mulher**, 1982.
- BALERA, Wagner. **A Seguridade Social na Constituição de 1988**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.
- BARBIERI, Teresita. **Sobre a categoria de gênero: uma introdução teórico-metodológica**. SOS Corpo, Recife: 1992.
- BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BARROSO, C. Mulher, Sociedade e Estado no Brasil. São Paulo: Unicef/Brasiliense.
- BRUSCHINI, M. C. A. & ROSEMBERG, F., 1982. A mulher e o trabalho. In: M. C. A. Bruschini & F. Rosemberg (Orgs.). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. 1949.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BLAUNER, Robert, "Black culture: myth or reality?". In: Norman Whitten & J. Szwed (Orgs.). **Afro-American Anthropology**, New York, The Free P., 1970.
- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Publicações Europa-América, Lisboa, 1965.
- BOURDIEU, Pierre. **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BRANDÃO, Carlos R. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRAUDEL, F. **História e Ciências Sociais**. Trad. Rui Nazaré. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

BROCCOLI, A. **Antonio Gramsci y la educación como hegemonia**. 2. ed. México: Nova Imagen, 1979.

BUENO, Francisco Silveira. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 1996.

BURKE, Peter (Org). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. **Cadernos do CEAS**, 129: 64-79.

CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. In: **Ser Social**. Brasília, n. 12, jan./jun., p. 165-190. 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História** - Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, A. Assistência social no contexto do Estado de Bem Estar: limites e perspectivas. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 47, abril, p. 153, 1995.

CARVALHO, M. G; NASCIMENTO, T. C. Sensibilização do público masculino para discutir, compreender e modificar as relações tradicionais de gênero. Relatório apresentado a ADITEPP, 2002.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, Petrópolis. 2003.

_____. **A Insegurança social; o que é ser protegido?** / tradução de Maria Lucia M. Endlich Orth. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTRO, M. G. Mulher e crise no Brasil: A mulher no mercado de trabalho urbano dos anos 80. **Cadernos do CEAS**, 129: 64-79. 1990.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - Departamento de Serviço Social Campus Universitário - Lagoa Nova. Disponível em: <http://www.ufrn.br/ccsa/serv_social.htm>. Acesso: 15 mai 2007.

CHAUÍ, M. A filosofia moral. In: **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Claudia de Lima. O leito de procusto: Gênero, linguagem e as teorias femininas. In: **CADERNOS PAGU**, v. 2, p. 141-174. 1994.

CRÓSTA, A.P. **Processamento digital de imagens de sensoriamento remoto**. Campinas, SPIG/UNICAMP, 1992. 170 p.

CRUZ, Ana Cristina G.C. **AGENDA 21 como alternativa de desenvolvimento sustentável: Organizando Cidadãos de Bonfim de Feira para a Geração de Trabalho e Renda**. 2001. Especialização em Educação Ambiental para Sustentabilidade na UEFS. Feira de Santana/Bahia, 2003.

DEBATES Sociais. **Documento de Araxá**. Rio de Janeiro, n. 4, mai. 1967.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil** - Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII. CIORD: Alva. 1997.

DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DE FEIRA DE SANTANA - Plano Estratégico Municipal Para Assentamentos Subnormais, SEPLAN, mar. 2001.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, Brasília: UFMG, UNESCO, 2003.

_____. **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina** Fortaleza: EDUECE, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo, SP: EDUSP: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. ISBN 8531402409.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**, 1960.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17.ed. 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 13. ed (Coleção O Mundo, Hoje), v.21, 1970.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Coleção Educação e Comunicação. v. 1, 1979.

_____. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo e FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 (Coleção Educação e Comunicação).

FRIEDMANN, John. **Empowerment** – uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras: Celta, 1996.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Economico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GERRTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Capítulo 2: Concepção e Organização da Pesquisa. Local: Editora, 1991.

GIORGI, A. Phenomenological psychology. In: J. A. Smith, R. Harré & L.V. Langenhove (Orgs.), **Rethinking psychology**. (pp. 24-42). London: Sage. 1995.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HALL, Stuart. **Identidade na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DA editora, 2000.

HOBBSBAWM, E. J.: **A Era das Revoluções**. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre a História**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1963. t.1, p. 68.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza: CRESS - CE, Debate n. 6, 1997.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. - São Paulo, Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1983.

IANNI, O. **Sociedade global**. 1992.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Anuário Estatístico do Brasil: 1992**. v. 52, Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

JOUTARD, P. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. **Usos e abusos da história oral**. 4. ed. cap. 4. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

LAVINAS, L. & CASTRO, M. G., 1990. **Do Feminino ao Gênero: a Construção de um Objeto**. Estudos sobre a Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. (Mimeo.)

LE GOFF, J. **História e Memória**. UNICAMP, Campinas, 1990.

LEI nº 10.678, de 23 de maio de 2003. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Seppir.

LEON, Magdalena. El Empoderamiento en la teoría y práctica del feminismo. In: _____. **Poder y Empoderamiento de las mujeres**. Santafé d Bogotá. TM Editores: 1997.

LEONELLI, Vera (Org.). **ABC Direitos Humanos**. Salvador: UNICEF, Projeto Axé, 2002.

LISBOA, Teresa Kleba. **Revista Katálysis**. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Serviço Social. – n. 1 (junho 1977) – Florianópolis: Editora da UFSC, 1977, p.41-45.

LÖWY, Michel. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. MATTOSSO, Kátia M. Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MACEDO, M. S. Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: Bruschini, C. & Pinto, C.R. (Eds.). **Tempos e Lugares de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 57-70, 2001.

MACHADO, Lia Zonatta. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu** (11): trajetórias do gênero, masculinidades... Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero /UNICAMP 1998, p. 106-125.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARX, K, **O capital**. livro I, v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo, Livraria Ciências Humanas, 1982.

_____. **O Manifesto do Partido Comunista** (“Burgueses e Proletários”), 1848.

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de História Oral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

MELUCCI, Alberto. **Nomads of the Present: Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society**. Filadélfia, Temple University Press, 1989.

MERLIN, Meiglia. **ABC da Participação – Leitura Interativa**. Belo Horizonte, MG.

MERTON, R. K., FISKE, M. & KENDALL, P. L. **The focused interview**. A manual of problems and procedures. New York: The Free Press, 1990.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

_____. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, B.S. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-710.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 24. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2004.

MONTENEGRO, A. Torres. **História Oral e Memória**: a cultura popular requisitada. São Paulo: Contexto, 1994.

MORGAN, D. L. **Focus Group as qualitative research**. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1988.

_____. **Focus group as qualitative research**. London: Sage, 1997.

MUNHOZ, Sidnei. Fragmentos de um Possível Diálogo com E. Palmer Thompson e com Alguns de seus Críticos. **Revista de História Regional**. v. 2, São Paulo, 1997.

- NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social**. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade. n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.
- NOGUEIRA, C.M. **A feminização no mundo do trabalho**. Campinas: Atores Associados, 2004.
- NORA, Purre e LE GOFF. **História: novos objetos, novos problemas, novas abordagens**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- PACHECO, M. Emilia Lisboa. Sistemas de Produção: uma perspectiva de gênero, **Revista PROPOSTA**, 25,71. 1997
- PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- PLANO ESTRATÉGICO MUNICIPAL PARA ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS - Feira de Santana, Bahia, 2003.
- POCHMANN, M. **Os ciclos econômicos de origem política**. Debate Sindical, São Paulo, 2001.
- POUTIGNAT, Philippe, e STREIFF-FENART, Jocelyne, **Teorias da etnicidade, seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrick Barth**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Ed. Itapoã. Feira de Santana, 1950.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP: Brasiliense, 2000, v. 43, n. 1, 1996.
- PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA - SEPPPIR, Brasília, 2005.
- QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- REVISTA DE ANTROPOLOGIA, São Paulo: USP, 2000, v. 43, n. 1.
- RIZOTTI, Maria Luiza A. **Implantação da política de assistência social e a constituição de sujeitos políticos na região da AMEPAR-PR**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica.
- ROCHA, S. Pobreza no Brasil. O que há de novo no limiar do século XXI?, Economia, **Revista da Anpec**, vol. 2, n. 1, jan.-jul. 2001.
- SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher brasileira nos espaços públicos e privado** / Gustavo Venturi, Marisol Recamán e Suely de Oliveira (org). – 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____. **A mulher na sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

- _____. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). **Quem mandou nascer mulher**: estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos/UNICEF, 1997.
- _____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1993.
- SANTOS, Milton. **Espaços do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1992.
- _____. **Espaço e sociedade**. São Paulo: Vozes, 1997.
- _____. **Por Uma Nova Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SCHERMERHORN, J. R., Hunt, J. G., & Osborn, R. N. (Orgs.). **Fundamentos de comportamento organizacional**. Porto Alegre: Bookman, 1999. (Texto originalmente publicado em 1998).
- SCHWARCZ, Lilia Moritz & SOUSA REIS, Leticia Vidor (org.) **Negras Imagens** - ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: Estação Ciência/Edusp, 1996.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre: 16(2): 5-22, jul/dez. 1999.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA, 2006.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento com liberdade**. Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Gita. **Empowerment as an approach to poverty**. Pnud, 1997.
- SIMIÃO, Daniel Schroeter. **Gênero no mundo do trabalho**. (MIMEO.) 9p. 2000.
- SORJ, Bila. O Feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: A. O. Costa & C. Bruschini (Orgs.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992.
- SOUZA, H. Rodrigues, C. **Ética e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994.
- STARK, Wolfgang. **Empowerment**: neue handlungskompetenzen in der psychosozialen praxis. Freiburg und Breisgau: Lambertus, 1996.
- STOER, Stephen R. **Os luhares da exclusão social**: um dispositivo de diferenciação pedagógica / Antonio M. Magalhães, David Rodrigues. São Paulo: Cortez, 2004.
- STROMQUIST, Nelly. La Búsqueda del Empoderamiento: em qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEON, Magdalena. **Poder y Empoderamiento de las mujeres**. Santafé de Bogotá. TM Editores: 1997.
- THOMPSON, E. Palmer. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. V. I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** - História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1992.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELOS, E. M. **O poder que brota da dor e da pressão: empowerment**, sua história, teoria e estratégias: Paulus, 2003. – (Alternativas).

VASCONCELLOS FILHO, Paulo de, MACHADO, Antônio de Matos Oliveira. **Planejamento estratégico**: formulação, implantação e controle. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

VEIGA, L., & GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**, 7(1),1-15. 2001.

VIANA, Ana Lucia d'Ávila, ELIAS, Paulo Eduardo M., IBAÑEZ, Nelson. Organizadores. A Proteção social: dilemas e desafios. **Saúde em Debate**; 234 p, v. 159. São Paulo: Hucitec, 2005.

GLOSSÁRIO

AÇÃO SOCIAL

É a participação de cada um e de todos os homens e mulheres nas tomadas de decisão e na tarefa de transformar as relações sociais, para que seja possível uma boa convivência humana no mundo. Toda ação é política. A ação não é só dos políticos (parlamentares e governantes). Eles nem sempre atuam pensando no bem-comum. A ação política é obrigação de todo cidadão consciente, que não deixa a solução dos problemas da sociedade somente nas mãos do governo.

ALTERNATIVA

Ação, direito, liberdade de escolha. Opção entre duas ou mais coisas ou pessoas. Pode referir-se tanto à obrigação, quanto à possibilidade de escolher entre duas coisas, que se imponham pela lógica ou pelas circunstâncias.

ASSISTENCIALISMO

É a ação de pessoas, organizações governamentais ou entidades da sociedade civil realizada junto às camadas mais pobres da comunidade, com o objetivo de apoiar ou ajudar de forma pontual, oferecendo alimentos, medicamentos, entre outros gêneros de primeira necessidade, não transformando a realidade social.

ASSISTENTE SOCIAL

A profissão de Assistente Social é disciplinada pela Lei 8662 de 07/06/93. A atuação do Assistente Social é mediatizada pela prestação de Serviços Sociais em Instituições Públicas e Privadas, Entidades e Organizações Populares que implementam políticas setoriais e assistenciais tais como: Educação, Saúde, Trabalho, Seguridade, Habitação, Assistência ao Idoso, Assistência à Criança e ao Adolescente. Atua ainda na administração dos Serviços Sociais, elaboração de projetos, diagnósticos e pesquisas na área de Serviço Social, Planejamento Social, orientações individuais e trabalhos comunitários. É o profissional que tem em mente o bem-estar coletivo e a integração do indivíduo na sociedade. Sua atuação é muito ampla: o Assistente Social estará onde for necessário, orientando, planejando e promovendo uma vida mais saudável - em todos os sentidos.

ASSOCIAÇÃO

Processo de compartilhamento de emoções e ou vontade de atingir objetivos específicos, pelos associados. Organização de pessoas com um fim comum, (associação de moradores, de produção, de esporte, artesãs, etc.). O direito de associação é garantido na Constituição de 1988, art. 5º, inciso XVII e seguintes, que se referem à liberdade de associar-se para fins legais.

AUTORITARISMO

Refere-se a sistemas políticos, tendências psicológicas e as formas de pensar o poder – de cima para baixo – concentrando-o num só órgão ou numa só pessoa. No autoritarismo, as representações da maioria não são consideradas.

BEM-COMUM

Quando dizemos o bem imaginamos algo que gostaríamos de alcançar, relacionado com a nossa felicidade. No entanto, é impossível encontrar um conteúdo para a idéia de bem que valha para todos. Porém, quando falamos em bem-comum, referimo-nos de forma genérica a uma boa qualidade de vida e a uma convivência harmoniosa e pacífica dos povos. O bem-comum é o

objetivo de todo cidadão consciente e de todo governo bem-intencionado. Como um processo possível, a busca do bem-comum tem que cumprir etapas.

CHEFE DE FAMÍLIA

Está relacionada à provisão econômica, no que diz respeito também à autoridade. Isso se processa com a presença masculina no domicílio.

CIDADANIA

Expressa a igualdade dos indivíduos perante a lei, o pertencimento a uma sociedade organizada. Qualidade do cidadão de poder exercer o conjunto de direitos e liberdades políticos, socioeconômicos do seu país, estando sujeito aos deveres que lhe são impostos. Cidadania pode ser entendida ainda como a participação consciente e responsável do indivíduo na sociedade, zelando para que seus direitos não sejam violados.

COLETIVIDADE

Designa pessoas reunidas em categorias ou classes constituindo um conjunto, um todo. Nas mobilizações sociais de hoje, a figura de uma coletividade expressa um conjunto de pessoas movidas por um ideal comum. Juntas, pressionam e atuam para a obtenção de um coletivo, a exemplo da comunidade de um bairro que vai à prefeitura reivindicando escola, serviços médicos, segurança ou outros serviços e bens coletivos.

COMUNICAÇÃO

Meio de alcançar o entendimento entre as pessoas. A comunicação é possível porque os homens falam a mesma linguagem, mesmo que seja através de línguas diferentes. Para que haja entendimento é preciso que todos os participantes da conversa tenham a mesma oportunidade de dar a sua opinião e de participar da tomada de decisões.

COMUNIDADE

Qualquer grupo social cujos membros habitam uma região determinada têm um mesmo governo e estão irmanados por uma mesma herança cultural e histórica; pessoas que comungam uma mesma crença ou ideal.

CONFLITO

Falta de entendimento entre duas ou mais partes, produzida pela presença simultânea de motivos contraditórios. Tensão, luta, tumulto, choque de interesses.

CONSENSO

Representa o acordo de pessoas relativo a valores, princípios, regras sociais, em torno de algo a ser alcançado. Desta forma, se expressa na existência de idéias partilhadas pelo membros do grupo social acerca de um bem ou assunto coletivos.

CONTROLE SOCIAL

Conjunto de meios utilizados numa sociedade – positiva ou negativamente – para obter dos indivíduos o cumprimento das normas sociais, morais, religiosas e jurídicas vigentes. Os controles podem ser internos e externos, diretos e indiretos.

COOPERATIVA

Forma de organização, através da qual, pessoas, em igualdade de direitos, associam-se para desempenhar, em benefícios comum, determinada atividade econômica. O funcionamento da

cooperativa não está sujeito aos imperativos do lucro. Os resultados alcançados são divididos de acordo com a contribuição de cada integrante, sem visar a exploração nem o lucro.

CULTURA

Conjunto dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; civilização. Sistema de idéias, conhecimentos, técnicas e artefatos, de padrões de comportamento e atitudes que caracteriza uma determinada sociedade; e ainda, estágios ou estado do desenvolvimento de um povo ou período, maneira de utilizar a terra, de plantar.

DEMOCRACIA

É a forma de governo na qual os cidadãos são co-responsáveis pela tomada de decisões. Estamos acostumados apenas com uma forma de democracia: a representativa, na qual os representantes do povo são eleitos pelo voto. Existe também a forma de democracia direta, na qual o povo decide diretamente as questões, como na consulta populares e no plebiscito. Ao lado dessas duas formas, existe a democracia participativa, quando os cidadãos participam das tomadas de decisão, cobram e fiscalizam a atuação do governo, através da ação política.

DESEMPREGO

Situação em que pessoas pertencentes à população economicamente ativa (PEA) se encontram sem emprego formal. Os motivos do desemprego variam desde as políticas econômicas recessivas até as crises internacionais. A privação do emprego pode ser considerada uma violação aos direitos humanos, já que o trabalho é reconhecido como um direito de todo indivíduo.

DESENVOLVIMENTO

Crescimento, aumento e progresso. O desenvolvimento econômico e social é todo um processo de mudanças e transformações econômicas e sociais, inter-relacionadas com variação no campo político, através do qual se consegue produzir maior quantidade de bens e serviços. Para os Direitos Humanos, a pessoa humana deve ser sujeito central do desenvolvimento, que se constitui em um direito a ser realizado de modo a satisfazer, também, as necessidades ambientais das gerações presentes e futuras.

DESIGUALDADE

Refere-se ao que não é semelhante, igual. Pode significar também injustiça, quando não há igualdade de oportunidades e vantagens, fazendo com que uns gozem de privilégios em detrimento dos outros. A desigualdade que inferioriza não pode ser aceita, mas as diferenças que caracterizam pessoas, grupos e povos devem ser valorizadas.

DESUMANO

Que demonstra crueldade, falta de humanidade, aquele que é desalmado, duro, atroz. Ou ainda aquilo que não é humano.

DISCRIMINAÇÃO

Tratamento desigual dado a pessoas ou grupos. É comum a discriminação étnica, como acontece no Brasil, limitando a liberdade e os direitos reais dos negros e indígenas; também é comum a discriminação por gênero, que reduz as chances sociais das mulheres. Assim, as discriminações podem se dar por questões de raça e sexo e, ainda por motivos etários, religiosos. A lei brasileira garante a igualdade e prevê penalidades para as discriminações negativas. Fala-se em discriminação positiva quando o tratamento desigual visa compensar as discriminações que

inferiorizam: é o caso das políticas de cotas nas universidades para negros ou estudantes de escolas públicas, por exemplo.

DIVERSIDADE

Diferença; divergência; contradição; oposição.

EMPÍRICO

Relativo ao empirismo, que se baseia somente na experiência ou observação, sem levar em consideração teorias ou métodos científicos. Diz-se também do indivíduo que atua numa determinada área sem ter noções científicas: charlatão, curandeiro.

EMPODERAMENTO

Tradução da palavra inglesa “*empowerment*” significa a criação ou a socialização do poder entre os cidadãos e o reforço da cidadania. O processo de empoderamento inclui a conscientização e a participação com relação a dimensões da vida social, antes desconhecidas e/ou negadas a determinado grupo ou ao conjunto de uma sociedade. Neste sentido, empoderamento significa a conquista da condição e da capacidade de participação, inclusão social e exercício da cidadania.

ESTADO DE NECESSIDADE

Situação em que um ato com característica de crime é praticado, mas não se constitui crime por ser inevitável ou necessário a sobrevivência. É o caso, por exemplo, do indivíduo que furta alimento para garantir sua sobrevivência ou de sua família.

ÉTICA

Estudo dos juízos de apreciação, dos valores referentes à conduta humana, qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto.

EXCLUSÃO SOCIAL

É o afastamento de pessoas e de grupos da tomada de decisões. Há exclusão também quando pessoas e grupos são esquecidos no momento da repartição dos benefícios que decorrem da administração da coisa pública. A exclusão é inimiga da democracia. A primeira tarefa dos cidadãos é procurar formas de acabar com todos os tipos de exclusão social. Os sinais de exclusão são muitos, um deles é a miséria. Outro sinal de exclusão é a violência. Um outro é a segregação ou discriminação de pessoas e grupo. A Constituição Federal proíbe qualquer forma de discriminação.

FAMÍLIA

Conjunto dos pais e filhos, identificados entre si e socialmente pela descendência e linguagem. A família considerada extensa tem duração, praticamente, ilimitada porque é constituída por todas as gerações de uma mesma linguagem. A família humana, por exemplo, compreenderia toda a humanidade, descendente de um tronco surgido na África. Vários são os conceitos de família: antropológico, sociológico, político, jurídico, etc. Para o Direito Brasileiro, família é uma comunidade com direitos e deveres recíprocos definidos, em princípio, na Constituição, art. 229.

FISCALIZAÇÃO

É a tarefa dos cidadãos que consiste na vigilância constante das instituições públicas e da atuação dos governantes, para que seja possível a realização dos direitos fundamentais que são: boas condições de vida, de trabalho, de educação, de saúde, de moradia, de lazer e de liberdade

de consciência para todos, sem excluir ninguém. Essa vigilância só é possível quando as pessoas se associam para participar das ações políticas.

FUNDAMENTAÇÃO

Significa a construção das bases, fundamentos de uma proposta, tese ou argumento. Inclui documentação e justificativa sobre o assunto em questão. Surge do interesse e/ou necessidade de estabelecer alicerces, ou seja, os apoios conceituais e factuais para a realização de uma análise ou projeto.

GARANTIA DE DIREITOS

Meios destinados a fazer valer os direitos e prever os direitos e riscos. Instrumentos pelos quais asseguram o exercício e o gozo dos direitos. As garantias postas na Constituição e em outras normas estão relacionadas com os direitos. Quando a Constituição diz que “todos são iguais perante a lei” está declarando o direito e liberdade fundamentais.

GÊNERO

A identidade de gênero se refere ao gênero em que a pessoa se identifica como sendo um homem, uma mulher ou se a mesma ve a si como fora do convencional, mas pode também ser usado para referir-se ao gênero que certa pessoa atribui ao indivíduo tendo como base o que tal pessoa reconhece como indicações de papel social de gênero.

GLOBALIZAÇÃO

Ato ou efeito de globalizar. Integração de atividades de produção e consumo de vários países: globalização da economia que de fato só diz respeito a interesses econômicos das grandes empresas multinacionais. À globalização dos interesses econômicos se contrapõe o movimento de internacionalização dos direitos humanos e interesses sociais.

GRUPO FOCAL

Método de captar, a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações que permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difícil de manifestar.

HOMEM

Quando dizemos “o homem”, referimo-nos a toda pessoa, homem e mulher. Ninguém nasce homem pronto. Tornar-se homem é um processo que dura uma vida inteira. Homem é também a pessoa do sexo masculino, que tem a tarefa de dividir com a mulher os encargos do sustento da casa e da criação e educação dos filhos. Nos lares, o entendimento há de ser semelhante à comunicação entre as pessoas e os grupos na sociedade: homem e mulher com igualdade e oportunidade na discussão dos problemas e na tomada de decisões.

HUMANIDADE

Humanidade é o conjunto dos homens de todos os tempos. Outro significado para humanidade diz respeito a regras morais de convivência, baseadas na compaixão e na benevolência. O termo leva a idéias de que só os homens são sensíveis, a ponto de terem espiritualidade e comportamentos morais, contudo, a ciência moderna tem descoberto atitudes de outros animais, que atestariam a condição de compaixão e solidariedade, de capacidade moral.

IDEOLOGIA

Conjunto de idéias e valores relativos à ordem social, tendo como objetivo orientar os comportamentos coletivos. Por outro lado, significa falsa consciência das relações sociais.

IDH (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO)

Índice que mede as condições de vida nos países, levando em consideração fatores como a distribuição da renda, as taxas de alfabetização, desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres, os sistemas de governo, entre outras. Foi criado em 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

IGUALDADE

Um dos princípios que orientam as normas dos Direitos Humanos (v. homem; v. iguais). A igualdade é construída pela consciência social e requer contínua atenção para não ser ferida. No mundo atual e, em particular, no Brasil, a igualdade entre as pessoas não está ainda assegurada.

INCLUSÃO SOCIAL

Pertencimento de alguém ou grupo numa sociedade e o reconhecimento desse pertencimento pelos demais membros dessa sociedade. A condição de inclusão pode ser considerada como inserção social, (a capacidade de pessoas ou grupos de produzir e consumir bens materiais ou culturais); a integração social, (pertencimento às redes de relações constitucionais e sociais). É o contrário de exclusão (v). Neste sentido, inclusão é também cidadania.

INDIVÍDUO

É cada pessoa considerada isoladamente. Neste final de milênio, o indivíduo tende a se isolar cada vez mais e a buscar satisfação para os seus desejos, esquecendo-se dos problemas que são de todos. O indivíduo passou a ser escravo da TV e dos outros meios de comunicação e procura seguir de forma cega os ditames da moda. No entanto, é preciso considerar que sozinho, sem se unir aos grupos, a pessoa fica desamparada e não consegue satisfazer nem os seus interesses pessoais. Com a lei do “salve-se quem puder”, não se salva ninguém.

LEGITIMIDADE

Genericamente, tem o sentido de justiça. Politicamente, corresponde a um grau de consenso, às possibilidades de aceitação e obediência sem necessidade de se recorrer à força. Uma lei é considerada legítima quando pode ser absorvida, cumprida, pela aceitação, pelo reconhecimento e não pela força.

LIBERDADE

É o processo de desenvolvimento dos indivíduos e dos grupos, que consistem adquirir autonomia de vontade, para viver com responsabilidade e para agir politicamente na sociedade. Ser livre para fazer o “que se bem entende” é falsa liberdade. A pior escravidão é a escravidão de si mesmo, dos próprios desejos e ambições. Pode-se ser livre até mesmo nas ditaduras e ser escravo nas democracias. Ser escravo dentro das falsas democracias significa não ter consciência de cidadania e deixar-se dominar pela propaganda enganosa.

MEDIAÇÃO

É um meio utilizável para a solução de conflitos, que fundamenta na autonomia de vontade das partes. As partes em conflitos são auxiliadas por um terceiro mediador, que facilita a discussão de modo a que eles próprios encontrem a solução. A mediação é rápida, simples e pode ser eficaz. Ela evita a necessidade de se chegar ao Poder Judiciário, além de contribuir para a cultura de paz.

MOTIVAÇÃO

Energia ou tensão psicológica que põe em movimento o organismo humano, ajudando-o agir de forma consciente e voluntária; socialmente, é o processo de iniciação de uma ação anterior pelos indivíduos.

NATUREZA

É o ambiente que nos acolhe e nos alimenta. Todos nós somos envolvidos pelo ambiente natural e ao mesmo tempo fazemos parte dele. O oxigênio do ar, a água, as plantas e os animais são componentes da natureza que permitem a sobrevivência do homem no nosso planeta. A verdadeira natureza de todos os cidadãos visa cuidar da felicidade do homem, em harmonia com os outros e com a natureza. Ao modificar a natureza, o homem produz cultura.

NECESSIDADES PRIMÁRIAS

Qualidade do que é necessário, imprescindível. Exigências mínimas para satisfazer condições materiais e morais de vida, como as necessidades básicas de uma família.

OPINIÃO

É a manifestação de cada um dos participantes de um grupo ou uma associação. Cada pessoa coloca o seu palpite na mesa de discussão, para que todos escolham o melhor argumento e cheguem a um acordo ou consenso.

ORGANIZAÇÃO

Termo sociológico com duplo sentido de processo social (como se organizar), que ocorre em todos os grupamentos humanos de qualquer etapa histórica, refletindo em todas as esferas da vida em comum, visando à produção e a distribuição dos bens materiais e culturais, à preservação do bem-estar e das gerações. O outro sentido refere-se às organizações com objetivos definidos, compostas por pessoas, que se agregam hierarquicamente e burocraticamente, encarregando-se de diferentes funções articuladas. As organizações são estruturadas para cumprir objetivos econômicos, políticos, sociais, culturais, de lazer ou outros (orgânico; organismo; organização não governamental, ONG. v.).

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

É a ação do cidadão na sua comunidade e na vida política. A ação consciente de todos é a única garantia de sobrevivência da democracia. Mas a ação participativa há de ser gratuita e constante.

PESQUISA

Investigação e estudo minucioso e sistemático, com fim de descobrir ou estabelecer fatos ou princípios relativos a um campo qualquer do conhecimento: pesquisa química; pesquisa arqueológica. Pesquisa de opinião: levantamento de informações detalhadas a respeito da opinião do público acerca de determinado assunto, acontecimento etc.

PLURALIDADE

Caráter do que é plural. Multiplicidade. Reflete as diversas formas de sentir, pensar e fazer a história dos homens no mundo. Histórias diferentes, pessoas diferentes, culturas diferentes. Conjunto de modos de vida que, universalizados, produzem éticas, políticas e estéticas permanentemente, dando sentido à existência humana.

POBREZA

Estado de penúria, indigência, quando não se tem o necessário para viver. Vale lembrar que o conceito de pobreza pode ser considerado de maneira absoluta ou relativa a um determinado

contexto sócio-cultural, cabendo relacionar a situação de pobreza de um país à insuficiente garantia dos direitos fundamentais, especialmente os direitos econômicos, sociais e culturais. Distingue-se também entre material e pobreza cultural ou de espírito. Segundo o espírito evangélico, a pobreza é tida como um valor, constituído na renúncia aos bens terrenos.

PODER

Em sentido genérico é a possibilidade de agir, produzir resultados. Em sentido social é a capacidade de determinar comportamento, dar ordens. Poder prepotente, autoritário, é exercido no sentido de alcançar objetivos que favorecem a interesses econômicos particulares ou de grupos, que visam à submissão de pessoas. Poder com autoridade é o que se encontra naqueles que são legitimados por uma decisão política organizada, poder democrático é aquele que considera os interesses da maioria e garante a sua participação nas decisões.

POLÍTICA

Toda ação humana que busca influir na constituição e no exercício do poder. Forma de organizar, dirigir ou administrar a Nação. Arte de governar, aplicando essa arte nos negócios internos e externos da Nação. (V. poder).

POLÍTICAS PÚBLICAS

Ações voltadas para o atendimento de interesses, necessidades e aspirações do cidadão e da coletividade pelo Estado. São classificados em sociais e econômicas; básicas e compensatórias. Referem-se à saúde, à educação, à segurança, ao emprego, à renda, à assistência social, etc. As políticas públicas devem ser formuladas e executadas de acordo com as necessidades e aspirações da maioria, admitido-se que a sociedade organizada deva participar de sua formulação e execução.

PROCESSO

Conjunto de atos através dos quais se realiza uma operação qualquer. Andamento; desenvolvimento. Para o Direito, exprime o desenrolar de uma ação judicial, consistindo em um conjunto de peças (informações, pareceres, recursos, etc.). O processo pode ser considerado um meio pelo qual todo cidadão pode ter assegurado o seu direito, devendo para isso, reclamar a devida proteção, através de ação judicial.

PROCESSO ETNOGRÁFICO

É uma abordagem de investigação científica, que não só demonstra estabelecer relações, selecionar informações, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário “o que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’” (Geertz, 1989, p.15).

QUESTIONAMENTO

É perguntar o porquê das coisas. É demonstrar insatisfação com o que não está bem. Todo cidadão deve ser questionador. Questionar é cobrar soluções prometidas; mas não adianta questionar sozinho, é interessante que seja questionado em grupo para dar validade ao questionamento.

RAÇA

Conceito que anteriormente se referia a traços de diferenciação biológica entre os povos e que vale para referir-se às diferenças étnicas (físicas e culturais). Considera-se a existência de uma única raça: a raça humana.

RELEVANTE

Aquilo que é necessário ou indispensável. Que tem grande valor ou interesse.

RURAL

Refere-se ao campo, a áreas que são desenvolvidas prioritariamente atividades de agricultura e/ou pecuária. Por extensão, dá-se o nome de “rural” ao trabalhador nessas atividades, especialmente àqueles que trabalham em atividades agrícolas.

SOCIAL

É uma característica humana de conviver com os outros, de relacionar-se. É o que diz respeito à sociedade e aos seus direitos. A idéia de sociedade é abrangente e engloba todos os grupos que dividem o mesmo espaço público. A sociedade tem o papel de colaborar com o Estado na busca do bem comum. Para exercer esse papel, ela precisa da comunicação, da linguagem. É a palavra que possibilita o diálogo, a discussão dos problemas comuns, através do exercício da criatividade. O indivíduo sozinho e isolado fica à margem da política e da sociedade.

SOCIEDADE

Conjunto de indivíduos politicamente organizados que partilhando de objetivos comuns dão sentido a vida e justificam a concepção do homem como um ser de relações, capaz de fazer história própria. Contrato através do qual duas ou mais pessoas associam recursos e esforços para alcançar um objetivo comum.

SUBSISTÊNCIA

Sustento, manutenção. Corresponde ao estado das pessoas ou coisas que se mantêm. Conjunto dos meios para a vida e despesas de cada um.

SUSTENTABILIDADE

Condição de uma sociedade ou de um processo de desenvolvimento que consegue a satisfação de suas necessidades, sem comprometer os bens da natureza e sem lesar o direito das gerações futuras de serem atendidas, também, as suas necessidades e de herdarem um planeta sadio e com seus ecossistemas preservados.

TRABALHO

Atividade humana aplicada à produção e à criação ou ao entretenimento; exercício de uma atividade profissional. A Constituição de 1988, em seu artigo 6º, reconhece o direito ao trabalho como um direito social e, portanto, fundamental à pessoa humana, assegurando nos artigos seguintes os direitos dos trabalhadores. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, art. 23, define como direitos dos trabalhadores a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

VIDA

Período compreendido entre o nascimento e a morte de um ser vivo. Ou ainda, o conjunto de atividades e funções orgânicas que constituem a qualidade que distingue o corpo vivo do morto. Outro significado para vida diz respeito ao conjunto de atividades humanas que caracterizam um grupo social, época ou um lugar.

VIOLÊNCIA

Todo e qualquer ato que atente à liberdade e à integridade física e psíquica do indivíduo, produzindo-lhe dor, sofrimento ou qualquer forma de limitação ao seu bem estar ou ao exercício livre de seus direitos. Corresponde às ações que concorrem para a exclusão de pessoas da vida

econômica, política e social de uma determinada comunidade. São várias as formas e as causas da violência, por isso se fala em violência.

VONTADE

É a força interior que nos leva a agir. É a alavanca mais importante da democracia. Se todos compreendessem o que significa o poder da vontade seria possível dar um passo firme na direção da boa convivência social.

VULNERABILIDADE

Condição de quem está exposto, pode ser ofendido, ter seus direitos violados. Diz-se da condição de crianças e adolescentes em situações que as deixam expostas, ameaçadas, em risco de violência.

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA:

QUESTIONÁRIO ABERTO:

1. Faixa etária.
2. Nível cultural.
3. Sexo.
4. Região.
5. Renda familiar.
6. Trajetória do Grupo (família e comunidade).
7. Condições de sobrevivência no lugar: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer.
8. Como as mulheres se vêem como sujeitos no local.
9. Como as mulheres sobrevivem no local.
10. Construção de laços de solidariedade.
11. Expectativas de vidas: sonhos e transformação do local.

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Programa de Pós-Graduação Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado/a Senhor/Senhora,

Você está sendo convidado/a, a participar de uma pesquisa sobre **MULHERES DE MORRINHOS E SEU PROCESSO DE EMPODERAMENTO** que está sendo desenvolvida pela mestrandia ANA CRISTINA GRISI CASALI CRUZ do Curso de **Pós-Graduação Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania** da Universidade Católica do Salvador, em ___/___/___ . A sua participação é voluntária. Caso deseje participar basta assinar este termo. Só vão participar desta pesquisa as pessoas que assinarem este documento.

A pesquisa envolve a sua participação no Grupo Focal com divulgação de falas e imagens, com a pesquisadora que lhe convidar, com duração aproximada de 60 minutos.

Os resultados desta pesquisa serão socializados com os meios de comunicação da área científica.

Se v. tiver alguma dúvida, a professora orientadora desta pesquisa, estará à sua disposição para quaisquer esclarecimentos, agora ou mais tarde, através do telefone (71)3324-7691 ou por e-mail: denisefd@gmail.com.

Eu,, fui informado/a dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada. Recebi informação a respeito dos procedimentos e esclareci quaisquer dúvidas que tivesse. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se eu assim o desejar. Autorizo que todos os dados desta pesquisa possam ser divulgados, e de que terei liberdade de retirar meu consentimento de participação na pesquisa em qualquer momento da pesquisa.

Assinatura

___/___/___
Data

Ana Luícia da Silva



ELIANE

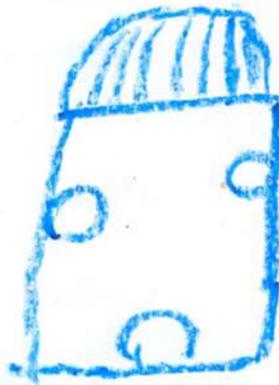


ANEXO D – Oficina de Territorialização: espaço de vivência

M^{ãe} Judite



Trabalhando
na
roça





Maria dos Reis



ANEXO G -- Oficina de Auto-Estima: eu empoderado



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)